

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA: MESTRADO**  
**Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade**

**(Re)fazendo a vida: Representações Sociais sobre o envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha**

**Saulo Luders Fernandes**

**MARINGÁ**  
**2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**  
**Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade**

**(Re)fazendo a vida: Representações Sociais sobre o envelhecimento entre os  
idosos de uma população ribeirinha**

**Saulo Luders Fernandes**

**MARINGÁ**  
**2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**  
**Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade**

**(Re)fazendo a vida: Representações Sociais sobre o envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha**

Dissertação apresentada por Saulo Luders Fernandes, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador(a): Prof. Dr.: Eduardo Augusto Tomanik

MARINGÁ  
2009

## FICHA CATALOGRÁFICA:

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F363r      Fernandes, Saulo Luders  
            (Re)fazendo a vida: representações sociais sobre o  
            envelhecimento entre idosos de uma população ribeirinha /  
            Saulo Luders Fernandes. -- Maringá : [s.n.], 2009.  
            118 f.

            Orientador : Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.  
            Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
            Maringá, Programa de Pós-graduação em Psicologia, área de  
            concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade,  
            2009.

            1. Representações sociais - Psicologia. 2.  
            Representações culturais - Psicologia. 3. Envelhecimento -  
            Representações sociais. 4. Comunidades - Representações  
            sociais. 5. Idoso - Representações sociais - Psicologia. I.  
            Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação  
            em Psicologia, área de concentração: Constituição do  
            Sujeito e Historicidade. II. Título.

Saulo Luders Fernandes

**(Re)fazendo a vida: Representações Sociais sobre o envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik – UEM

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Maria de Freitas Barros Maciel – UFRJ – Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Antônio Damásio Abib – UEM

Data de Aprovação 11/02/2009

Dedico este trabalho ao Grupo de Terceira Idade Renascer, pelo conhecimento que produzimos e o aprendizado que me proporcionaram ao longo do percurso desta pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é produto de muitos encontros e alguns desencontros que tive nestes dois anos. Constituímo-nos a partir das relações da vida diária e é por isso que gostaria de primeiramente agradecer as pessoas com quem me encontrei e que de forma indireta estão presentes aqui, pois fazem parte de mim. Agradecer aos meus familiares que percorrem e ainda irão percorrer muitos caminhos dessa vida ao meu lado e ao meu grande mestre e amigo Tomanik que me iniciou, guiou e auxiliou na construção do pensar e na produção do conhecimento científico, como um saber humano que transforma, modifica e nos faz refletir sobre a vida e a realidade.

FERNANDES, Saulo Luders. **(Re)fazendo a vida: Representações Sociais sobre o envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha.** n° de folhas (ex. 118 f.). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik. Maringá, 2009.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a representação social do envelhecimento entre idosos moradores de uma comunidade ribeirinha no Estado do Paraná. Analisar a construção das representações sociais sobre o envelhecimento desta população é compreender as relações e as práticas sociais cunhadas na vida cotidiana deste grupo e como eles concebem, agem e sentem o processo de envelhecer. Para atingir o objetivo proposto utilizou-se como metodologia a pesquisa participante, que tem por finalidade, não apenas investigar e retirar o conhecimento do grupo estudado de forma passiva, mas pretende auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, realizando uma análise crítica da realidade na qual estão imersos. Os participantes da pesquisa foram 19 idosos, membros do grupo de terceira idade, destes 17 mulheres e 2 homens. O processo de pesquisa iniciou-se com a participação do pesquisador no grupo em reuniões quinzenais. Nesta participação foram realizadas cinco observações assistemáticas, como forma de reconhecimento das relações estabelecidas entre os membros do grupo. Posteriormente por meio de entrevistas semi-estruturadas realizou-se uma análise inicial da realidade da população. Esta análise foi devolvida a comunidade e suscitou algumas discussões, que tiveram como tema central a função social do idoso para a comunidade. A partir das discussões dos temas os participantes da pesquisa compreenderam de forma mais objetiva a problemática debatida e a partir deste entendimento estruturaram planos de ação para um trabalho mais acurado sobre a temática. As estratégias de ação culminaram na elaboração de um livro com histórias de vida, receitas de culinária, contos e poesias produzidos pelo grupo de idosos. A cada encontro dois idosos compartilhavam suas experiências de vida com o grupo. O livro foi o instrumento a partir do qual os participantes construíram um saber a respeito da função social do idoso, como sujeitos históricos que guardam a memória social da comunidade, suas tradições e cultura. Os idosos se reconheciam nas vivências do outro, por partilhar uma história em comum, a construção do município de Porto Rico. A partir do desenvolvimento do livro pôde-se analisar o processo de constituição e re-construção das representações sociais e compreendê-las como processo histórico contínuo, que se produzem nas relações sociais da vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Representações Sociais; Representações Culturais e Comunidades.

FERNANDES, Saulo Luders. **(Re)making life: Social representations about aging among elderly from a river population.** n° of pages (ex. 118 f.). Dissertation (Mester Degree in Psychology) – State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik. Maringá, 2009.

## **ABSTRACT**

The study has as objective to analyze social representation about aging in elderly residents in a river community in the State of Paraná. To analyze the social representation construction about aging in this population is to comprehend the relations and the social practices related in the group's quotidian life and how they conceive, act and feel the aging process. To reach the proposed objective the methodology of choice was the participating research, which has the aim to, not only investigate in a passive way and retain the knowledge of the studied group, but also intends to help the evolved population in identifying by themselves the problems, performing a critical analysis, deeply investigating the perceptions, attitudes, believes and values of the group researched, allowing a detailed image of the same. With this critical analysis the purpose is to allow the search of solutions adequate to the community by means of the knowledge elaborated collectively during the research. The participants of the research were 19 elderly, members of a third age group, being 17 women and 2 men. The research process began with the participation of the researcher in the group in meetings realized each fifteen days. In this participation were performed five nonsystematic observations as a way to recognize the relations established between the group members and afterwards through semi-structured interview was performed an initial analysis of the reality of the population. This analysis was given back to the community and initiated the discussion of some topics, like social function of the elderly to the community, which were treated in thematic group discussions. Through the discussion of the themes the research participants comprehended objectively the problematic debated and through this understanding action plans were structured to a accurately work of the theme. The strategies of action resulted in the elaboration of a book with the life histories, cooking recopies, tales and poetry produced by the elderly group. At each meeting two elderly shared their life experiences with the group. The book was the instrument through which the participants constructed knowledge about the social function of the elderly as historical subjects that have the communities' social memory, traditions and culture. The elderly recognized themselves in the other's life experiences by sharing a common history, the construction of the city of Port Rico. Through the development of the book it was able to analyzed the process of constitution and (re)construction of social representation and comprehend it as a historical continuous process which is produced in the social relations of quotidian life.

**Keywords:** Aging; Social representations; Cultural representations and Communities.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. AS MÚLTIPLAS FACES DO ENVELHECIMENTO .....	15
1.1. A falácia da velhice (apenas) biológica .....	16
1.2. A falácia da velhice (apenas) cultural .....	24
1.3 O envelhecimento vivido – tempo e memória .....	27
2. CONHECENDO A REALIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS.....	33
2.1. As representações sociais .....	35
2.2. Representações Culturais .....	44
2.3. Pressupostos epistemológicos .....	50
3. OS CAMINHOS PARA A PESQUISA E A PARTICIPAÇÃO .....	55
4. O GRUPO E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO .....	67
4.1. Breve Histórico .....	67
4.2. Aspectos Socioeconômicos de Porto Rico .....	69
4.3. Caracterização do Grupo de Terceira idade .....	72
4.4. Objetivos e procedimentos .....	77
5. O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO .....	82
5.1. Atividades que realiza .....	82
5.2. Sobre a cidade .....	84
5.3. Sobre o passado .....	85
5.4. Avaliação do Grupo de Terceira Idade .....	85
5.5. Avaliação positiva do presente .....	87
5.6. Avaliação negativa do presente .....	88
5.7. Representação social do envelhecimento .....	89
6. AS REPRESENTAÇÕES: ANÁLISES FINAIS .....	92

6.1. Representação como produto .....	94
6.1.1 O idoso como velho não produtivo .....	95
6.1.2 O idoso como aquele que trabalha em projetos assistenciais .....	97
6.1.3 O envelhecimento ativo – o idoso como categoria de terceira idade .....	97
6.1.4 Envelhecimento como possibilidade de uma nova vida .....	100
6.1.5 O envelhecimento como processo vinculado à natureza .....	101
6.2 Representação como processo .....	103
6.2.1 O idoso como memória da comunidade .....	105
6.2.2 Os idosos como os detentores do conhecimento do ciclo vital .....	107
6.3 (Re) fazendo representações .....	109
REFERÊNCIAS .....	114
ANEXOS .....	118

## INTRODUÇÃO

O tema que pretendo desenvolver, o envelhecimento, é um assunto que me inquieta há algum tempo. Entrei em contato de forma acadêmica com ele na disciplina psicologia do desenvolvimento ao estudarmos o processo de envelhecer. Porém o que trazia interesse a este tema não eram seus períodos e processo, mas uma questão mais abrangente que, a meu ver, está inscrita na vivência humana e que perpassa todo o ciclo vital: a vida, a morte e o tempo.

Acredito que as experiências humanas dialogam e encontram-se continuamente com o que podemos denominar de pilares do ciclo vital: o desejo e a vontade de vir a ser, de tornar-se e transformar-se; as perdas, a desconstrução do homem frente as vivências do cotidiano e a temporalidade que percorre todo o processo vital e oferece a ele movimento e fluidez. A temporalidade pode ser concebida tanto pelo tempo singular, circunscrita a cada sujeito, como por um tempo social e histórico, os quais permeiam os conflitos e a dialética das relações sociais na qual a realidade se forma.

Estes três elementos configuram-se como pano de fundo da vida humana em todos os seus períodos. Todavia é na velhice, como afirma Bosi (2007), que os sujeitos entram em maior contato com a sua história de vida e a relação temporal ligada a ela. A função outorgada ao idoso é a narração do passado, a reconstrução de tempos idos. As atividades cotidianas se fazem presentes em sua vida, mas, diferente da maturidade, na qual os afazeres diários tomariam grande parte de seu tempo, o idoso liga-se à história, à fluidez do tempo e às marcas registradas no passado.

Ao narrar ou relembrar suas experiências, o idoso inscreve-se na história de sua época e reflete sobre sua vida, o tempo transcorrido e a finitude. A relevância de estudar este período do ciclo vital não se restringe somente à compreensão do seu processo, de suas fases e da desmistificação histórica do conceito velhice. Este tema trata e faz refletir, mesmo que de forma indireta, sobre questões mais abrangentes e radicais, no sentido de ir à raiz, de entrar em contato com elementos ontológicos, a permanência, a finitude e a temporalidade.

Já o encontro com a base teórica que ampara o presente trabalho, a teoria das representações sociais, deve-se à compreensão que tenho de sujeito. Um ser histórico que é construído a partir das relações sociais. Sujeito que, no encontro com outro,

produz saberes e práticas que transformam e constroem a realidade cotidiana, que, por sua vez, modificada, altera o sujeito que dela faz parte.

Na disciplina de psicologia social tive o primeiro contato com a teoria, mas foi no percurso da graduação que aprofundei os estudos, com o objetivo de entender a constituição da realidade e dos sujeitos como atores políticos na formação do universo social.

No mestrado, com o intuito de compreender ambas as temáticas e a sua articulação delas na realidade da vida social, formulei um projeto que abrangesse a temática e aplicasse a teoria na vida de alguma comunidade. A princípio, o projeto estava formulado para idosos de instituições asilares, porém, no encontro com o professor Tomanik e no ingresso em seu Grupo de Estudos Sócio-Ambientais e no Projeto de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD/ Brasil), no Site 6: A Planície Alagável do alto Rio Paraná: Estruturas e Processos Ambientais, alteramos o projeto para a comunidade ribeirinha situada no município de Porto Rico, às margens do Rio Paraná.

O projeto de pesquisa foi estruturado em uma perspectiva participante, com o objetivo de produzir não somente um conhecimento reificado sobre o tema e os processos da comunidade, mas construir um saber que auxilie a população na leitura de sua própria realidade e das contradições nela existentes, levando à valorização e ao desenvolvimento da cultura local.

A comunidade integrou-se na perspectiva da pesquisa participante e atuou de forma ativa no desenvolvimento da mesma. O pesquisador, por meio de seu conhecimento, orientou a comunidade nas discussões a respeito do envelhecimento e seus processos. Dos grupos de debates, apareceram temas de interesse da população, como a função social do idoso na comunidade, que foram colocados como objetivos ou problemas que deveriam ser desenvolvidos pela população durante a pesquisa.

Este modelo de investigação, por se tratar de uma pesquisa participante, apresenta dois grupos de objetivos, um que cabe aos pesquisadores e outro que compete ao grupo investigado. Estes grupos de objetivos, na maioria das vezes, nem sempre são condizentes entre si, afinal, o problema escolhido pelos investigadores pode não ser equivalente aos problemas levantados e eleitos pela comunidade no decorrer da pesquisa.

As discussões sobre o tema eleito culminou na produção de um livro que contém as histórias de vida, receitas de culinária, contos de pescador e poesia dos

idosos. Cada membro compartilhou suas histórias e vivências com o grupo, que foram gravadas e transcritas para o livro. O compartilhar as experiências de vida proporcionou ao grupo de idosos um reconhecimento deles como seres históricos, porque, a cada vivência narrada, percebiam-se na vida do outro. Afinal, eles partilham uma esfera em comum, a história do município de Porto Rico.

A dissertação estrutura-se sobre seis capítulos. Os dois primeiros são de caráter teórico. No primeiro capítulo, tratamos do tema envelhecimento, discutimos as multifaces do processo de envelhecimento que não pode ser compreendido somente em uma perspectiva biologicista e tampouco sociológica, mas como um fenômeno que se configura na intersecção destas duas dimensões. Posteriormente, colocamos em debate o conceito de terceira idade, demonstrando seu percurso histórico e as práticas que a legitimam na realidade cotidiana.

No segundo capítulo, tratamos da teoria das representações sociais, seu desenvolvimento no percurso da ciência, seus precursores e fundador. Apresentamos seus conceitos básicos, o processo de formação e transformação das representações, bem como a sua atuação na vida social. Conceituamos e debatemos três esferas das representações: as culturais, sociais e pessoais. Finalizamos o capítulo com uma discussão sobre as bases epistemológicas da teoria das representações sociais.

O capítulo posterior tem como proposta a realização de uma discussão metodológica sobre a pesquisa participante. Suas bases epistemológicas, seus objetivos, métodos, instrumentos e o rompimento com a idéia de neutralidade científica presente no positivismo e a perspectiva de construção de uma ciência política que transforme a realidade e leve em conta os saberes das populações locais e regionais, cunhados na vida cotidiana.

No quarto capítulo, realizamos uma caracterização geral da região na qual a população está inscrita. Foi apresentado um breve histórico da formação de Porto Rico, seus aspectos socioeconômicos, para, posteriormente, ingressar na caracterização do grupo de terceira idade: seu histórico, quantidade de membros, idade média do grupo, região de origem dos participantes, tempo que residem em Porto Rico e em seus arredores, o nível de escolarização e a ocupação que realizavam no passado.

No mesmo capítulo, apresentamos os objetivos da pesquisa e os procedimentos que foram utilizados para a inserção na população, a coleta das informações, a construção da análise que auxiliou a população na compreensão dos problemas presentes em sua realidade e os planos de ação desenvolvidos durante a investigação.

O quinto capítulo consiste no desenvolvimento do processo de análise, em um mapeamento geral das representações sociais do grupo de terceira idade. Realizamos este primeiro contato com as representações a partir de entrevistas semidirigidas, estruturadas em três eixos temáticos: as atividades que realizavam em sua vida cotidiana, uma avaliação do grupo de terceira idade e como era vivenciar a velhice naquela realidade. As informações colhidas nas entrevistas foram divididas em sete categorias de análise.

No capítulo seguinte, realizamos uma análise mais aprofundada, com o intuito de compreender o processo de constituição das representações sociais no jogo de interfaces entre três dimensões das representações: a cultural, a social e a pessoal. Para tal análise, o capítulo é dividido em dois grandes tópicos: a representação como produto e a representação como processo. No primeiro, realizamos a análise das estruturas representacionais, já o segundo foi dedicado à compreensão do processo de transformação e ressignificação das representações a partir dos saberes produzidos, nas discussões e debates, durante a pesquisa.

O capítulo tem seu desfecho com algumas considerações finais a respeito das representações na sua relação com o desenvolvimento da pesquisa. O campo das representações transgride a esfera da significação da realidade. É nas relações cotidianas, em seus conflitos e contradições, que as representações se constroem. São representadas por meio das práticas da vida diária de ressignificar o mundo, oferecer sentidos à realidade que acompanha as transformações e os movimentos históricos nos quais os homens estão imersos.

## 1. AS MÚLTIPLAS FACES DO ENVELHECIMENTO

O envelhecimento é um processo inscrito no ciclo vital, como a infância, a adolescência e a maturidade. O ciclo vital ou curso de vida é o processo de desenvolvimento humano, que tem a sua gênese no nascimento e seu fim na morte. Tal processo é formado como uma rede multidimensional e não ocorre linearmente, como um contínuo de crescimento e declínio. Há vários crescimentos e declínios durante todo o percurso do desenvolvimento (Neri, 2006).

Com o envelhecimento, de acordo com Netto (1997), ocorre o mesmo. Por ser parte do processo de desenvolvimento, é multideterminado, caracterizado por, pelo menos, três esferas complementares: a biológica, um processo natural, progressivo e dinâmico, que se manifesta em todos os indivíduos desde a geração e os acompanha até a morte; a psicológica, que diz respeito a um processo contínuo e interacional de ganhos e perdas; e por fim, o aspecto social, no qual o envelhecimento pode ser considerado como uma construção social, no sentido de que as pessoas vivem e se desenvolvem com base em parâmetros e em sentidos socialmente construídos.

Sobre este aspecto Debert (2007) apresenta três formas, utilizadas em períodos e em culturas diferentes, para conceituar o ciclo vital: níveis de maturidade, idade geracional e idade cronológica.

O nível de maturidade refere-se à classificação do ciclo de desenvolvimento de acordo com a capacidade individual de desempenhar atividades dentro de uma comunidade. Por exemplo, no momento em que o sujeito de uma tribo adquirisse a capacidade da pesca e da caça, ele ingressaria no universo dos caçadores e pescadores, independente da sua idade cronológica. A passagem a este novo universo concedia a ele novos papéis e obrigações.

Já em outras formas de organização social, como a feudal, os papéis sociais, bem como o curso de vida, eram definidos com base nas gerações, por ordem de nascimento e laços familiares. O primogênito do rei tinha por direito, após a morte do pai, assumir o seu posto, independente do nível de maturidade ou idade cronológica.

No modo de organização burguês não é mais a maturidade, a linhagem familiar ou a idade geracional que definem o curso de vida. As etapas da vida são definidas pela jurisdição e política estatal. O Estado, órgão representante do poder burguês, define, por meio de leis, o desenvolvimento humano. Ele categoriza o ciclo vital em períodos

cronológicos específicos, sendo que, em cada período, cabe ao indivíduo desempenhar determinadas funções. Por exemplo, ao idoso, não cabe mais o trabalho “produtivo”, este deve voltar-se a outras atividades. Assim, o curso de vida é normatizado e regulamentado desde o nascimento até a morte, sendo subdividido em três eixos principais: a fase do não-trabalho, a de ingresso no mercado e a de improdutividade, a aposentadoria.

### **1.1. A falácia da velhice (apenas) biológica**

A princípio, como afirma Neri (1995), o envelhecimento deve ser compreendido como um processo de desenvolvimento pautado em uma base ontogênica, na origem e no desenvolvimento biológico do organismo. A gênese do processo de vida está baseada na dimensão biológica, sem a qual o sujeito não existiria.

Porém Neri (2006) defende que o desenvolvimento é um processo muito mais complexo e que, como tal, não é determinado apenas por fases ou etapas biologicamente periodizadas, nem pode ser compreendido por uma classificação etária resumida em crescimento, amadurecimento e morte.

O desenvolvimento conceituado como processo não pode ser demarcado com exatidão, afinal ele se determina no momento em que se processa, em que se desenvolve. Definí-lo em períodos biológicos é restringir um processo multidirecional a uma base orgânica, a uma única dimensão.

Há ganhos e perdas durante todo o percurso do desenvolvimento, este é um processo de vida, de transformação e mudança contínuas. Não podemos negar, é claro, que tal processo tem sua origem em bases biológicas. O envelhecimento é marcado também por debilidades físicas e orgânicas, que limitam os sujeitos. No entanto, tais debilidades e limitações não classificam tal processo como decadente. Esta classificação pejorativa vem da atribuição de valores e sentidos sociais, dados a este momento do desenvolvimento.

Ao afirmar que, no processo de desenvolvimento, há “ganhos e perdas”, atribui-se valores e significados a um processo que estava restrito à dimensão biológica. Não que a biologia esteja isenta de valores e sentidos. Todavia o discurso que estava circunscrito ao domínio do conhecimento biológico é deslocado para a esfera cultural. Um processo orgânico ao ser interpretado, é re-significado, sendo atribuído a este um sentido, positivo ou negativo, que é cultural e, portanto, historicamente localizado.

Não se pode delimitar exatamente a linha que separa a esfera biológica da dimensão cultural. O processo de desenvolvimento ou curso de vida está na intersecção destas duas dimensões. Talvez sofremos com o dualismo cartesiano, que segmenta as esferas do conhecimento, deixando os aspectos corporais restritos à biologia, como algo que independe dos parâmetros culturais e sociais. No entanto, são estes parâmetros que atuam como fontes formadoras de conhecimento, de interpretações e representações desse corpo em desenvolvimento.

Quando se elege como parâmetro o modelo biológico de desenvolvimento, com ênfase nas características que compartilhamos com outras espécies (nascemos, amadurecemos, nos reproduzimos, declinamos e morremos) constrói-se uma falácia, natural e universal, formado por fases: infância, juventude, pré-maturidade, maturidade e velhice.

As fases ou períodos da vida devem ser compreendidos também como construções sociais e não como modelos naturais. O erro não está em investigar tais fases, mas em percebê-las e aceitá-las como naturais, sempre existentes, independentes das relações sociais que as formaram.

Uma das funções do pesquisador é investigar a construção social de tais fases e verificar como esses modelos interferem nas relações sociais, como mecanismos de classificação e segregação social. Na medida em que tais fases são fenômenos sociais, construídos nas relações entre homens, elas vêm carregadas de significados e valores que fornecem características específicas que as definem, impondo a cada uma delas expectativas e modelos de comportamento que devem ser seguidos para que o indivíduo seja aceito.

O pesquisador não deve restringir o seu trabalho à descrição de tais períodos. Não cabe ao pesquisador apenas elaborar inventários ou critérios para o bom envelhecimento, mas investigar quais são as bases de formação destes critérios de classificação, como estes parâmetros influenciam na forma de viver e experienciar este período.

Em uma perspectiva histórica, de acordo com Magalhães (1987), podemos compreender que a categoria idoso é uma invenção social, assim como, para Ariès (1986), a criança foi um produto da revolução industrial burguesa. O que hoje conhecemos como criança, nos feudos era tratado como um adulto crescido e não se diferenciava deste. Com o advento da revolução burguesa/industrial, passa a ser diferenciado dos outros membros da sociedade, por meio de leis que não permitem que

realizem os mesmos afazeres dos mais velhos. A criança hoje ocupa uma posição social, com funções e tarefas específicas de sua faixa etária. Há comportamentos que se tornam esperados para esta nova fase da vida, a infância.

A velhice é construída de forma similar. Com a ascensão da burguesia e o advento do capitalismo, ocorre uma mudança no modo de produzir a vida. Os sujeitos, que antes trabalhavam em uma coletividade dentro de feudos passam a fazer parte de uma nova classe, a dos trabalhadores assalariados, que dependem da venda de seu trabalho para a sobrevivência.

O idoso, que ocupava seu espaço como o patriarca e o ancião, que era valorizado por sua sabedoria e amadurecimento, passa a ser visto como um problema social. O papel social do idoso é desconstruído, não há mais uma coletividade que se estrutura em torno de um patriarca, o que passa a existir é uma família nuclear. Nesse novo ambiente, no qual se valoriza a produção, o idoso perde seu valor, passa a ser visto como um inválido, já que as atividades que realiza são tidas como não-produtivas.

Para Magalhães (1987) os idosos, que recebiam os cuidados de seus familiares, transformam-se em uma questão pública. A instituição familiar não oferece mais o cuidado necessário a eles. Cabem, então, ao órgão representante do poder burguês, o Estado, que institui os direitos e os deveres aos cidadãos por meio das leis, assumir responsabilidade e proporcionar os cuidados a estes idosos.

O Estado estabelece leis que vão determinar a cronologização do ciclo vital e por meio destas impõem exigências de comportamentos e modos de agir, dependendo da idade cronológica na qual o indivíduo esteja classificado. Estabelece normas e regras que irão determinar com qual idade o sujeito ingressa na escola, quando este pode integrar-se ao mercado de trabalho e quando deve sair. Tais normas estatais modificam as relações sociais que o sujeito estabelece e a forma como este se constrói como ser social. Como afirma Debert (2007, p.58): “trata-se do domínio do Estado e da forma como este redefine o espaço doméstico e familiar”.

Tal regulamentação e padronização das etapas da vida podem ser compreendidas, como pontua Haddad (1986), a partir de alterações na estrutura econômica, na passagem de uma economia baseada na unidade doméstica para outra estruturada no mercado de trabalho. Os acontecimentos que, anteriormente, diziam respeito à esfera privada familiar, passam a ser vistos como problemas de ordem pública, do Estado.

O idoso, em uma sociedade que não prezava pela atividade produtiva, nos moldes do capital, era percebido como o detentor do saber. Os indivíduos recorriam a ele como aquele que possuía o conhecimento, que tinha a experiência para realizar ou para direcionar as atividades. Por exemplo, para realizar o plantio, a construção de alguma edificação, a caça e a pesca, recorria-se a ele como fonte de conhecimento. Para Bosi (2007), o velho, nestas comunidades, era o representante do passado, aquele que guardava e preservava a memória social de seu povo e suas tradições. Ele era indispensável para a perpetuação da comunidade.

Já em uma sociedade que preza pela produção do lucro, pelo novo, a tecnologia e a produção em larga escala, o idoso é desqualificado, destituído de sua função de guardador da memória social. Ele, bem como suas experiências do passado, são desprezados, vistas como inutilidades. Afinal, de que adianta o sujeito ter experiências se elas não são interessantes para a produção do que é valorizado e se ele próprio já não é apto para esta produção?

Para Neri (1995), a ciência psicológica, nos seus primeiros estudos sobre o desenvolvimento, contribuiu para esta concepção da velhice como uma fase de decadência e estagnação. Os primeiros estudos psicológicos sobre desenvolvimento estavam pautados, talvez de forma distorcida, na teoria evolucionista de Darwin (1801-1882). Para estas teorias do desenvolvimento, o envelhecimento era descartado *a priori*, pela falta de perspectiva evolutiva que há nesta fase, como um processo involutivo, uma etapa de estagnação e degradação.

Na primeira Grande Guerra, os testes psicométricos foram utilizados pelas Forças Armadas dos Estados Unidos para selecionar oficiais para o comando de suas tropas. Os técnicos, designados pela Associação de Psicologia Americana (APA), realizaram um exame de inteligência no qual avaliaram 1.726.966 homens entre 18 e 60 anos. Os resultados divulgados demonstraram que havia um ponto máximo de desenvolvimento, em meados da terceira década da vida, seguido por um período de estabilidade e posterior declínio. Tal estudo revela que os indivíduos tendiam a apresentar menor desempenho à medida que ficavam mais velhos. Em suma, a inteligência declinaria com o envelhecimento. A concepção de velhice como decadência recebeu, então, seu veredito científico (Neri, 1995).

De acordo com Peixoto (2007), na França do século XIX, a categoria velhice servia para caracterizar as pessoas que não podiam se assegurar quanto ao seu futuro

financeiro – os pobres e indigentes –; já as pessoas que possuíam bens, que detinham certa posição social, eram classificadas como idosas.

Tal distinção evidencia, mais uma vez, que o que caracteriza a velhice de forma pejorativa é a diminuição de sua força de trabalho, é a incapacidade de produção. Um objeto que antes se encontrava em atividade e torna-se inativo, passa a ser velho. O sujeito que não depende da força de trabalho para sua sobrevivência, que se encontra em uma situação socialmente privilegiada, não é velho, é idoso, ou em Francês *personne âgée*, uma pessoa de idade. Esta denominação não traz consigo uma carga de invalidez e inutilidade, estes idosos são apenas pessoas de mais idade e não velhos incapazes. Como pontua Peixoto (2007, p.71): “[...] a representação social da velhice é, assim, bastante marcada pela inserção do individuo no processo de produção”. A velhice dos trabalhadores está vinculada à inutilidade e à incapacidade de produzir.

De acordo com Simões (2007), para o patronato empresarial, não compensa mais sustentar estes velhos no mercado de trabalho, uma vez que o salário pago não compensa o rendimento produzido por eles. Instituem-se as caixas de aposentadoria, os limites de idade para o trabalho assalariado. A finalidade de tais caixas era aumentar a produtividade e diminuir os custos da produção. Há uma renovação no quadro de trabalhadores, substituindo os não-produtivos pelos mais jovens.

A princípio, as aposentadorias na Europa e nos Estados Unidos, entre 1945 a 1960, foram instituídas para substituir às ações filantrópicas, dirigidas à população carente. Eram medidas de ajuda às famílias dos idosos carentes e de proteção aos velhos trabalhadores que não tinham condição de auto-sustento. A aposentadoria, com este caráter assistencialista, oferecia uma identidade específica aos velhos, como aqueles que não podiam se sustentar, dependentes da família e do Estado. A velhice era definida como uma fase de pobreza, de dependência e de assistencialismo (Debert e Simões, 1994).

No Brasil, de acordo com Peixoto (2007), a aposentaria legitimou-se com a criação, em 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social, que abriu caminho para a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A previdência passou a ser um elemento de ordem pública. Em 1974, estabeleceu-se uma renda mensal vitalícia de 60% do salário mínimo para as pessoas de mais de 70 anos e, somente com o advento da nova constituição brasileira em 1988, estabeleceu-se o salário mínimo como direito dos idosos.

De acordo com Bosi (2007), no capitalismo, a atividade que o sujeito realiza define quem ele é. Assim, com a chegada da aposentadoria e o abandono do trabalho, este se sente desorientado, já que, socialmente, é destituído da função social que lhe foi atribuída desde o início da vida, produzir.

Ante o crescimento dos aposentados da classe média, esta imagem do velho carente, que deve ser assistido pelas instituições estatais e cuidado pela família, começa a se alterar. Como afirma Simões (2007), estes, por possuírem uma melhor condição financeira, não dependiam da aposentadoria estatal para sobreviver, estavam ligados aos fundos de pensões privados. A aposentadoria, que funcionava para os velhos carentes como medida de assistência, passa a ser independência financeira para a crescente classe média de aposentados.

Os investimentos da classe média nos fundos de pensões vão fazendo que estes se transformem em agências financeiras poderosas. Um novo mercado financeiro é criado para atender ao novo grupo de idosos. Acompanhando o crescimento do novo mercado, ocorre a criação de uma nova categoria para o envelhecimento, em contraposição às classificações pejorativas dos velhos aposentados; cria-se, como denomina Debert (2007), a terceira idade.

A terceira idade é uma classificação que substitui a categoria velho. O idoso não é mais um velho carente que precisa de assistência do Estado. Ele é um sujeito ativo, independente, com poder de consumo para suprir suas necessidades. O novo conceito retira a característica de término da velhice; esta passa a ser vista como mais uma etapa da vida, mais uma idade e não a última, como era caracterizada anteriormente.

Até o termo aposentadoria ganha um adjetivo a partir da nova classificação; ela passa, agora, a ser denominada aposentadoria ativa. Tal mudança vem para diferenciar a aposentadoria que caracterizava um momento de descanso e recolhimento, para um período de atividade e lazer. Como afirma Debert (2004 p. 61), “os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações; ‘nova juventude’, ‘idade do lazer’, [...] o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social”.

Nesta inversão de signos, o envelhecimento perde as suas características tradicionais, de uma fase de recolhimento, de conservação da cultura e de reelaboração do passado, para o retorno à juventude. O prestígio pelo novo, pelo jovem que encontra-se presente no discurso cotidiano é colocado como a forma adequada para o

envelhecimento saudável. Como afirma Haddad (1986) o idoso, para viver bem a sua velhice, tem que conservar-se jovem.

Encontra-se, aqui, uma contradição: envelhecer tornando-se jovem. A busca da eterna juventude e a negação do processo de envelhecer.

Não estamos defendendo a idéia de que todo idoso tem que ficar recolhido e apenas apegado ao seu passado, não inovando e procurando formas de atualização. A velhice pode ser vivenciada de formas diferenciadas e devem ser experienciadas tais formas emergentes do envelhecer. Queremos enfatizar que, destacar a juventude para um grupo que não atingirá as expectativas e características do jovem, é preconizar uma idéia falsa e ideológica, cujo grande objetivo é a manutenção do consumo de uma nova faixa de mercado.

Mesmo pautadas em interesses financeiros e de mercado, as imagens criadas pela categoria terceira idade possibilitaram novas formas de pensar e viver o processo de envelhecimento, o que proporcionou uma revisão dos estereótipos e uma desestabilização de imagens culturalmente arraigadas sobre o envelhecer. Nesse novo cenário, há abertura para maneiras diversificadas de se viver a velhice, não há apenas uma forma de envelhecer, esta fase passa a ser vista como um processo heterogêneo.

No entanto, expandir e valorizar características específicas de uma idade (a juventude) como um padrão que deve ser seguido por outros grupos etários (adultos e idosos), como meta para atingir uma vida saudável, é restringir um processo de desenvolvimento que possibilita a diversidade a uma forma específica de relações e vivências.

Colocar a juventude como parâmetro para indivíduos que estão passando por um processo de envelhecimento é negar a dimensão biológica que faz parte desse processo. Um idoso não tem mais a mesma disposição física e a estrutura biológica de uma criança ou adolescente. Como afirma Neri (1995), estes se encontram biologicamente, em uma fase de expansão e crescimento; diferente do idoso que está em um processo de desestruturação biológica. A capacidade física para a realização de algumas atividades encontra-se limitada pelo vigor corporal, os seus reflexos encontram-se mais lentos, a audição, a visão e a locomoção passam a ser limitadas. Cria-se, portanto, uma nova falácia.

## **1.2. A falácia da velhice (apenas) cultural**

Featherstone (1994) apresenta algumas reflexões a respeito da relação entre a esfera biológica e a cultural no processo de envelhecer. Para que um sujeito seja inscrito em um universo cultural, ele necessita, primeiramente, aprender a controlar alguns processos biológicos básicos, que não devem ser negados. Afinal, a capacidade de estabelecer relações sociais e inscrever-se na cultura “[...] depende de pré-condições biológicas (o complexo vocal, a flexibilidade dos músculos faciais, etc.) que se desenvolveram como parte de um longo processo de evolução”. Não podemos desvincular a construção social dos aspectos biológicos, que são as fontes formadoras, o sêmen da realidade social.

Featherstone (1994) apresenta três tipos principais de competências que o indivíduo deve aprender a controlar para se inserir no mundo social: as habilidades cognitivas, o controle do corpo e o controle emocional. A primeira diz respeito ao uso da linguagem e à capacidade de comunicação; a segunda baseia-se no controle dos movimentos do corpo, como membros, cabeça, movimentos mais complexos como sentar, ficar em pé e andar, tanto quanto a capacidade de conter ou reter os fluidos corporais. Por fim, o controle emocional é a capacidade de controlar a expressão das emoções, de modo que a perda de controle destas emoções só ocorra em ocasiões que possam ser aceitas socialmente.

A perda ou a possibilidade de perda destas liberdades confere ao indivíduo que as sofreu um nível de dependência ou invalidez. Na velhice há uma ameaça de perda destes controles vitais, já que há um crescimento de doenças que debilitam a capacidade da pessoa idosa no controle de seu corpo (incontinências, artrite, dificuldades de movimentar-se, etc.), bem como uma desestruturação nas capacidades comunicativas (a fala mais lenta, diminuição na audição, visão), que limitam os idosos frente a algumas atividades.

Assim, colocar a juventude como parâmetro, impor estas expectativas de comportamentos para os idosos, é negar um processo de desenvolvimento que está inscrito em uma esfera biológica.

Para Chauí (2006), os especialistas, como detentores do saber científico, possuem a autoridade de legitimar e definir categorias de classificação e padrões de comportamentos esperados para os indivíduos. A ciência, amparada pela sua rigorosidade metodológica na construção de um saber sistematizado, impõe-se como verdade instituída.

A ciência, como portadora do conhecimento, contribui para a perpetuação da concepção jovem de velhice, tendo como porta-vozes do saber os especialistas. Haddad (1986) mostra como os gerontólogos (classe que abrange os médicos, psicólogos, antropólogos assistentes sociais, em suma os estudiosos do processo de envelhecer), muitas vezes, encorajam os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais que são pautadas na concepção saudável de envelhecimento: a preservação do corpo, a busca da juventude, da atividade, da recreação frente ao recolhimento.

Os gerontólogos ditam as regras do bom envelhecer e instituem formas de experienciar e viver a velhice.

Não que os cientistas não devam procurar pesquisar o envelhecimento e seu desenvolvimento. O problema está em legitimar os produtos desses estudos científicos como interesses econômicos e regras que devem ser seguidas para o bom envelhecer. Os sujeitos até têm a opção de não seguir tais regras, porém, se fizerem isto, serão socialmente culpabilizados, caso algum mal os atinja, porque não seguiram os ditames das autoridades do conhecimento. Como afirma Debert (2004, p. 229): “[...] corre-se o risco de transformar o direito de escolha num dever, numa obrigação de todo cidadão”.

Na voz dos especialistas, os discursos da ciência e do poder se sobrepõem. O discurso do conhecimento passa a ser a prática da arbitrariedade. A linguagem dos especialistas detém os segredos da realidade vivida, eles é “[...] que ensinarão a cada um como relacionar-se com o mundo e com os demais homens” (Chauí, 2006 p. 12).

O curso de vida, que é um processo de desenvolvimento criativo e heterogêneo, no qual não há uma única forma de infância, de envelhecimento ou adolescência, pautado nas especialidades, passa a ser vivenciado como um processo homogêneo, em que todos devem seguir as regras ditadas a partir do conhecimento científico para atingir a meta saudável.

O discurso dos especialistas corrobora com a busca, ilusória e consumista, do envelhecimento como um retorno a juventude. O saber científico não é um mero sistema de técnicas, mas um conhecimento que produz normas, que estabelece critérios, que transforma opções em regras que devem ser seguidas.

Como afirma Debert (2004), o envelhecimento é construído a cada experiência. O processo de envelhecer não é homogêneo. Afinal, a sua construção depende do somatório de vivências de cada indivíduo, bem como dos valores que estes trazem consigo, juntamente com suas condições ambientais, seu momento histórico e sua formação cultural.

O processo de desenvolvimento é uma trama de eventos coletivos e experiências individuais que produzem fenômenos heterogêneos que não podem ser apreendidos, de forma exata, por normas e regras gerais. Os depoimentos de pessoas idosas, presentes nos estudos de Novaes (1995 p. 22), mostram que o envelhecimento “[...] é uma experiência subjetiva e social intensa e variada, que pode ser às vezes, uma longa derrota, como uma permanente vitória”; ou, como afirmam Staudinger, Arsiske e Baltes (1995 p. 224) “para alguns, a velhice é a fase da vida caracterizada por liberações, enquanto para outros ela é o teste final da saúde física”.

O sujeito não é nem um indivíduo marcado apenas pela singularidade, nem uma massa modelada e ditada pela coletividade. Ele é um ser histórico que se constrói a partir das relações sociais, todavia, não se restringe a tais relações. Como afirma González Rey (2004), ele é capaz de ressignificá-las e transformá-las, porque traz consigo uma história individual, com conteúdos e experiências específicas. Este sujeito não apenas transita entre a esfera individual e coletiva, ele está inscrito na intersecção destas duas dimensões.

No entanto, não é porque afirmamos a singularidade deste sujeito que não podemos traçar e estabelecer alguns parâmetros quanto aos processos de envelhecer. Afinal, ele está inserido em um contexto sócio-histórico, que estabelece relações sociais específicas, as quais irão interferir na construção social da velhice como um fenômeno que apresenta características homogêneas e coletivas. O que não devemos fazer é reduzir este sujeito, que possui capacidades de transformação e ressignificação, a normas e regras instituídas.

De acordo com Novaes (1995), a trajetória de vida representa a totalidade das vivências e experiências acumuladas, perpassadas pelos valores integrados pelo sujeito que irão influenciar a forma como ele interpreta o mundo. No processo de envelhecimento a totalidade das experiências vivenciadas, bem como a postura de pessoadiante do mundo tornam-se mais evidentes. Nessa etapa, os valores e comportamentos assumidos encontram-se mais enraizados do que na adolescência ou na infância.

Mesmo havendo o enraizamento de comportamentos vivenciados durante a vida, o envelhecimento é caracterizado por uma fase de aquisição e aprendizagem de novas relações sociais. Para Baltes e Silverberg (1995), existem três domínios gerais que alteram o cenário de vida do sujeito no processo de envelhecimento: as perdas quanto à

capacidade biológica; as pressões e perdas dos papéis sociais e o ajustamento em relação ao tempo.

As perdas quanto ao corpo e ao vigor físico fazem o idoso encontrar-se em um papel de dependência. No entanto, é um erro considerar a velhice como uma fase apenas de dependência. De acordo com Baltes e Silverberg (1995), a dependência e a autonomia são aspectos presentes em toda a trajetória de vida. Tanto a criança, o adolescente, o adulto quanto o idoso apresentam, em suas fases de vida, características dependentes e autônomas. Afinal, há instabilidade e desestruturação tanto das exigências sociais quanto das biológicas em todo o trajeto de vida, não apenas na velhice.

De acordo com Novaes (1995), a diferença está que, na infância, na adolescência e na velhice, os indivíduos apresentam maior necessidade de auxílio do que na vida adulta. Tanto os idosos quanto os adolescentes e as crianças necessitam de maiores cuidados, já que vivenciam um processo de intensa mudança nos aspectos corporais, psicológicos e sociais. Não que, na vida adulta, não estejam presentes alterações e conflitos, mas acredita-se que elas serão menos intensas.

A dependência na infância e na adolescência é vista, no modo de organização atual, como um fato natural. Mesmo que as crianças e os adolescentes desfrutem de certa autonomia, esta ainda não lhes foi instituída e não lhes é cobrada. Já na vida adulta, é socialmente outorgada ao sujeito esta independência. Na maturidade o indivíduo desempenha papéis sociais que oferecem tal autonomia a ele, como o trabalho, a função de cuidador, de pai, etc. Já na velhice, como aponta Neri (2006), a dependência é percebida como a perda da autonomia. O idoso, que antes usufruía de certa independência como adulto, necessita, na velhice, de alguns cuidados antes dispensáveis.

Para o idoso, de acordo com os estudos de Baltes e Silverberg (1995), os aspectos relativos à dependência estão ligados, sobretudo, a doenças e à incapacidade física para a realização de algumas tarefas. Todavia, no que concerne ao seu poder de decisão frente aos problemas e necessidades do dia-a-dia, ele conserva a sua autonomia e capacidade de escolha, com exceção daqueles que apresentam doenças degenerativas que comprometem diretamente a sua capacidade de raciocínio.

Assim, na velhice, a dependência física é frequentemente confundida com dependência em tomadas de decisão, o que pode levar a uma submissão total do idoso e à negação de sua liberdade, autonomia e capacidade.

As pressões e perdas dos papéis sociais também são elementos que alteram o cenário de vida do sujeito no processo de envelhecimento. Com o advento da aposentadoria, o campo social do idoso se restringe, visto que o contato com seu ambiente de trabalho encontra-se distante, bem como as relações sociais nele estabelecidas.

A inatividade no trabalho traz consigo uma desestruturação no sujeito. Como afirma Bosi (2007) o indivíduo, que aprendeu a atribuir o sentido de sua vida ao trabalho, é destituído dele quando chega à velhice, já que não exerce mais a atividade que o definia como sujeito social. Este indivíduo sente que perdeu a sua função na coletividade. Qual a atividade que ele exerce? Como ele se define?

Além das perdas quanto ao trabalho, há também a perda de parentes próximos, alguns por distanciamento, como os filhos, e outros por morte, como o cônjuge, irmãos e amigos. Há uma mudança geral no seu mapa social, levando o idoso a uma perspectiva de isolamento.

O isolamento social nem sempre é algo negativo ou um problema para os idosos. Baltes e Silverberg (1995) apresentam uma concepção mais positiva sobre o fenômeno. Para eles, os idosos nem sempre se isolam, o que ocorre é que eles são mais seletivos quanto ao contato social. Diferentemente dos adultos e jovens que se relacionam por meio do trabalho, os idosos procuram relações sociais que os beneficiem emocionalmente, relações que lhes ofereçam um suporte afetivo, não apenas social.

Qualquer que seja o motivo, as perdas e pressões sociais ocorridas no envelhecimento realizam uma reconfiguração dos idosos frente às suas relações e diante do mundo. Há um novo enquadramento social que altera a forma de se portarem diante da vida e dos acontecimentos cotidianos.

### **1.3. O envelhecimento vivido – tempo e memória**

A vivência e a experiência do tempo no envelhecimento é outro domínio que altera a forma do sujeito se relacionar com o mundo. Para Novaes (1995), comparado com o tempo das crianças, adultos e jovens, o tempo social dos idosos é menor, afinal estão no processo final da trajetória de vida. Os anos, que antes eram abundantes, na velhice tornam-se mais escassos.

Para compreendermos melhor a temporalidade no envelhecimento temos que, antes, refletir sobre o tempo. Elias (1998) afirma que o tempo é, antes de mais nada, um

quadro de referências que um grupo humano elege para se situar dentro de uma seqüência contínua de mudanças. O tempo pode ser definido como uma referência dentro de um fluxo contínuo. A princípio não há passado, presente e futuro, tais conceitos serão determinados pela referência, ou pelo corte realizado na continuidade. Assim, há para o sujeito o momento antes do corte e depois do corte, estabelecendo-se o tempo.

Por exemplo, o movimento que o Sol estabelece em torno da Terra é um movimento contínuo; quando o homem elege como referência o Sol ele inaugura a esfera temporal. Ele estabelece uma descontinuidade ou um corte neste fluxo contínuo que é o movimento Solar. Então, ele poderá se situar em referência a cada posição deste astro e estabelecer uma relação desta posição aos seus acontecimentos cotidianos. Como uma comunidade que orienta suas atividades de acordo com a posição do Sol, caçamos antes do alvorecer, cultivamos o solo ao correr do sol e pescamos no crepúsculo.

O tempo é concebido como a quebra na continuidade, a referência. Mas será que há apenas uma forma de tempo? Para o objetivo deste estudo, iremos nos ater a apenas duas formas, definidas por Elias (1998) como tempo social e tempo vivido, ou experiência do tempo. O primeiro refere-se ao quadro de referência eleito e compartilhado pelo grupo, ou seja, a escolha da referência e a forma de se situar frente ao elemento escolhido são os mesmos para todas as pessoas do grupo, como os instrumentos sociais que situam os indivíduos no tempo, como calendários, o movimento da lua, do Sol, a posição das estrelas, entre outros. Já o tempo vivido ou experiência do tempo não se encontra linearmente determinado pela coletividade em passado, presente e futuro. Nele, nem todos compartilham que hoje é dia 25 de setembro, que ontem foi 24 e amanhã será 26. Esta linearidade temporal, de acordo com Goldfarb (1998), nem sempre se encontra presente no tempo vivido pelo indivíduo.

A experiência do tempo para o sujeito, a princípio, como define Goldfarb (1998), é a vivência de uma seqüência contínua de mudanças. Um fluxo contínuo de pensamentos e sentimentos. Passado, presente e futuro encontram-se dispersos neste fluxo, como o que se foi (o passado), o desejo de vir a ser (o futuro) e a continuidade (o presente). No momento em que o indivíduo resgata em sua memória alguma experiência do passado ou projeta algum acontecimento que deseja para o futuro, estabelece referências que lhe vão oferecer uma nova linearidade temporal. Ele constrói um quadro de referência frente à seqüência contínua de mudanças, instaurando o seu tempo.

O tempo vivido pelo sujeito, ou a experiência do tempo, nem sempre é compatível com o tempo social. Há situações em que o sujeito, por estar rememorando seu passado e retomando suas experiências, vivencia, vagorosamente, o tempo social. Aqueles poucos dez minutos de memória, de retorno ao passado, foram para ele uma parte de sua juventude.

Existe diferenciação entre o tempo social e o vivido; todavia devemos ressaltar que ambos não são dissociados. O sujeito, que tem a experiência do tempo vivido, está inserido em uma coletividade que compartilha uma mesma perspectiva temporal.

Na velhice, Goldfarb (1998) afirma que a vivência do tempo é experienciada de forma antagônica. Em relação ao tempo social, o idoso vivencia uma impressão de escassez de tempo, já que a cada ano que passa aproxima-se mais de sua finitude. Todavia a vivência do tempo é experienciada por ele de forma mais vagarosa; ele está apegado às suas lembranças, ao seu passado. Às vezes, duas horas no relógio passam a ser parte de sua infância. O tempo vivido pelo idoso passa lenta e vagorosamente, por ele estar mais atrelado às lembranças e as reminiscências do passado do que ao presente vivido.

O apego ao passado, de acordo com Beauvoir (1990), deve-se à percepção do presente, que surge, muitas vezes, como ameaça. O mundo que o idoso investiu e construiu demonstra-se instável, novas crenças e formas de relações se estabelecem e seus valores, projetos e desejos vão sendo esquecidos. A retomada do passado é uma forma de conservar aquele universo que não está mais presente, é sobreviver ao tempo atual.

Com a perda do mundo em que viveu, há também um sentimento de perda do próprio ser. Afinal, aquele universo do qual ele fazia parte era ele também, e a desconstrução daquele mundo é a perda de si. De acordo com Novaes (1995), retomar e transmitir os acontecimentos passados a outrem é uma forma do indivíduo trazer à luz aquele universo envelhecido, inscrevendo-o no tempo e perpetuando a sua marca no momento presente, acreditando que, se passar a alguém alguns vestígios daqueles momentos, o seu universo ainda pode resistir.

O desejo de inscrever as reminiscências no tempo é como a alusão que Calligaris (2004, p. 354) faz sobre o tempo e o desejo humano pelas histórias sobre o fim do mundo: “o essencial, nelas, não é que o mundo acabe, é o destino dos escassos sobreviventes. Pois sempre há sobreviventes”.

A recuperação mnemônica, ou a apreciação ao passado, pode ser compreendida não apenas como uma negação do tempo presente, mas a reconstrução de uma vida, o resgate do sujeito. Para o idoso, de acordo com Bosi (2007), reconstruir o passado no momento presente é atribuir um sentido à existência, é integrar as experiências e acontecimentos acumulados durante toda trajetória de vida, oferecendo explicação à situação presente.

A memória tem a função de unir o começo ao fim, trazendo a compreensão do hoje e da trajetória de vida. O passado restringe-se, em si, apenas a uma competência abstrata que pode ser escrita ou compreendida por outros que até mesmo não vivenciaram aquele momento. Já a memória e suas reminiscências são o passado em vida, a retomada de um processo no momento presente. A lembrança permite a perpetuação do passado em eternidade presente.

Vernant (2002), em seus estudos mitológicos, afirma que *Mnemosýne*, a divindade representante da memória no panteão grego, não reconstrói o tempo e tampouco o anula. Ela realiza uma ponte entre o presente e o passado. Esta não é uma ligação somente do que se foi de um passado perdido no tempo, mas do que se vive hoje, no presente. O passado, para os gregos, é a fonte primordial para a compreensão do presente, é a gênese dos deuses, o nascimento da humanidade, o encontro com o original. Afinal, o passado não é apenas o antecedente do presente, ele é a sua fonte.

O mesmo autor (2002) descreve que, na mitologia grega, os homens, antes de abandonarem o mundo dos vivos e ingressar no Hades (mundo dos mortos), bebiam da fonte do esquecimento, passavam pelo Aquaronte, ou o rio do esquecimento. Todos os que por ali passavam perdiam todas as suas lembranças e a consciência do que haviam sido. O esquecimento é a água da morte, na qual se perde o ser. Já *Mnemosýne*, a memória, é fonte de vida, a permanência no presente. A conservação da memória leva o sujeito à perpetuação do passado, do que se foi, e a compreensão do presente, do que se é.

Quem conserva a memória, transcende a condição de morte, afirma Vernant (2002), como no mito de Etálide, que era filho de Hermes, o qual deu a ele uma memória inalterável. Etálide, mesmo ao atravessar o rio do esquecimento na entrada do Hades, conserva as suas reminiscências e, mesmo vivendo na morada da sombra ou no mundo dos vivos, guarda consigo sempre a lembrança do que viu.

Para Vernant (2002), a memória traz consigo a capacidade de transmutar a experiência temporal do presente. Ela é um privilégio que pertence a todos aqueles que

sabem discernir, para além do presente, o que está enterrado no mais profundo passado e amadurece para os tempos que virão. A reminiscência do passado traz para o momento presente vivências acumuladas para lidar com os acontecimentos futuros.

Como afirma Bosi (2007), a vivência mnemônica do adulto é norteada pelo presente, a sua memória está ligada às atividades cotidianas. As lembranças longínquas, que não estão relacionadas com os afazeres do presente, são vistas como ócio ou lazer. Já para o idoso, o lembrar torna-se sua atividade primordial, um trabalho exigente, que necessita da abstração do momento presente para ser realizado.

O idoso, ao resgatar o passado, traz à tona um mundo esquecido, com diferenças culturais, que, se não fosse retomado e transmitido a outrem, estaria fadado ao esquecimento. Ao contar as suas experiências, remontando o cenário de tempos idos, o idoso perpetua no outro a cultura e a forma de vida de um mundo que se foi. A perpetuação do passado no outro é sentida por ele como continuidade. Como o Guardador de Rebanhos, de Alberto Caeiro (Pessoa, 2004), que cuida de suas idéias e lembranças como rebanhos, que estão à espera de um dia serem encontradas por outrem.

O processo de envelhecimento proporciona ao idoso a capacidade de integração do curso de vida. Ele já passou pelos vários processos de desenvolvimento e traz consigo as experiências vividas em sua trajetória, o que oferece a ele domínio sobre a integração entre o começo e o fim da vida. Nenhum outro tem a competência para a compreensão do ciclo vital como o idoso.

A acumulação de experiências leva alguns idosos a atingir um grau elevado de domínio e especialização em várias atividades. Para Simson e Giglio (2006) um domínio nos quais os mais velhos podem se destacar, graças ao acúmulo de informações e experiências que obtiveram ao longo da vida, é o de reconstruir a história, de interpretar o passado e manejar os problemas do presente.

O idoso é aquele que possui o conhecimento sobre a vida e sobre a condição humana. Ele é o único que vivenciou todo o processo vital, o que lhe traz um alto nível de praticidade sobre os acontecimentos cotidianos. Sua experiência de vida acumulada não foi integrada de forma didática, acadêmica ou por meio de leituras, foi absorvida pela vivência do tempo.

O envelhecimento, como o desenvolvimento, é um processo de criação, de vida, de construção constante. O curso de vida é uma continuidade que se constitui na vivência. O envelhecimento não é um processo já traçado, estático, ele se configura e se

constrói na experiência cotidiana, nas relações com o outro, é uma constituição contínua.

Na construção desse processo, tanto o grupo quanto a comunidade à qual o sujeito pertence são fontes importantes para compreender como o envelhecimento é significado e experienciado pelos idosos. Afinal, as formas como o grupo concebe e atribui valores à velhice são preponderantes na construção da representação social do envelhecimento para os idosos pertencentes a esta comunidade. As crenças, valores e percepções cunhados e compartilhados na vida cotidiana de um grupo são os alicerces nos quais os sujeitos constroem o conhecimento e a vivência sobre este fenômeno, o envelhecimento. Como afirma Novaes (1995, p. 79):

*[...] a velhice não deve ser entendida como uma entidade isolada, mas sim, através da pluralidade de inscrições sócio-culturais, o que faz com que a representação social do idoso se diferencie nos diversos contextos e esteja sujeita à interferências de preconceitos e estereótipos sociais.*

## 2. CONHECENDO A REALIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

Segundo Marková (2006), Kant (1724-1804) foi quem problematizou o conceito de representação na teoria do conhecimento. De acordo com Höffe (2005), Kant concebia a racionalidade como a faculdade estruturante de categorias que permite ao sujeito emitir juízos e conceitos sobre o mundo. Tais categorias possibilitariam ao homem constituir uma noção de realidade, porém esta não reproduziria a totalidade do real. Na teoria de Kant, o sujeito, por meio da razão, lança feixes de luz que iluminam partes da realidade. O mundo só pode ser concebido no campo da experiência; o universo, em sua totalidade, será sempre desconhecido. O que pode ser compreendido é a realidade constituída pela mente humana em contato com a experiência, que, apesar de não ter acesso ao mundo como ele é, permite ao homem, por intermédio de categorias, elaborar representações que oferecem significados e sentidos a objetos desta realidade.

Assim, as representações não são reflexos passivos da natureza, são produzidas ativamente pela mente humana à partir da experiência. O conhecimento do mundo só se torna possível, mesmo que de forma parcial, no campo da experiência, na qual o sujeito constrói a realidade.

Posteriormente Durkheim (1858-1917), partindo do pressuposto de que o conhecimento é uma construção coletiva, fruto do compartilhamento social, postulou que o mundo seria apreendido pelo sujeito a partir da experiência social, mediante as representações coletivas. Tais representações teriam a função de orientar e oferecer parâmetros para as ações dos sujeitos. Elas permitiriam a estes compreender, perceber e sentir o universo social que os circundava. As representações coletivas seriam as fontes estruturantes do conhecimento social. O sujeito concebe o mundo e a realidade tomando por base as representações formadas coletivamente (Durkheim, 1995).

Para Durkheim (1995) as representações coletivas são fatos sociais que estabelecem linearidade e estabilidade nas relações sociais. Elas são: “[...] fenômenos sociais em si mesmos separados dos sujeitos conscientes que as concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós” (p.28). Tais representações são compreendidas como entidades independentes dos sujeitos que as internalizam. Há um movimento único que vai das

representações para os sujeitos. São elas que instituem os valores, as crenças e as formas de se portar e agir diante das situações cotidianas. Como afirma Moscovici (2004, p. 47): “Durkheim, fiel à tradição aristotélica e kantiana, possui uma concepção bastante estática dessas representações”.

Talvez esta visão cristalizada de representação e esta concepção determinista de sujeito devam-se ao fato de as investigações de Durkheim terem sido baseadas em sociedades ditas primitivas, que tinham como base organizadora fundamental, a religião. De acordo com Moscovici (2004), tanto as sociedades primitivas quanto as instituições religiosas apresentam, em seu cerne, homogeneidade cultural; ambas têm um modo de organização social pouco complexa, com estruturas e papéis sociais relativamente fixos e rígidos, o que leva a pouca divergência entre os valores e conceitos elaborados em seu interior, bem como a uma maior estabilidade das representações aí constituídas.

Além disto, podemos pensar na herança positivista que norteia a teoria sociológica de Durkheim. Como afirma Santos (1999), de acordo com a concepção positivista, a função da ciência é construir um conhecimento que descubra as leis universais que regem os fenômenos da natureza, leis imutáveis que estão à espera de serem desveladas pelo pesquisador. De acordo com esta vertente epistemológica, o saber científico é formado pela observação e mensuração dos fatos objetivos que constituem a realidade. Direcionado por tal perspectiva científica, Durkheim elegeu as representações coletivas como seu objeto de estudo, concebendo-as como fatos sociais, ou seja, fenômenos coletivos que podem ser observados e quantificados de forma objetiva, na vida social.

Para Moscovici (2004), apesar de Durkheim ter contribuído para a compreensão das representações coletivas no campo das ciências sociais, sua teoria foi superada a partir das investigações realizadas na sociedade moderna. Este novo modelo de organização social apresenta uma formação mais complexa, com maior diversidade, mudanças e diferenças culturais. Por isso, seu estudo trouxe questionamentos a respeito da estrutura rígida e estável das representações. Não que as sociedades modernas não apresentem representações de cunho coletivo; todavia as redes de conhecimentos que formam não se restringem a este tipo de representação. Sociedades complexas possibilitam o desenvolvimento de representações heterogêneas, que oferecem ao sujeito formas diversas de significar e re-significar a realidade.

## 2.1. As representações sociais

Farr (2003) afirma que a investigação científica realizada sobre os acontecimentos da modernidade permitiu o desenvolvimento de modelos teórico-metodológicos que concebem a existência de dinâmica e movimento tanto nos fenômenos sociais quanto nos indivíduos, os quais passaram a ser vistos como sujeitos ativos na construção da realidade. Os acontecimentos sociais não são mais concebidos como fatos dados e pré-estabelecidos, mas como elementos em transformação, construídos nas relações sociais.

Um dos expoentes desta nova concepção sobre os fenômenos psicossociais foi Moscovici. Segundo Duveen (2004, p.17), ao contrário de fixar-se no estudo de estruturas sociais estáticas

*Moscovici esteve mais interessado em explorar as variações e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades modernas. Essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. Dentro de qualquer cultura há pontos de tensão, mesmo de fratura, e é ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional duma cultura que novas representações emergem.*

Em outras palavras, é nas relações sociais, no encontro entre sujeitos, que as diferenças, as perspectivas divergentes sobre um mesmo acontecimento, entram em contato e, muitas vezes, em atrito. Tais discrepâncias estabelecem tensões entre as representações, que levam o indivíduo a repensar seu posicionamento frente ao fenômeno refletido. Tais crises formam fendas e lacunas conceituais que abrem possibilidades para a elaboração de novos sentidos e formas de significar os eventos e o espaço social.

Pensando desta maneira, representar é oferecer sentido e ordem às relações cotidianas, desenvolvendo formas de pensar e explicar a realidade social; é compartilhar modelos de pensamento e explicações que são construídos e reconstruídos pelos indivíduos durante o processo de socialização e, com bases nesses modelos compartilhados, constituir uma nova realidade. Como afirma Moscovici (2004, p. 46):

*[...] as representações devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma*

*posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de forma significativa.*

Jovchelovitch (2000) remete-se às representações sociais como um conjunto de conceitos, significados e explicações originadas na vida quotidiana, no contato entre os indivíduos e os grupos sociais. Elas propiciam, nessas relações de contato e comunicação, a construção de uma teia de significados capaz de criar e explicar efetivamente a realidade social.

É nas relações de troca, nas divergências vivenciadas nos processos de comunicação cotidianos que as representações são forjadas;

*[...] pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem, dão oportunidades ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (Moscovici, 2004 p. 41).*

Moscovici (2004) explicita que as funções básicas das representações são as de estruturar os objetos, pessoas ou acontecimentos, oferecendo a tais fenômenos uma forma, e de classifica-los em uma determinada categoria. Assim, gradualmente, cada modo de conhecimento é colocado em um modelo que é distinto da coletividade, por pertencer e ser pensado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, é compartilhado socialmente, por perpassar, pertencer e existir nas mediações de um grupo.

Para que o indivíduo consiga estruturar e dar sentido aos fatos socialmente construídos na vida quotidiana, ele precisa, primeiramente, familiarizar-se com os objetos e acontecimentos que lhes são alheios, transformando-os em fatos que pertençam a sua realidade. Como caracteriza Moscovici (2004), “[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar [...]” (p.54).

Os processos de comunicação e de formação das representações começam a se estruturar a partir do momento em que o sujeito atribui ao objeto, não-familiar, incógnito, características conhecidas, que o tornam próximo de sua realidade. Para isso, precisa categorizar tal objeto em um rol de significados e valores que lhe sejam familiares. Tal categorização não acontece de forma isolada, circunscrita ao campo

individual, já que as características que o sujeito oferece ao objeto foram construídas ao longo do percurso histórico tanto do indivíduo quanto da humanidade.

De acordo com Jodelet (2001), o processo de transformar idéias e acontecimentos não-familiares em objetos atuais é uma tarefa árdua. Para dar-lhes uma feição familiar, faz-se necessária a atuação de dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação.

O primeiro mecanismo, a ancoragem, como afirma Moscovici (2004), pode ser definido como um processo que transporta e classifica uma idéia ou acontecimento, que é estranho e perturbador ao sujeito, e o enquadra nos sistemas de categorias de conhecimentos que o indivíduo já dispunha. Tal processo permite ao sujeito manipular, interpretar e controlar o que era, antes, inclassificável.

Moscovici (2004) utiliza a metáfora da ancoragem de um barco para explicar tal processo. Para ele, ancorar é guiar o objeto desconhecido a um cais que possui características específicas, porém similares às do objeto incógnito. Imaginemos uma tripulação perdida em um mar desconhecido, sem referência, à procura de um ancoradouro que lhe dê suporte, pouso e descanso. O capitão, ao avistar o ancoradouro, consegue distinguir, pela flâmula hasteada no porto, a sua localização. Nesse momento, o mar, que se apresentava ameaçador e desconhecido, revela-se dócil para a tripulação; seu capitão poderá controlar as variáveis da navegação e saberá por onde e para onde transitar.

A ancoragem possibilita a comunicação e a relação entre os indivíduos. Afinal, como poderia haver comunicação sem antes saber do que o outro está falando? Classificar e categorizar fenômenos e objetos fazem parte da base de formação das representações, que têm seu nascimento no campo da comunicação social.

Moscovici (2004) explica que o processo representacional não ocorre apenas no plano cognitivo. No momento em que o sujeito estabelece critérios para a classificação de um fenômeno, ele oferece a este um sentido afetivo/emocional, de cunho positivo ou negativo, dependendo da relação que estabelece com o fenômeno categorizado.

Para explicitar melhor tal pressuposto, voltemos à metáfora da navegação. Por exemplo, os tripulantes, ao avistarem ao longe uma bandeira que apresenta como insígnia uma caveira com duas espadas, percebem que estão correndo sério risco, visto que, por meio daquele adereço, sabem que os homens que compõem aquela embarcação são desonrosos ladinos. Por outro lado, se avistarem uma canoa com dois pescadores,

podem pensar, “estamos chegando perto de algum povoado ou aldeia, poderemos reconstituir nossas energias com boa comida e pouso”.

Em ambos os casos, os tripulantes, ao avistarem tanto a bandeira quanto os pescadores, classificaram-nos e atribuíram a tais dados sentimentos e afetos, dependendo da referência de sua realidade. Por exemplo, se nossos viajantes fossem saqueadores, talvez não se intimidassem com a flâmula pirata e, provavelmente, vissem os pescadores como a possibilidade de pilhagem e riqueza. Os significados e os afetos em relação aos mesmos fatos seriam diferentes do primeiro caso. A ancoragem dos afetos está ligada diretamente ao universo social no qual o sujeito está imbricado.

De acordo com Jodelet (2001), enquanto a ancoragem classifica e categoriza os fatos que são alheios aos sujeitos, oferecendo a estes um sentido emocional, a objetivação é outro processo, que tem por finalidade oferecer à representação um sentido concreto, como um elemento presente na realidade cotidiana dos sujeitos sociais. Objetivar é atribuir ao objeto representado formas e imagens que estão presentes no dia-a-dia dos indivíduos que representam. É prover um núcleo figurativo, ou seja, um complexo de imagens que reproduzam, na esfera da realidade, um complexo de idéias que irão influenciar diretamente as relações sociais. É ligar palavras ou signos a imagens que melhor caracterizem a representação social do objeto concebido:

*[...] é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância. Temos apenas de comparar Deus com um pai e o que estava invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal (Moscovici, 2004 p. 72).*

Para exemplificar tal conceituação, pensemos nos conceitos diabo ou capeta. Tais palavras, quando associadas a qualquer objeto, oferecem a este um teor pejorativo, afinal, nas sociedades ocidentais, o diabo é a contraposição de Deus, é o sujeito do submundo. Um objeto associado a tal imagem deixará de existir apenas no plano das idéias, como um fenômeno cognoscível neutro, ele passará a habitar a esfera concreta da realidade cotidiana, como um objeto maléfico e talvez até destrutivo. Ao realizar tal associação entre o objeto e a imagem, estaremos preenchendo o objeto, que se encontrava vazio, com significados e sentidos. Ao compará-lo a uma imagem que se encontra presente na vida cotidiana dos sujeitos que representam, já estamos oferecendo a este algumas características e funções.

Tais imagens não são apenas elementos que existem no plano das idéias, são elementos que passam a ser concebidos no plano da realidade. Como observa Moscovici (2004, p. 74): “a imagem do conceito deixa de ser um signo e torna-se a réplica da realidade, um simulacro, no verdadeiro sentido da palavra”. As representações sociais transformam imagens conceituais e signos desconhecidos em realidade familiar concreta. Confortam e restabelecem um sentido de continuidade no grupo ou indivíduo que se percebia ameaçado pelo objeto desconhecido e não-familiar.

Para compreendermos melhor tal processo, pensemos em uma comunidade que tenha como base sustentável a pesca. Por exemplo, se um dia aparece um peixe predador que começa a extinguir os peixes da região, peixe este que não serve para venda, alimento, nada, tal animal passa a ser concebido pelos pescadores como um predador inútil, que apenas atrapalha o seu trabalho. Como é um animal que eles nunca viram, sentem a necessidade de atribuir-lhe um nome e, com ele, uma imagem comparativa que o represente, mas qual o nome ou figura que representaria tal peixe?

Retornemos à figura do diabo: qual é a utilidade prática de tal entidade? Apenas infortunar a vida alheia. Será que a função do peixe, para a vida dos pescadores, não se apresenta da mesma maneira ou de forma similar? Tal peixe começa a ser associado à imagem do diabo, ou peixe capeta, o qual não tem função positiva alguma na vida dos sujeitos, apenas a de incomodar o trabalho da pesca. O que era antes desconhecido passa a fazer parte da realidade dos indivíduos, eles sabem como lidar com este objeto e qual a sua função em seu dia-a-dia.

O processo de oferecer sentido e familiaridade aos fenômenos que são estranhos e distintos aos sujeitos ou grupos não são concebidos, como diria Sperber (2001), de forma linear, como uma simples integração do conceito pelo sujeito. Tal processo tem como base as relações sociais cotidianas e os conflitos que nelas se produzem. Os sujeitos, ao se comunicarem, demonstram seus pontos de vista e entram em contato com formas diversas de interpretar o mundo, levando ao processo de familiarização de novos sentidos e conceitos.

Ao classificar novos valores e significados, o sujeito integra-os à sua forma de interpretar o mundo, reformulando-os de acordo com a realidade à qual pertence. A formação de uma representação social é um processo dinâmico, o qual abre possibilidade de re-configuração do real aos sujeitos que representam. “Enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada

um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (Moscovici, 2004, p. 37).

Para a teoria das representações sociais, a construção da realidade é formada na relação com o outro social. As representações não são conhecimentos estáticos, dados *a priori*, elas se estruturam nas relações sociais com outros sujeitos. Representar não é formular uma imagem estrita ou um reflexo idêntico à realidade. Como explica González Rey (2004), cada sujeito ancora e objetiva os objetos de forma particular e diversa; no entanto, isto não quer dizer que as representações são frutos da mente de cada um, isoladamente. O que oferece a ela o caráter social é o compartilhamento coletivo dos significados, conceitos e valores que as constituem. Mesmo apresentando aspectos singulares a cada indivíduo, uma representação só torna-se parte da realidade a partir do momento em que é compartilhada pelo grupo.

O que fomenta a formação das representações sociais, para Moscovici (2004), são as mudanças nas condições de vida dentro da sociedade. A inserção de fenômenos emergentes e novos acontecimentos alteram as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos. Tal modificação leva os indivíduos a uma reestruturação de suas representações e reformulações de seu conhecimento sobre a vida cotidiana. A representação é um conhecimento prático carregado de significados e afetos.

Moscovici (2004) afirma que as representações sociais são forjadas dentro do universo consensual ou do senso comum. Por senso comum, entende-se a vida diária, na qual as relações e as estruturas sociais se efetivam e perpetuam. O universo do senso comum é a realidade suprema da vida em sociedade, ela é a esfera comum aos sujeitos sociais.

Mesmo convivendo em esferas distintas, como artistas, religiosos, cientistas ou pensadores, todos os indivíduos compartilham do universo consensual, da vida diária em sociedade. Tal universo está inscrito na realidade cotidiana e constitui a dimensão máxima das relações sociais. Como pontua Moscovici (2007, p. 121):

*é gritante constatar que nós não podemos dispensar as ciências populares, nem substituir a linguagem ordinária por qualquer outra linguagem informática ou esperanto científico: nenhuma descoberta neuronal romperá com nosso pensamento ordinário. Tanto que nós vivemos com os outros, o mundo do senso comum é uma realidade e, tão escandaloso que pareça a alguns, ele não é e não pode ser outra coisa que o resultado de um conhecimento que possui sua verdade e razão.*

O espaço consensual é a esfera de formação do conhecimento do senso comum, conhecimento este que não apresenta exigências metodológicas e teóricas rígidas, como o universo científico, para se estruturar, como afirma Moscovici (2004). Este conhecimento é adquirido no decorrer do dia-a-dia, o sujeito não o desenvolve formalmente, é por meio do convívio e nas relações com o outro que ele se estabelece. O conhecimento do senso comum legitima de forma natural as regras sociais. Ele é um conhecimento prático que rege a vida em sociedade.

De acordo com Wagner (2000), as representações estão ligadas a um saber prático do sujeito sobre as atividades diárias. As representações sociais apresentam a sua raiz formadora nas relações sociais cotidianas. Elas ocupam um papel fundamental nos processos de formação e na manutenção da realidade social.

Para compreender qual a importância das representações para a dinâmica social é importante entender as funções das representações em tal processo. Abric (2000) apresenta quatro funções essenciais, desempenhadas pelas representações.

A primeira função definida por Abric (2000) é a denominada Função de Saber. Representar é construir um saber prático do senso comum, que permita aos sujeitos adquirir um conhecimento que possibilite a explicação e a compreensão da realidade. É eleger um quadro de referência comum, como valores, significados e sentidos, que explique os fenômenos sociais. O compartilhamento deste saber cotidiano é que possibilita as trocas, a comunicação e a transmissão dos conhecimentos sociais.

A segunda, de acordo com Abric (2000), é a Função Identitária, que tem por finalidade diferenciar e definir grupos, situando os indivíduos dentro do campo social. Os membros de um mesmo grupo apresentam representações similares, as quais são elaboradas coletivamente, formando um campo de conhecimentos, significados e sentidos análogos em relação aos acontecimentos da vida diária. Um sujeito só é visto como parte integrante de um grupo no momento em que participa de pontos de vista, crenças e valores semelhantes aos do grupo. Em outras palavras, os indivíduos, ao compartilharem representações, interpretam de forma similar o mundo social, oferecendo a este sentidos semelhantes. Assim tornam-se ou podem ver-se como semelhantes.

As representações sociais não são formadas dentro de qualquer grupo. De acordo com Wagner (2000, p. 14), são elaboradas dentro dos denominados grupos reflexivos:

*um certo número de pessoas compartilhando uma opinião é uma condição necessária mas não suficiente para que um sistema de conhecimento seja chamado de representação social. Adicionalmente, os membros dos grupos têm de conhecer os limites de sua validade; quer dizer, eles precisam ser capazes de atribuir uma determinada representação ao próprio grupo, se eles a subscrevem.*

Um grupo reflexivo é compreendido por Wagner (2000) como um grupo que é definido pelos seus próprios membros. Os indivíduos que o constituem se autodenominam pertencentes ao mesmo. Os sujeitos conhecem as características e estabelecem critérios que os definem como pertencentes a tal agrupamento. Ao atribuir características e critérios que determinam o grupo, os sujeitos estão subscrevendo a representação sobre o mesmo. Estão situando as formas de agir, pensar e relacionar com o universo que os cerca.

As formas de representar os fenômenos localizam os grupos e realizam uma diferenciação entre eles dentro do imenso campo social que é a realidade. Como afirma Abric (2000), as crenças e valores compartilhados por um grupo orientam-no nas relações práticas de sua vida cotidiana.

Assim, outra função das representações é denominada por Abric (2000) como Função de Orientação. Ela dirige e guia os comportamentos e as práticas sociais como um saber consensual socialmente elaborado, que tem um objetivo prático, o de auxiliar e nortear as ações dos sujeitos frente à realidade cotidiana.

Ao ancorar e objetivar um determinado elemento, os sujeitos classificam e oferecem a ele algumas características que vai definir a finalidade que este tem na sua vida diária. O modo como os sujeitos agem frente aos objetos ou fenômenos sociais tem como base as representações que definem a função e o sentido dado a tais objetos.

As representações sociais não só orientam as ações dos sujeitos, como também intervêm na avaliação das ações. Elas estruturam explicações que justificam as condutas dos indivíduos frente aos grupos. Tal papel é definido, de acordo com Abric (2000), como Função Justificadora, na qual as representações, ao atribuírem nomes e significados aos objetos, explicam as práticas dos grupos frente aos fenômenos da realidade.

Jodelet (2001) afirma que as representações não se limitam ao plano das idéias, elas estão ligadas, sem intermediações, às relações estabelecidas na vida social. Os

modos como os sujeitos concebem, interpretam, explicam o mundo e as ações que impõem a estes estão orientadas diretamente por suas representações.

Não há representação sem ação; todo processo de representar está ligado às práticas sociais cotidianas. Tanto na sua gênese, na qual o sujeito reformula e elabora novas representações frente aos objetos e acontecimentos que lhes são alheios, quanto na sua manutenção, nas relações com outros sujeitos, as ações estão interligadas às representações. Afinal, como diz Jodelet (2001), representar é construir um saber prático que auxilia a compreensão e o manejo do sujeito frente aos desafios do dia-a-dia. As práticas e as representações sociais formam uma intersecção como parte de um mesmo processo, a construção da realidade social.

Dito de outra maneira, agir sobre o mundo é constituir representações e representar é realizar atividades e construções sociais. É na vida em sociedade, nas práticas e nas relações cotidianas que os indivíduos compartilham e constroem a rede de conhecimentos que constituem a realidade social.

Não há uma representação que não esteja em contato com a coletividade. Os indivíduos, ao formarem representações, mesmo que estas sejam individuais, constituem-nas a princípio, nas relações com o outro. Há representações que não são compartilhadas e, por assim ser, são denominadas de representações mentais, ou, individuais. Todavia, isto não retira o caráter gênico social de tal representação. Apesar de ser uma representação circunscrita ao indivíduo, ela não deixa de estar ligada ao âmbito social. O que ela apresenta é um caráter singular e específico do sujeito que representa.

As representações são construídas na intersecção das dimensões coletivas e individuais, nem sendo apenas formações coletivas, desenvolvidas no âmbito grupal, e tampouco estruturas formadas por mentes individuais. Esta intersecção é mediada pelo universo da comunicação. Formar uma representação social é imergir no universo coletivo, inundar-se com o outro. É confrontar-se com as diferenças e, por meio destas, re-significar os acontecimentos à sua realidade social, oferecendo a estes valores e sentidos socialmente compartilhados.

Para González Rey (2004), a construção de uma representação implica tanto no contexto social e na trajetória histórica de um grupo quanto nas experiências e vivências individuais, a história pessoal do sujeito que representa. O indivíduo, ao representar, ampara-se no coletivo e no compartilhado, porém atribui características pessoais, que traz consigo, ao objeto representado.

Para uma melhor elucidação da intersecção entre as esferas individuais e coletivas na formação das representações, apoiar-nos-emos nas contribuições de Abric (2000) a respeito do duplo sistema das representações sociais. O autor entende que há dois sistemas essenciais que constituem uma representação.

Um, central, que tem sua determinação fundamentalmente coletiva, ligado diretamente ao percurso histórico e ao contexto social no qual a representação foi formada. Este sistema é compartilhado por todos os sujeitos que pertencem ao grupo de estruturação da representação. Tal sistema envolve o chamado núcleo central da representação que, por estar inserido em uma esfera ampla e coletiva, apresenta um caráter mais homogêneo, o que confere maior coesão e estabilidade à representação social.

O segundo sistema é denominado por Abric (2000) de periférico e recebe esta denominação por constituir uma dimensão mais individualizada da representação, por não ser amplamente compartilhada pelos sujeitos do grupo. Esse sistema está associado às experiências, à história e às vivências individuais do sujeito que representa. São estas características pessoais, periféricas, que possibilitam a re-significação e as mudanças das representações. O sujeito, ao ancorar e objetivar um acontecimento, irá fazer isto de acordo com critérios e parâmetros presentes em sua realidade, atribuindo valores pessoais à representação.

As representações podem ser didaticamente identificadas em três níveis distintos. O primeiro, é o das representações mentais, cuja formação é específica e individual, circunscrita ao sujeito que representa; o segundo, é o das representações ditas sociais, que são constituídas em nível grupal, compartilhadas nas relações sociais cotidianas. O terceiro, é o das representações culturais, que é definido como um campo de conhecimento profundamente arraigado na história e na cultura de um povo. Tal campo de representação ultrapassa o nível individual e grupal, envolve uma amplitude maior da organização social. Wagner (2000, p. 7) as define “como um produto de longa tradição, representações culturais [...] estão profundamente enraizadas no pensamento e no comportamento do povo, e são hegemônicas nos grandes grupos”.

## **2.2. Representações Culturais**

Nas investigações realizadas por Wagner (2000), as representações culturais são compreendidas como elaborações a respeito de objetos que apresentam uma longa data

histórica estabelecida, como os papéis sexuais, a representação do corpo humano, o ciclo de vida, a morte, o nascimento, a velhice, o tempo, entre outros. Por serem representações a respeito de objetos que pertencem à história de uma determinada sociedade, apresentam características mais proeminentes e maior durabilidade nos grupos sociais.

As representações culturais, na perspectiva de Sperber (2001), quando transmitidas, são minimamente alteradas. Apresentam uma resistência à mudança e, por sua vez, possibilitam a perpetuação das relações sociais. Sua solidez e resistência devem-se à importância social que têm como formadoras de um conhecimento social hegemônico que rege a vida em sociedade. De forma mais sucinta, as representações culturais são como um pano de fundo que permeia a vida cotidiana.

Tais representações dificilmente tornam-se públicas ou partes integrantes do discursos. Por outro lado, como afirma Sperber (2001), elas estão veiculadas, de forma implícita, nas relações e nos comportamentos dos sujeitos, constituem as bases que amparam a formação das representações sociais, as quais aparecem no discurso da vida diária.

Devemos traçar algumas diferenças centrais entre as representações culturais e as sociais. As culturais, de acordo com Wagner (2000), não são formadas na prática da vida diária, como as sociais. Elas são constituídas e se estabelecem ao longo da história, tendo suas raízes arraigadas na rede cultural da sociedade à qual pertencem. Já as representações sociais são menos abrangentes, mais recentes e flexíveis, formadas no interior de grupos, ambas estão presentes nas relações sociais cotidianas.

As representações culturais são conhecimentos transmitidos vagarosamente, de uma geração à outra, que se perpetuam por um longo período de tempo. Sperber (2001) afirma que esse tipo de conhecimento é o que os antropólogos denominam de saber tradicional. As representações culturais podem ser classificadas como um conhecimento tradicional elaborado sobre um objeto ou fenômeno enraizado na trajetória histórica de uma sociedade. Portanto, tal conhecimento apresenta uma resistência à mudança, perpetua-se de forma quase inalterada no processo de comunicação. Na passagem de uma geração à outra, as representações culturais sofrem algumas alterações, mas são mudanças lentas e gradativas, necessitando um período extenso de tempo para serem efetivadas.

De forma semelhante, Berger e Luckmann (1996) definem tradição, a qual é compreendida como um conhecimento sedimentado na memória coletiva de um grupo

social. Trata-se de um conhecimento impresso na consciência dos indivíduos, mesmo que de forma coercitiva, pela importância que tem como transmissor de crenças e valores básicos que orientam a vida em sociedade.

A tradição tem por finalidade transmitir, de maneira sintetizada, o conhecimento mnemônico arraigado na cultura de um grupo. Este saber é imprescindível para a vivência em sociedade, já que é ele que traça, de forma implícita, os parâmetros e as regras do pensar e do agir sobre os fenômenos do universo consensual.

As representações culturais, como diria Sperber (2001), como parte de um conhecimento tradicional, fecundado na história e nas relações sociais de um grupo ou sociedade, são elementos constitutivos das instituições sociais.

Berger e Luckmann (1996) definem instituição como a atividade humana compartilhada, produzida historicamente ao longo do tempo, a qual estabelece crenças, valores e modelos de comportamentos socialmente sancionados, com o objetivo de fundar um contexto de ordem, direção e estabilidade social.

São as instituições sociais, a princípio, que possibilitam a coesão e a ligação das estruturas sociais. No momento em que elegem e prescrevem formas de fazer e se relacionar, elas oferecem uma direção às relações sociais, por exigirem dos sujeitos comportamentos específicos em situações determinadas.

O ser humano, de acordo com Berger e Luckmann (1996), só ultrapassa a categoria de ser biológico e torna-se um sujeito social a partir do momento em que compartilha formas de agir, pensar e fazer. O indivíduo, de forma isolada, não institui valores, significados e crenças; é na relação com o outro que ele as constitui. A realidade social torna-se possível por meio das instituições sociais, do compartilhamento de regras, normas e valores sociais estabelecidos *a priori*.

As formas instituídas de agir não eliminam outras formas de fazer, esclarecem Berger e Luckmann (1996), elas apenas direcionam as ações dos indivíduos. Imaginemos se, no imenso rol de possibilidades, como nas ações mais básicas da vida cotidiana, o sujeito tivesse que decidir, a todo o momento, o que fazer e como fazer em determinada situação; ou, outro caso, se cada um agisse de uma maneira totalmente diversa, a seu modo, sem um parâmetro comum. Não haveria uma estabilidade e, sem elas, as relações estariam fadadas a ações singulares e desconexas. Por esta razão, a ênfase na importância das estruturas instituídas para as relações sociais, que, sem elas, são impossibilitadas ou meramente prováveis.

Os parâmetros instituídos não só prescrevem a normatização das ações, como determinam os sujeitos que irão executar tais tarefas. Por exemplo: em uma comunidade tribal, os indivíduos que são integrantes da categoria caçadores são os únicos responsáveis e os que podem realizar a tarefa da caça, não outros. Como afirmam Berger e Luckmann (1996, p. 79): “a instituição pressupõe que ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X”.

A instituição nasce pela funcionalidade que tem na vida cotidiana, pela facilidade que oferece às relações sociais. Todavia ela se perpetua pela própria instituição. No processo de comunicação, na passagem de uma geração a outra, a instituição desenvolve o seu caráter histórico. Os sujeitos, ao reproduzirem as formas institucionais ao longo do tempo, não o fazem, necessariamente, por conhecer a sua funcionalidade, mas a aceitam como uma tradição que lhes foi outorgada.

As instituições, a medida que adquirem seu caráter histórico, não participam da vida social como meros aforismos presentes na vida dos sujeitos. São formações objetivas materiais, com uma realidade própria, que interferem diretamente nas relações entre os sujeitos. Como mostram Berger e Luckmann (1996, p. 84):

*com a aquisição da historicidade estas formações adquirem também outra qualidade decisiva, ou, mais exatamente, aperfeiçoam uma qualidade que era antes incipiente [...]. Esta qualidade é a objetividade. Isto significa que as instituições que estão agora cristalizadas (por exemplo, a instituição da paternidade tal como é encontrada pelos filhos) são experimentadas como existindo por cima e além dos indivíduos que “acontece” corporificá-las no momento. Em outras palavras, experimentam-se as instituições como se possuíssem realidade própria [...].*

Com base nesta afirmação, podemos presumir que a instituição perdura por ela mesma, apresenta-se como um objeto alheio àqueles que a reproduzem. Estes não se percebem como produtores das formas instituídas. Afinal, eles não participaram da constituição da mesma. Ela lhes é apresentada e experimentada como uma realidade objetiva dada, inalterada e evidente. Por isso constitui-se como a base de formação da realidade social.

Para os sujeitos reproduzirem e perceberem as instituições como uma realidade social objetiva, eles precisam de modelos explicativos que dêem sentido e significado às ações e crenças instituídas. Há a necessidade de constituir um saber funcional sobre a

instituição. Um conhecimento que explique a utilidade dos valores estabelecidos e formas de agir esperadas na vida cotidiana.

Para Berger e Luckmann (1996), tais modelos explicativos são objetivados, ou concretizados na vida em sociedade por meio da linguagem, no processo de comunicação. É por meio deste que o conhecimento sobre determinada ordem institucional é elaborado e compartilhado, como um corpo de verdades universais que constitui a realidade social.

Sperber (2001) vai ao encontro destes pressupostos no momento em que afirma que as representações culturais fazem parte de um saber explicativo que outorga uma validade objetiva e cognoscível aos significados e crenças estabelecidos pela ordem institucional. Tais representações oferecem valor de realidade às formas instituídas, como um campo de conhecimento enraizado na história e na cultura de um povo, que estabelece ordem e direção aos pensamentos e ações dos sujeitos.

As representações culturais funcionam como um pano de fundo para a formação das representações sociais, como uma concepção mais ampla e geral a respeito de um objeto ou fenômeno, arraigada nos costumes de um grupo mais amplo e que orienta a estruturação das representações sociais pelos seus grupos ou grupos relacionados. As representações culturais estão presentes na base formativa das sociais, apresentam-se imersas nas entrelinhas do discurso e das práticas sociais.

Sendo as representações culturais as estruturas gênicas que auxiliam o desenvolvimento das representações sociais, entendemos que elas estão presentes, de forma primordial, nos processos de ancoragem e objetivação. Levemos em consideração as afirmações de Moscovici (2004) a respeito da ancoragem, segundo as quais o sujeito ancora os objetos até então desconhecidos sobre categorias anteriores que traz consigo, formadas ao longo de sua trajetória de vida. Podemos afirmar que as representações culturais, por serem parte do conhecimento institucional que orienta e oferece uma unidade à organização social, são as categorias iniciais que guiam os sujeitos na classificação dos objetos e das relações que fazem parte.

Para exemplificar, pensemos na relação materna presente nas sociedades ocidentais. Existem categorias instituídas *a priori* que orientam tanto a mãe quanto o filho na forma de se portar, cuidar e respeitar um ao outro. Tais categorias oferecem características específicas a cada um dos sujeitos, que irão defini-los quanto à sua função frente à relação. À mãe, cabem o cuidado, os conselhos e as ordens; aos filhos, competem o respeito, a obediência e ser cuidado. Estas relações não são inalteráveis, os

sujeitos podem alterá-las e ancorá-las de outras maneiras no decorrer de vida, porém tais classificações tiveram como base o conhecimento institucionalizado e, com ele, as representações culturais que o compõem.

De forma semelhante ocorre com a objetivação. Sendo esta o processo de conceder ao objeto uma imagem que o configura na vida cotidiana, não mais como uma idéia ou um conceito neutro, porém como uma realidade na vida dos sujeitos, as imagens que são selecionadas e que transparecem na vida social não são figuras quaisquer, são ícones arraigados, como diria Sperber (2001), no imaginário social de um grupo ou sociedade. Em outras palavras, são imagens que estão enraizadas na memória cultural de um povo.

Para uma melhor compreensão das funções das representações culturais, bem como das sociais no processo de formação das representações, utilizaremos as contribuições de Spink (2003) sobre o tema. Para a autora, o processo de formação da representação ocorre pela sobreposição de dois campos, de um lado, estão as representações culturais, com seus conteúdos mais abrangentes e historicamente construídos, que constituem, de forma implícita, os pensamentos e as ações dos sujeitos na sociedade; do outro, encontram-se as representações sociais, com seus elementos mais particulares, estruturados na vida diária dos grupos, como um conhecimento que está presente no discurso e na vida prática dos sujeitos, atuando diretamente na sua realidade cotidiana.

O processo de elaboração das representações sociais é intertextual “ou seja, é a justaposição de dois textos: o texto sócio-histórico que remete as construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto-discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais” (Spink, 2003, p. 122). Diríamos que o saber socialmente elaborado na vida cotidiana é estruturado tanto pelas representações culturais, presentes nos conhecimentos tradicionais e nas instituições, como pelas representações sociais, na prática da vida diária.

Como afirma González Rey (2004), as representações são verdadeiras produções sociais que expressam significados muito variados, dependendo da realidade nas quais emergem. Por serem elaboradas nas relações sociais, adquirem um valor para o estudo da sociedade. Representar é criar um novo espaço do saber, na qual a dimensão individual e a coletiva encontram-se circunscritas. É a formação de uma esfera de ligação entre o campo social/objetivo e o psicológico/subjetivo, construindo, mediante esta sobreposição, um conhecimento prático sobre a realidade social.

### 2.3. Pressupostos epistemológicos

A Psicologia e, mais especificamente, a Psicologia Social vêm carregadas historicamente por uma visão dicotômica e dualista da realidade. Sob esta perspectiva os sujeitos ou são considerados como frutos da coletividade que os construiu ou, como indivíduos formados a partir de sua história individual, como se a soma de cada individualidade configurasse a estrutura como um todo.

Esta dicotomia, de acordo com Farr (1996), tem seus laços arraigados ao nascimento da psicologia como ciência na Alemanha de Wundt em Leipzig. Ao estruturar a ciência psicológica, Wundt acreditava que deveriam existir duas psicologias, uma fundada em um método introspectivo, que procurava, por meio da quantificação e observação, investigar os processos psicológicos elementares, como as sensações, emoções e as percepções; a outra, uma psicologia voltada para os aspectos culturais do humano, que o método introspectivo não daria conta de estudar. Esta psicologia foi denominada de psicologia dos povos, equivalente à psicologia social, e tinha como base metodológica as ciências sociais.

Wundt acreditava que o objeto de estudo desta psicologia não poderia ser investigado pelos métodos das ciências naturais, já que eram fenômenos mais complexos, que não se restringiam aos indivíduos, que eram resultantes de construções coletivas, como a linguagem, o pensamento, costumes, tradições, etc. Tais fenômenos estavam imbricados diretamente à cultura e, para Wundt, a observação, bem como a quantificação, como afirma Farr (1996), não ofereceriam base para a investigação deste objeto histórico, produto das relações sociais.

A compreensão destes aspectos históricos evidencia que a psicologia, desde seu nascimento, surge com uma perspectiva dicotômica. Há uma ciência psicológica para o estudo do indivíduo e seus elementos e outra para o estudo da coletividade e da cultura, na qual não cabe o indivíduo.

Durkheim (1858-1917), um dos primeiros sociólogos a conceituar a psicologia social como um campo de estudo, realizou feito similar ao de Wundt. Ao definir os parâmetros metodológicos da sociologia com base nos fatos sociais, ressalta que, por serem fenômenos coletivos, não podem ser determinados pelas ações particulares e individuais. Como afirma Durkheim (1995, p. 9):

*esse fenômeno é um estado do grupo, que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de*

*estar no todo por estar nas partes. [...] Um sentimento coletivo que irrompe numa assembléia não exprime simplesmente o que havia de comum entre todos os sentimentos individuais.*

Em outras palavras, os fatos sociais são fenômenos coletivos que se impõem aos indivíduos, ou seja, os fenômenos sociais são formações coletivas estabelecidas *a priori*, não constituídas pelas ações individuais. Com esta orientação teórica, Durkheim define a ciência psicológica em dois ramos: uma, a psicologia, responsável pelo estudo dos indivíduos e as determinações particulares dos mesmos; a outra, denominada de psicologia social, incumbida do estudo dos fatos sociais, dos fenômenos coletivos que determinam a vida em sociedade, como a linguagem, a religião, os símbolos e as crenças.

Durkheim (1995) apresenta em seu método sociológico a herança da dualidade cartesiana presente nas raízes da ciência moderna. Tal legado se mostra presente na sua concepção sobre a mente e o corpo, segundo a qual ambos apresentam não só naturezas distintas, mas opostas. As atividades psicológicas do corpo se restringiriam às sensações e as tendências emotivas, ao campo fisiológico, enquanto as da mente incumbiriam-se do pensamento conceitual e da moralidade, fenômenos arraigados culturalmente no seio das formações coletivas.

Durkheim, de acordo com Marková (2006), com esta concepção dualística, amplia a dicotomia tradicional mente e corpo para um segundo plano, o da sociedade e do indivíduo. O conhecimento é socialmente elaborado em duas esferas distintas e opostas, o indivíduo e a coletividade. À psicologia, caberia estudar as representações individuais; ela investigaria os fenômenos psicológicos fundamentais: as emoções e sensações. Para Durkheim, tais representações não tinham conexões com as bases sociológicas do conhecimento, elas resultavam da natureza individual e, portanto, eram variáveis e pessoais. Já a psicologia social pesquisaria as bases estruturantes dos fenômenos sociais, as chamadas representações coletivas. Estas, por serem socialmente compartilhadas, possuíam maior estabilidade e apresentavam uma estrutura coletiva que as inscrevia na esfera social:

*ora, descartando o indivíduo, resta apenas a sociedade; é portanto na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social. Como ela supera infinitamente o indivíduo tanto no tempo como no espaço, concebe-se, com efeito, que seja capaz de impor-lhe as maneiras de agir e de pensar que*

*consagrou por sua autoridade. Essa pressão, sinal distintivo dos fatos sociais, é aquela que todos exercem sobre cada um (Durkheim, 1995 p.104).*

Durkheim, ao restringir as representações individuais ao campo dos fenômenos mentais, elege as representações coletivas como a base construtora do conhecimento social. As representações coletivas são fatos sociais, dotados de valores e significados, que constituem a realidade, são externas aos indivíduos, impondo a estes as formas de compreensão e sentidos do universo social.

O legado cartesiano leva Durkheim a uma cisão entre as dimensões sociais e individuais. Os sujeitos são considerados passivos no processo de formação da representação coletiva; esta, por sua vez, é concebida como um conhecimento constituído pelas estruturas sociais. Ou seja, os indivíduos não constroem a realidade social em que vivem. Os significados, valores e sentidos socialmente compartilhados são formados *a priori*. Cabe ao indivíduo, apenas, a internalização e reprodução de tais conhecimentos.

De forma contrária, a Teoria das Representações Sociais é concebida como uma vertente teórica de uma outra Psicologia Social, que rompe com a dicotomia indivíduo/sociedade, já que sua base epistemológica envolve tanto fontes da psicologia quanto da sociologia do conhecimento. A primeira procura investigar como os indivíduos estruturam e desenvolvem seus campos de conhecimento, os conceitos e significados, fundados na vida cotidiana. Por sua vez, a sociologia do conhecimento estuda a forma como o conhecimento é elaborado socialmente e como é articulado nas relações sociais para a construção de uma realidade social. Guareschi e Jovchelovitch (2003 p. 19) afirmam que, ao fazer esta ligação entre o indivíduo e a sociedade, a Teoria das Representações Sociais estabelece um movimento dialético e “[...] recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto mundo, constrói tanto o mundo quanto a si mesmo”.

A relação estabelecida entre o individual e o social demonstra um movimento no qual os fenômenos sociais não se esgotam na configuração subjetiva, nem na coletividade, mas estendem-se nas relações sociais. Para Furtado (2002), há uma dinâmica histórica que coloca os planos subjetivos e sociais em constante interação, sem que possamos eleger, claramente, a fonte determinante da realidade. O indivíduo é o sujeito singular que está inserido em um contexto histórico. Tanto o fato objetivo

(social) quanto o subjetivo (psicológico) fazem parte do mesmo processo e são inseparáveis.

Na Teoria das Representações Sociais, os indivíduos são vistos como sujeitos ativos na construção das representações. Estas não permanecem estáveis e estagnadas; no confronto das diferenças, elas se estabelecem e se modificam. Por esta razão, torna-se conveniente, para Moscovici (2004), a mudança do conceito coletivo de Durkheim para social. As representações são significados constituídos nas relações sociais e não em fatos naturais, elaborados *a priori*, que não sofrem a interferência das singularidades.

Guareschi e Jovchelovitch (2003) apontam que a Teoria das Representações Sociais abre novas possibilidades para a compreensão da constituição do sujeito e do conhecimento. Esta teoria é contra uma epistemologia de um sujeito puro, que absorve e integra os objetos. De acordo com ela, sujeito e objeto estão em relação e é esta relação que vai ser a fonte motriz para a constituição do conhecimento. Tais autores afirmam que, ao fazer isso, a Teoria das Representações recupera o sujeito, oferecendo a ele atividade e movimento em um processo dialético, no qual o sujeito não é mais determinado pelo social e nem o social é inválido na constituição do sujeito. Sua construção se dá no jogo de forças do indivíduo e da sociedade, que, de acordo com Konder (1985), dentro de uma epistemologia dialética, formam uma unidade, sujeito e coletividade fazem parte do mesmo movimento para a construção da realidade.

Jovchelovitch (2000) afirma que a Teoria das Representações Sociais estabelece um modelo epistemológico diversificado, no qual o conhecimento não é edificado apenas pelo sujeito que tem a faculdade de compreender, apreender e desvendar o objeto, que está à espera para ser concebido, e nem tampouco o objeto tem a capacidade de estruturar a realidade conhecida pelo sujeito. É na relação entre sujeito e objeto que a realidade e o conhecimento sobre esta são construídos. Tanto o sujeito como o objeto se desenvolvem no processo de conhecer, o objeto torna-se parte do sujeito e o sujeito se constitui como parte do objeto.

A segregação entre indivíduo e sociedade, construída ao longo da história da psicologia social, de acordo com Guareschi e Jovchelovitch (2003), levou também a segmentação dos conceitos de representação e materialidade. Nesta, a materialidade dos fatos sociais eram as bases materiais nas quais as relações sociais cotidianas se desenvolviam, enquanto a representação da realidade ficava circunscrita à esfera mental

dos indivíduos, como formulações mentais que não operavam na esfera social de forma concreta.

No momento em que a teoria propõe que as representações sociais são constituídas nas práticas sociais cotidianas, na materialidade da realidade social, ocorre uma superação da relação dicotômica entre materialidade e representação. Com tal pressuposto, os planos representacionais e materiais encontram-se em um mesmo processo, as representações sociais estão presentes tanto nas formas de pensar e sentir o universo social quanto nas formas de agir sobre a realidade.

As representações e as práticas sociais constroem uma relação de mudança e transformação mútua, em que as representações orientam as ações dos sujeitos sobre a realidade e as práticas sociais alteram as representações e as formas de se interpretar a vida cotidiana. As representações e as práticas sociais formam uma unidade, na qual as representações guiam as ações e as ações alteram as representações.

Assim, a compreensão do pesquisador sobre as representações de uma comunidade perpassam pelas práticas de vida da mesma. Conceber a representação como um processo reificado, autônomo, que independe da relação dos sujeitos que a formaram é uma falácia. Investigar a representação é entendê-la como um processo que passa pela participação dos sujeitos investigados, é imergir no mundo do outro, compreendendo as formas de significação, valores e sentidos atribuídos ao fenômeno representado dentro da comunidade pesquisada.

### 3. OS CAMINHOS PARA A PESQUISA E A PARTICIPAÇÃO

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo, o que implica em uma mudança não apenas metodológica, mas uma nova concepção epistemológica quando comparada aos estudos quantitativos. Para compreendermos o conceito de pesquisa qualitativa, utilizaremos as reflexões realizadas por González Rey (2005) a respeito desta categoria.

Nas pesquisas e discussões metodológicas realizadas ao longo do percurso histórico da ciência, o termo qualitativo aparece como uma contraposição ao quantitativo. A quantificação é compreendida como uma metodologia pautada em instrumentos que captam e possibilitam a compreensão objetiva do ato a ser investigado. Esta vertente metodológica prima pela consideração da objetividade dos fatos e acontecimentos, os quais são considerados como determinados por variáveis ou regras universais, que podem ser submetidas à observação e à mensuração.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, não deve ser compreendida apenas como uma contraposição instrumental à quantitativa. Alguns pesquisadores acreditam que, ao alterarem as técnicas a serem utilizadas no estudo, substituindo os instrumentos de mensuração dos dados pelas entrevistas abertas, análises de textos e discussões grupais estão realizando uma pesquisa de cunho qualitativo. Porém, realizar uma investigação qualitativa não é mudar, somente, a forma de apreensão do objeto, mas a concepção epistemológica que se tem deste, como afirma González Rey (2005, p. 48): “[...] é uma questão teórica e epistemológica, não metodológica. O problema não é usar um instrumento quantitativo, mas definir o que esse instrumento avalia, e como utilizar essa avaliação no processo geral de construção do conhecimento”.

O aspecto qualitativo da pesquisa está na concepção do objeto e na relação que o pesquisador desenvolve com ele para a construção do conhecimento. O objeto de estudo não é compreendido mais como um fato estático e linear, que obedece a regras específicas e determinadas. Este se configura como um processo de transformação constante, em um campo complexo, o qual não pode ser apreendido quantitativamente por algumas variáveis determinantes.

Como afirma Santos (1999), o objeto de investigação das ciências sociais, o próprio homem e as suas relações, não pode ser unideterminado por leis invariáveis. Ele não é fruto apenas de elementos objetivos e tampouco de subjetivos; ele se constitui na relação destes dois campos. Este objeto é tanto determinado por aspectos históricos, pelo modo como os homens organizam a vida em sociedade, como pelas relações que se configuram nestas formas de organização social.

Partindo desta concepção sobre o objeto, González Rey (2005) formula três princípios epistemológicos nos quais a pesquisa qualitativa se apóia.

O primeiro princípio é o de que o *conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa*, ou seja, o conhecimento produzido não é a soma de dados ou fatos observáveis *a priori*, resumindo-se ao momento empírico. A interpretação é o processo pelo qual o pesquisador constrói sentidos para informações da pesquisa:

*a interpretação é um processo em que o pesquisador integra, reconstrói e apresenta em construções interpretativas diversos indicadores obtidos durante a pesquisa, os quais não teriam nenhum sentido se fossem tomados de forma isolada, como constatações empíricas* (González Rey, 2005 p. 31).

Todavia, este sentido oferecido não é edificado somente pelo conhecimento do investigador; afinal, as redes de significados formadas, que serão interpretadas por ele, foram desenvolvidas em conjunto com os sujeitos pesquisados.

É esta interação do pesquisador e os pesquisados que fundamenta o segundo atributo da pesquisa qualitativa: o *caráter interativo do processo de produção do conhecimento*. Este pressuposto traz conseqüências importantes para o aspecto metodológico, já que o objeto da pesquisa não é inativo na construção do saber, é na interação com este que o conhecimento é formado. A chamada neutralidade científica se perde neste modelo epistêmico, o espaço de destaque é a relação e os processos de comunicação que se estabelecem entre investigador e investigados.

Por tratar-se de fenômenos humanos, os objetos pesquisados não podem ser previstos de forma arbitrária. Nesse tipo de pesquisa as variáveis não podem ser determinadas de forma prévia, a investigação se desdobra conforme se desenvolve a interação entre os sujeitos. Os imprevistos são assimilados à pesquisa e utilizados como informações na construção do conhecimento. As condições da interação entre o sujeito e o objeto é que irão definir a qualidade das informações construídas e do saber produzido.

O terceiro princípio é o da significação *da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento*. Na perspectiva quantitativa, a singularidade é negada como forma de expressão da realidade e de produção do conhecimento. Para esta vertente, o que garante a veracidade do conhecimento produzido é a quantidade numérica de sujeitos ou casos estudados. Já para a perspectiva qualitativa, a construção do conhecimento não está na homogeneidade das informações, mas na forma de interpretar os dados. As singularidades são vistas como a forma de expressão da realidade investigada. Apesar de os sujeitos apresentarem histórias e experiências de vida diversificadas, estas são representações fidedignas do contexto histórico e do ambiente cultural nos quais se formaram. Os significados, crenças e sentidos produzidos na vida em sociedade fazem parte da rede de valores vivenciados por estes indivíduos e expressam, de forma autêntica, a realidade à qual pertencem.

Estes três princípios gerais que permeiam a pesquisa qualitativa contribuem para a produção de um conhecimento diversificado e de novas perspectivas metodológicas. Ao atribuir ao objeto de pesquisa o conceito de sujeito, o qual não é mais neutro, estático e linear, como um objeto à espera para ser desvendado, altera-se, também, a concepção metodológica de produção do conhecimento. Afinal, como afirma Tomanik (2004), os aspectos metodológicos de uma pesquisa acompanham o objeto investigado; alterando-se o objeto, a concepção metodológica modifica-se e, com ela, a construção do conhecimento.

Realizar uma pesquisa de cunho qualitativo não é somente utilizar-se de instrumentos que priorizam o discurso, a discussão e a fala dos investigados, é conceber o homem como objeto singular e ativo na construção do conhecimento. Em tal concepção, é pela interação entre o *sujeito* (pesquisador) e o *sujeito* (pesquisado) que o saber se desenvolve e é construído.

Seguindo esta concepção epistemológica e metodológica, não cabe mais realizar uma pesquisa que priorize a relação unilateral do pesquisador sobre o objeto pesquisado. Na investigação qualitativa, é a relação entre as partes que propicia a fundação do saber, não se trata mais de um objeto natural que pode ser medido e controlado por leis universais, o que passa a ser investigado é o humano e suas relações. A falácia da neutralidade científica se desmonta, visto que, tanto o pesquisador quanto os sujeitos da pesquisa apresentam vontades e desejos, há neles concepções de homem e de mundo que interferem nas relações cotidianas e na construção do conhecimento.

O método de pesquisa participante vem ao encontro desta perspectiva epistemológica, já que procura produzir novas configurações científicas, ao romper com a relação sujeito-objeto presente na pesquisa tradicional. Como pontua Borda (1984, p. 59):

*[...] podemos nos aproximar de um tipo de brecha metodológica se os pesquisadores engajados seguirem os efeitos dinâmicos do rompimento da díade sujeito objeto que esta metodologia exige como uma de suas características básicas. São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa, de uma relação mais proveitosa sujeito-sujeito, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa.*

A pesquisa participante é definida por Oliveira e Oliveira (1984) como uma investigação que abre espaço para o conhecimento popular, destitui os moldes tradicionais do saber científico pautado na pesquisa neutra, na qual o pesquisador formula um conhecimento para a própria ciência. Nesta última forma de pesquisa, os sujeitos que vivenciam e oferecem informações sobre a sua realidade são concebidos como incapazes de compreendê-la; a construção do conhecimento está sob o poder do pesquisador.

Na perspectiva participante, o pesquisador não é o detentor do saber, aquele que impõe as suas técnicas e instrumentos aos investigados; o conhecimento do outro é valorizado igualmente. Na pesquisa social, é ele quem oferece as informações básicas a respeito da realidade do grupo ou comunidade. É estranho pensarmos que o conhecimento fundado dentro de um grupo, com as informações fornecidas por ele, não possa ser compreendido pelos seus próprios membros, como se o conhecimento científico fosse fruto somente do pesquisador e alheio aos sujeitos da pesquisa.

No modelo participante, o conhecimento é desenvolvido em conjunto, não há pesquisa sem os investigados. Por outro lado, não há investigação sem pesquisador, não devemos pensar que a figura do pesquisador se dissolva na comunidade, como se ele fosse apenas mais um. Ele tem um papel importante e se diferencia da comunidade pelo conhecimento diversificado que traz consigo, porém isto não lhe dá poder de guiar a pesquisa de forma autônoma. Leva-se em conta o conhecimento da população, o saber que funda e estrutura a realidade estudada. Como afirma Le Boterf (1984, p. 81):

*o excesso de intervenção dos “investigadores” constitui obstáculos a toda capacidade de iniciativa dos pesquisados e os limita a desempenhar um papel passivo. A ausência total de pesquisadores, por sua vez, atribui ao processo um espontaneísmo improdutivo, deixa-o à dominação dos grupos mais poderosos e sob o risco da ausência de rigor científico. Na pesquisa participante, esta dialética entre os dois modos de produção é permanente. O equilíbrio sempre incerto.*

O pesquisador que se propõe a esta metodologia de pesquisa tem que se destituir do modelo tradicional, no qual o estudo dependia dele para ser efetuado. Nesta perspectiva, a investigação depende, também, da disposição dos sujeitos, são estes que oferecerão o caminho que será trilhado pelo pesquisador. Este deve imergir no universo estudado, todavia esta submersão não deve ser feita sem um preparo tanto metodológico quanto teórico.

Para realizar uma pesquisa participante, tem-se que adquirir uma postura crítica diante das situações, não se deve negar as teorias científicas e tampouco aceitar espontaneamente o conhecimento popular, como se este não estivesse carregado com as contradições presentes na sociedade vigente. Como afirma Demo (1984), não só o saber científico como o leigo estão implicados nas contradições existentes no modo de produção da vida. O investigador tem que conseguir circular entre estes dois campos do conhecimento. Trazer à tona o conhecimento científico para auxiliar a população na transformação da realidade, bem como ter uma compreensão crítica do conhecimento popular, pontuando para o grupo as contradições existentes em tais saberes.

A proposta da pesquisa participante é formar um conhecimento junto à população que a auxilie na análise e interpretação das contradições existentes em sua realidade. Diferente da proposta tradicional, esta perspectiva metodológica não crê na neutralidade científica; ao contrário, afirma que esta suposta neutralidade apenas perpetua e não evidencia as contradições presentes na realidade investigada.

Para Tomanik (2004), qualquer atividade realizada dentro de uma organização social tem um posicionamento, não pode ser dita neutra; nela está imbricado o contexto social que a formou. Uma vez que se trata de atividades situadas em uma sociedade que apresenta relações desiguais, pesquisar, em um contexto social como este, já é assumir um posicionamento, para manter ou para superar as relações sociais estabelecidas.

Com a descrença na neutralidade científica, a pesquisa participante tem por finalidade, de acordo com Brandão (1984), não apenas retirar e investigar de forma passiva o conhecimento do grupo, mas auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas e as possíveis soluções para eles. Tal método propicia a realização de uma análise crítica, pela população, sobre a sua realidade e a participação da mesma na construção de um conhecimento que a auxiliará na busca de reflexões e de possíveis soluções para os conflitos presentes.

O processo da pesquisa participante demanda um período de tempo mais extenso, uma vez que a investigação não parte somente do preparo do investigador; a população precisa estar envolvida no processo, deve reconhecer-se no estudo como produtora do conhecimento a ser elaborado.

Existem algumas condições preliminares, apontadas por Tomanik (2004), a respeito da pesquisa participante, as quais envolvem, a princípio, o preparo teórico e metodológico do pesquisador. Estes são considerados os seus instrumentos básicos de análise e de orientação da realidade a ser investigada. Um pesquisador, sem a teoria para fundamentar as suas análises e sem a metodologia como instrumento que avalia e orienta os procedimentos adotados na pesquisa, perderia seu potencial de contribuição, sua pesquisa não passaria de uma intervenção espontânea. O valor do pesquisador está nas contribuições que pode oferecer à comunidade; sem tais atributos ele se torna, apenas, mais um membro do grupo estudado.

Deve-se levar em conta, também, o posicionamento político, bem como o envolvimento do pesquisador com o grupo investigado, no desenvolvimento da pesquisa participante. Ao levarmos em consideração que este modelo de pesquisa objetiva uma reflexão e a construção de um conhecimento emancipatório frente às contradições da realidade pesquisada, o investigador assume uma postura, como afirmaria Freire (1984), ou de libertação ou de dominação diante do conhecimento sistematizado. O pesquisador deve explicitar qual o seu envolvimento e o intuito do estudo para a população. Entendemos que os sujeitos se engajarão no estudo a partir do momento em que conhecerem os porquês do processo, quais as suas contribuições à população.

Antes do cientista social se inserir na comunidade, ele deve avaliar a disposição do grupo para a realização da pesquisa. A respeito desta condição, Tomanik (2004) afirma que é enganoso pensar de forma simplista, porque se a população não estiver disposta a mudar sua realidade, a pesquisa não pode ser efetivada. Não que a investigação possa ser realizada sem o consentimento dos sujeitos, a questão é que

existem outros elementos que influenciam nesta disposição dos grupos para a transformação da realidade. Para grupos marginalizados não é fácil destituir-se das amarras da dominação, as quais foram construídas ao longo de sua formação. Voltar-se para a sua realidade com um olhar crítico e emancipador que possibilite a visão das contradições e das formas de dominação enfrentadas requer tempo e um trabalho de reflexão minucioso a respeito da situação do grupo frente ao seu cotidiano.

A falsa idéia de que o grupo como um todo vai participar ativamente da pesquisa deve ser abandonada. A princípio, concebe-se um grupo como uma totalidade homogênea, a qual se resume à soma das vontades e ações individuais de cada integrante. Todavia, de acordo com Thiollent (1987), um grupo é caracterizado pela heterogeneidade, pela diversidade dos que o compõem. Existem aspectos comuns que identificam seus membros, mas não são somente estes elementos que o definem, as contradições e divergências existentes é que o constroem. Em vez da soma das vontades de cada sujeito, o que se preza em um grupo são as relações estabelecidas e os conflitos por elas produzidos. São estes aspectos que o investigador deve observar ao inserir-se no grupo.

A fase de inserção é caracterizada por Oliveira e Oliveira (1984) como o momento no qual há a aproximação entre o pesquisador e a população. É o período de familiarização da população com a proposta de pesquisa e o reconhecimento inicial do investigador sobre a realidade a ser pesquisada. Nesse processo de conhecimento mútuo constrói-se e se estabelece o vínculo da pesquisa. O cientista torna-se ora observador da realidade e ora participante da mesma. Ele não deve nem se destituir do caráter de pesquisador e nem deixar de perceber e sentir, como membro participante do grupo, a realidade que o circunda. Ele tem que tentar manter-se no ponto mediador entre estas duas tendências, mesmo que, às vezes, dependendo do momento da pesquisa, ele penda mais para um dos lados.

Em uma pesquisa participante, o levantamento dos dados não se inicia necessariamente com a inserção do pesquisador no grupo. Este modelo de investigação tem que ser pensado como um contínuo, no qual nenhuma fase se encerra nela mesma; até a divisão por fases tem que ser entendida como uma forma didática de apresentar a investigação participante, visto que ela é compreendida, em seu desenvolvimento, como um processo, no qual as fases de inserção, levantamento de dados, análise crítica da realidade investigada e possíveis planos de ação não são consideradas momentos estanques que se restringem a cada etapa.

Considerando esta forma de pesquisa como processo, o pesquisador, de acordo com Tomanik (2004), não realiza os primeiros levantamentos no momento de inserção no grupo, os levantamentos prévios já podem vir sendo formulados antes mesmo do encontro com seus integrantes. O pesquisador, ao visitar a comunidade, já observa, mesmo que de forma rudimentar, as relações ali existentes. Não existe o momento exato no qual ele se torna pesquisador; como sujeito, percebe e observa as informações que lhes são apresentadas pelo meio. Em alguns casos, em conversa com um ou outro membro da comunidade, recolhe algumas informações que não seriam obtidas no momento da pesquisa.

Após a familiarização tanto da comunidade com o pesquisador como deste com o grupo, inicia-se a fase do levantamento inicial, ou, como diria Le Boterf (1984), o estudo preliminar da região e da população. É neste momento que o pesquisador vai realmente conhecer a realidade da comunidade, oferecendo a ela um espaço no qual os sujeitos possam expressar suas percepções, valores e representações a respeito de suas vivências e relações cotidianas. Não que os instrumentos da pesquisa tradicional, como questionários, entrevistas diretivas e outros, não sejam válidos para a investigação participante; no entanto, é conveniente, nesta fase, que o pesquisador abra os sentidos para captar as informações que se apresentam imersas no dia-a-dia da população. É nas relações cotidianas que as contradições e as dificuldades enfrentadas pela comunidade se fazem presentes.

O levantamento inicial pode ser comparado a uma fotografia, na qual o pesquisador, após ter submergido e entrado em contato com as vivências e contradições existentes na comunidade, realiza uma sistematização das informações, desenvolvendo um retrato prévio que demonstra a condição do grupo. Devemos compreender que fotografar é uma arte, na qual o fotógrafo não está isento dos valores e das percepções que a realidade traz. Pensar que o fotógrafo realiza esta arte de forma autônoma é um ledor engano, a própria realidade está em contato com o sujeito no momento da foto, ele não retira a foto sozinho, o universo que o circunda está presente durante seu ato. Por outro lado, o que finalmente surge na fotografia jamais é uma reprodução fiel e total da realidade; é um recorte que reflete também a intenção as interpretações no caso das pesquisas participantes, dos autores.

Depois de sistematizadas as informações iniciais, realiza-se a discussão das mesmas. Este *feedback* não consiste apenas no pesquisador apresentar a situação à população, mas, como afirmam Bonilla, Castilho, Borda e Libreros (1984), envolve, de

modo conjunto entre pesquisador e os sujeitos envolvidos, a identificação por meio de discussões e de reflexões sobre a realidade, as contradições e dificuldades enfrentadas pelo grupo.

Ao realizar a discussão, a pesquisa inicia uma nova fase, a de análise crítica dos problemas que os participantes desejam estudar. Os participantes da pesquisa, bem como o cientista, irão descrever, discutir e analisar as informações. Este é um momento crucial na pesquisa, como diria Le Boterf (1984, p. 63):

*o objetivo das atividades de análise crítica é o de promover, nos grupos de estudo, um conhecimento mais objetivo dos problemas e da realidade. Deve-se partir dos fenômenos para buscar o essencial, além das aparências e das relações cotidianas imediatas. Os problemas não devem somente ser descritos, mas explicados, a fim de se procurar as estratégias possíveis de ação.*

A proposta participante tenta engajar o conhecimento científico ao conhecimento popular para a compreensão da realidade investigada. Na análise, o conhecimento da comunidade sobre a sua realidade é valorizado, afinal quem poderia dizer mais sobre o cotidiano do que o próprio grupo? Todavia temos que apontar algumas ressalvas, apresentadas por Thiollent (1987), que o pesquisador deve ter em relação ao conhecimento popular. Ao reconhecer que este saber é formado na vida em sociedade, acredita-se que ele venha carregado tanto com os valores, crenças e representações, quanto com as contradições existentes nas relações sociais que o formaram. O investigador tem que adotar um posicionamento crítico e perceber tais contradições e as dificuldades da população em compreendê-las. É neste processo de reconhecimento, debate e reflexão que os temas da pesquisa começam a emergir.

De acordo com Le Boterf (1984), após a reflexão interna entre os membros do grupo sobre o possível objeto de investigação, este é colocado à investigação por meio de comparações de informações e estudos sobre situações semelhantes às vividas pela comunidade. As comparações e embates de informações possibilitam a escolha do problema a ser investigado pela comunidade e, posteriormente, a formulação das possíveis estratégias de ação sobre o mesmo.

A análise crítica não se restringe somente aos momentos de debates e reflexões, a escolha das alternativas de ação e a execução do plano transformador fazem parte da análise. Esta percorre a pesquisa em todo o seu percurso, torna-se um instrumento de auxílio que clarifica e desmistifica a realidade investigada. O processo de análise requer

um movimento dialético, no qual o conhecimento fundado nas reflexões do grupo é colocado em embate com a realidade cotidiana, com a vida prática dos sujeitos da pesquisa. A análise, na investigação participante, tem como base a contraposição entre a reflexão e a prática, opostos que, em confrontação, fundam o conhecimento.

A etapa de confrontação do saber teórico produzido com as possíveis estratégias de ação é o que Tomanik (2004) caracteriza como seleção de alternativas de ação. Uma pesquisa participante não se resume ao conhecimento da problemática da comunidade e suas discussões e debates, ela deve promover um plano de ação, o qual faz a população confrontar o saber produzido à realidade vivida, possibilitando a construção de uma experiência emancipatória, de modo que os participantes se reconheçam como sujeitos ativos na transformação da realidade.

A pesquisa participante é compreendida sob uma perspectiva teórico-prática, na qual o pesquisador, ao participar e estar inserido no processo do grupo, retira a teoria do suposto plano teórico e a lança na realidade da comunidade, um contexto cultural e histórico específico. Para Demo (1984), a teoria, ao ser implicada na prática das relações sociais torna-se histórica. A prática desloca a teoria da suposta esfera objetiva e a transfere para uma dimensão constituída por relações sociais historicamente construídas.

A teoria, quando discutida simples e puramente, possibilita a construção hipotética de um possível espaço ideal, generalizante e utópico, no qual os sujeitos não apresentam nomes, crenças, valores e nem representações. No entanto, ao entrar em embate com a vida cotidiana, ela perde seu teor genérico, passa a fazer parte de uma realidade que apresenta condições históricas e culturais específicas que distorcem e traem a teoria pura.

Ao considerarmos as produções sociais como fenômenos históricos, a suposta concepção de uma teoria pura e objetiva se perde. O sujeito, mesmo que esteja desenvolvendo somente teoria, está implicado nas relações sociais da vida diária, não tem como deslocar-se ou distanciar-se do contexto histórico e cultural que o produz. Como diria Demo (1984, p. 112):

*[...] não conseguimos, a pretexto de objetividade e isenção analítica, nos colocar fora da história, acima dela, ou ao lado dela, imaginando que isto nos daria condições melhores de a conhecer. Nós mesmos somos produtos históricos. Por isso estamos imersos na prática, também quando desejamos*

*fazer pura teoria. [...] Não conseguimos ser meros observadores de uma trama que é necessariamente nossa.*

Em outras palavras, o conhecimento produzido na pesquisa participante é, necessariamente, um saber teórico-prático no qual a população, ao debater as informações no plano teórico, já as reflete no plano prático das relações sociais nas quais estão imersas.

Após a descrição, a análise e a explicação do problema a ser investigado, o grupo formula um conhecimento mais objetivo sobre a realidade estudada, o que possibilita maior capacidade e disposição dos investigados a traçarem planos e estratégias de ação para as possíveis soluções e alterações dos problemas encontrados na comunidade.

Traçar planos de ação, ou elaborar projetos de intervenção em um processo participante não implica em efetivamente aplicá-los. Esta é uma diferenciação feita por Thiollent (1985) entre pesquisa participante e a denominada pesquisa-ação. Com frequência, estes termos são usados com o mesmo sentido, porém devemos delinear algumas diferenças entre essas formas de investigação. A pesquisa-ação é considerada uma pesquisa participante e percorre todas as etapas deste modelo de pesquisa, tratadas até aqui, porém ela está centrada na efetivação das estratégias e possíveis planos de ação elaborados no decorrer da investigação. Por sua vez, a pesquisa participante nem sempre se volta para a ação direta sobre a realidade, há a formulação de possíveis estratégias, todavia a sua preocupação não se centra na ação, mas na discussão das possibilidades de agir sobre a realidade estudada. Ela se importa mais com a inserção do pesquisador no grupo e na reflexão da comunidade sobre os aspectos problematizantes, levantados durante a pesquisa, do que com a ação efetiva. Como pontua Thiollent (1984, p. 83),

*uma clara distinção é necessária. A pesquisa-ação é uma forma de pesquisa participante, mas nem todas as pesquisas participantes são pesquisas-ação. [...] os partidários da pesquisa participante não concentram suas preocupações em torno da relação entre investigação e ação dentro da situação considerada. É justamente esse tipo de relação que é especificamente destacado em várias concepções da pesquisa-ação. A pesquisa-ação não é apenas pesquisa participante, é um tipo de pesquisa centrada na questão do agir.*

Devemos compreender que não é porque a pesquisa participante não prioriza a ação direta dos planos elaborados durante o percurso da pesquisa que ela não realiza

uma transformação na realidade social da comunidade. A própria concretização da pesquisa, em todo o seu processo: o levantamento prévio dos problemas a serem investigados, as discussões e análises críticas das contradições encontradas na comunidade, bem como a formulação de alternativas de ação, já efetivam uma transformação na realidade.

Afinal, a pesquisa participante não se restringe a uma sistematização teórica das informações sobre o grupo, mas na contraposição deste conhecimento com a vida prática dos sujeitos investigados. A investigação participante, a partir de seu próprio processo, efetiva uma alteração na comunidade. A diferença entre ela e a pesquisa-ação é que a segunda centraliza-se não só nas reflexões e levantamentos, mas na concretização dos planos de ação elaborados no processo de pesquisa.

Tanto a pesquisa participante quanto a pesquisa-ação buscam o mesmo desfecho, a divulgação e discussão dos resultados encontrados com o processo de investigação. Estes modelos de pesquisa não se encerram na fase devolutiva e de avaliação, eles se apresentam como um processo permanente, no qual a análise crítica da realidade e as ações efetuadas sobre a mesma levam a novas necessidades e perspectivas da realidade estudada. Afinal, as relações humanas e as contradições sociais elaboradas por elas estão imersas em um processo histórico que não se encerra em si mesmo. As superações das contradições conduzem a novas dificuldades que precisam de novas ações, análises e reflexões para serem elaboradas. Como afirma Le Boterf (1984, p. 68):

*a ação é uma fonte de conhecimentos e de novas hipóteses. O diagnóstico, a análise crítica e a ação constituem, assim, três momentos de um processo permanente de estudo, de reflexão, e de transformação da realidade, os quais se nutrem mutuamente.*

Desenvolver uma pesquisa participante é produzir um conhecimento, no qual o grupo, por meio da análise coletiva de sua realidade, possa desvendar e enfrentar as contradições e os conflitos existentes na comunidade. Construir um saber é uma forma de resistência e poder, assim como a possibilidade de transformação social.

## **4. O GRUPO E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO**

### **4.1. Breve Histórico**

A Região Noroeste do Paraná, na qual se encontra o município de Porto Rico, foi ocupada, de forma mais intensa, em um período relativamente recente. O governo imperial, no início de 1889, cedeu boa parte das terras da Província do Paraná para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande, com o compromisso de que esta colonizasse a região em 50 anos. Por volta de 1920, iniciou-se o processo de colonização, com a instalação de fazendas que, no futuro, tornar-se-iam as principais cidades da região (Rosa, 1997).

De acordo com Sá (2002), em 1930, as terras, antes doadas para as companhias privadas, retornam ao Estado, que as repassa para a Companhia de Terras Norte do Paraná. Depois de uma série de tentativas, esta Companhia finalmente conseguiu promover a ocupação mais efetiva da região.

Este processo de ocupação, frequentemente apontado como modelo de sucesso, na verdade, foi marcado por conflitos e disputas de terras tanto pelos grileiros, que se encontravam na região antes da formação da Companhia de Terras, quanto pelos imigrantes vindos de outros estados, sobretudo das Regiões Nordeste e Sudeste do país (Sá, 2002).

As áreas recém-povoadas estavam localizadas entre os rios Paranapanema e Ivaí, próximas às margens do rio Paraná. Estas colônias tinham como base de cultivo o café, já que as terras da região, classificadas como mistas, eram tidas como muito propícias à cafeicultura. Com base em tais características, a região passou a ser divulgada como um “Novo Eldorado”. Um exemplo disso são os nomes dados aos aglomerados humanos que ali se formavam e que seriam a sede de futuros municípios: Terra Rica, Porto Rico, Diamante do Norte, entre outros. A divulgação da existência de terras produtivas criou uma expectativa e um atrativo para pessoas vindas do Nordeste e Sudeste, que procuravam, nesta região, o sonho da terra própria, nas quais pudessem plantar e colher para a subsistência e a seu próprio mando (Rosa, 1997).

Entre 1955 e 1965, com o incentivo indiscriminado da produção cafeeira, ocorreu uma superprodução desta cultura no Brasil. O governo, para equiparar o produto às balanças internacionais, passou a incentivar a redução do cultivo do café. Como afirma Rosa (1997, p. 381): “nas regiões de Paranavaí e Umuarama, foram erradicados 62 milhões e 807 mil cafeeiros, liberando áreas para a introdução das pastagens plantadas”.

Por volta de 1970, a substituição dos cafezais pelas pastagens trouxe novos conflitos ao Noroeste do Estado, já que a primeira é uma atividade que demandava volumes consideráveis de mão-de-obra. A sua substituição pelos grandes latifúndios pastoris e pelas alternativas mecanizadas de agricultura levou à expulsão de milhares de famílias que, antes amparadas no cultivo do café e em formas associadas a ele de agricultura de subsistência, perderam seu sustento.

De acordo com Rosa (1997), muitas famílias desapropriadas das terras em que estavam trabalhando foram transferidas para os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Outras se instalaram em ilhas localizadas no rio Paraná, continuando o cultivo sustentável de milho, feijão, mandioca, arroz e o desenvolvimento de uma outra atividade, a pesca. A nova ocupação levou a um êxodo regional, uma retirada de aproximadamente 20% da população das cidades próximas ao rio Paraná.

Entre 1982/1983, nas áreas entre os rios Ivaí e Piquiri, as famílias que ocupavam as ilhas da região, em sua maioria, tiveram que imigrar para os centros urbanos por causa das cheias que os expulsaram novamente de suas terras. Esse readensamento populacional resultou em novos conflitos, porque os ilhéus desapropriados de suas terras não encontravam trabalho nos centros urbanos. A nova situação levou o governo a implantar projetos de assentamento para essa população marginalizada.

Passado o período de cheias, como afirma Sá (2002), algumas famílias retornaram às suas posses nas ilhas e regiões ribeirinhas. Para as que permaneceram em terra firme, as poucas alternativas de trabalho que restaram foram: o trabalho assalariado em propriedades agrícolas ou em algumas empresas de extração de areia; o trabalho como bóias-fria ou volantes nos períodos de colheita; e a pesca que já se apresentava escassa, por transformações ambientais, particularmente pela implantação das barragens construídas ao longo do rio.

Pelas transformações econômicas ocorridas na região, como o aumento das pastagens e do gado, de acordo com Tomanik (1997), a possibilidade da cultura familiar voltada para o próprio sustento foi substituída por atividades mais especializadas e

voltadas para propriedades capitalizadas. O sonho do cultivo agrícola desenvolvido de forma autônoma foi praticamente inviabilizado; a pesca tornou-se a única possibilidade de atividade relativamente independente para boa parte da comunidade ribeirinha.

Como pontuam Godoy e Ehlert (1997), evidenciando a concentração fundiária na região, em 1997, os pequenos e médios estabelecimentos, representando 90% do total, ocupavam apenas 17% da área agrícola, enquanto um grande estabelecimento ocupava, sozinho, 18% da área.

Além da redução da área de cultivo familiar, os pescadores ainda sofreram com as leis ambientais, que, para Godoy e Ehlert (1997, p. 447) “[...] são genéricas e esparsas no tempo e sua leitura demonstra a enorme colcha de retalhos que caracteriza essa legislação”. Uma delas é a lei que, após a transformação de boa parte da região em áreas de proteção ambiental, prioriza a proteção das ilhas e exige a retirada dos habitantes e a proibição de qualquer tipo de cultivo e criação nas mesmas. A lei, ao generalizar a proibição das atividades exercidas nas ilhas, não retira apenas os grandes latifundiários, mas também os ilhéus e sua cultura de subsistência familiar.

O esvaziamento das ilhas pode ser evidenciado no censo realizado por Tomanik e Godoy (2004), os quais constatam a queda de 97% da população em algumas ilhas, num período de duas décadas.

Podemos perceber que o processo de ocupação da região foi e ainda é configurado por muitos conflitos. A população menos favorecida, que migrou para a região em busca dos sonhos de terra própria e de autonomia, foi, ao longo do processo histórico, expulsa de suas terras e destituída das atividades primordiais que desenvolviam, como a pesca e a agricultura familiar.

## **4.2. Aspectos Socioeconômicos de Porto Rico**

Segundo dados do Paranacidade (2008), o município de Porto Rico fica localizado na região noroeste do Paraná, as margens do rio Paraná, perfazendo uma área de 185,29 km<sup>2</sup>. Apresenta uma população urbana de 1.638 e a rural de 909, totalizando 2.547 habitantes, com uma taxa de crescimento anual de -1,58%. A economia da cidade concentra na área de serviços 53,71% do PIB municipal, seguida da agropecuária (44,09%) e por fim a atividade industrial (2,21%).

Os censos demográficos apresentados por Tomanik e Godoy (2004) mostram um decréscimo da população dos municípios e de zonas rurais e um aumento nos pequenos

núcleos urbanos. A confrontação dos dados colhidos por estes autores entre 1993 e 2001 mostrou um crescimento de 25% da população do núcleo urbano de Porto Rico, sendo este crescimento desenvolvido de forma desigual entre as faixas de idade, variando entre um mínimo de 0,7% na faixa de 10 a 19 anos e um máximo de 80,7% na faixa entre 40 a 49. Estes dados sugerem uma tendência da emigração dos jovens para centros urbanos maiores, na tentativa de ingressar em um trabalho mais qualificado, já que, na localidade onde se encontram, há poucas oportunidades de empregos, e as que existem envolvem ocupações que exigem pouca qualificação e que oferecem baixos índices de remuneração. A possível emigração da população jovem aumenta a proporção de pessoas que se encontram na faixa de 49 ou mais, caracterizando uma população de idade mais avançada.

Esta tendência de faixa etária mais elevada é comprovada pelo número de pessoas com mais de 50 anos que, em Porto Rico, equivale a 17,4% do total da população. Esta porcentagem ultrapassa a nacional que está em torno de 14,6%. Ao mesmo tempo, ocorre um decréscimo relativo da população na faixa entre os 25 e os 49 anos (Tomanik & Godoy, 2004).

Quanto ao gênero, a população de Porto Rico, de acordo com Tomanik et al. (1997), apresenta uma paridade, visto que a população masculina é composta por 49,6% e a feminina por 50,4% do total. Esta proporção é equivalente à media nacional, a qual apresenta 49,1% de homens e 50,9% de mulheres.

Em relação à origem, os habitantes jovens, menores de 30 anos, nasceram no município de Porto Rico ou em municípios limítrofes, e perfazem 45,8% do total do sexo masculino e 44,6% do feminino. Os imigrantes que vieram de outros estados, como do Sudeste e Nordeste, como mostram Tomanik et al. (1997), apresentam idade superior a 50 anos. O Estado de São Paulo aparece como um pólo de imigrantes, de onde vieram cerca de 15,3% da população, seguido da Região Nordeste composta pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que é o local de origem de 8,5% dos moradores da cidade e, por fim, Minas Gerais, com cerca de 6,1% da população. Os moradores que apresentam idade superior a 50 anos podem ser considerados os colonizadores da região, talvez os pioneiros que vieram a Porto Rico em busca da terra prometida, na qual poderiam plantar e cultivar para o seu sustento. Como afirmam alguns moradores, entrevistados por nós:

*tínhamos roça de arroz, milho, tudo dava nas ilhas, o solo era muito bom. Além da criação de vacas, que oferecia o leite, queijo; e também a pesca, que era o trabalho que eu mais gostava. Na verdade, para gente que é criado no rio pescar se torna mais prazer do que trabalho (Adelino, 65 anos).*

*Os arrozais eram grandes, coisa bem diferente aqui da cidade. Às vezes, nem tinha lugar para guardar pelo tanto que dava. Aquele era um tempo de fartura. Não precisava comprar nada, a comida para criação tinha e para fome também (Maria de Lurdes, 74 anos).*

Em relação ao estado civil, cerca de 51,65% da população é ou foi casada, isto deve-se, de certa forma, à distribuição etária que tem cerca de 50% dos moradores com 25 anos ou mais.

Nos indicativos educacionais, Tomanik e Godoy (2004) afirmam que houve uma pequena evolução quanto a este elemento, sendo que, em 1993, a média era próxima ao ensino fundamental incompleto e, em 2001, esta proporção chegava ao ensino fundamental completo. A comparação mostra um crescimento, porém um nível de escolaridade bastante baixo, indicando um número de pessoas com um nível de instrução abaixo do exigido pelos mercados de trabalho típicos dos centros mais desenvolvidos.

Em relação às atividades profissionais desenvolvidas pela população de Porto Rico, são poucas as ocupações ligadas diretamente ao rio ou à exploração da terra, e as existentes estão diminuindo. Em 1993, as atividades ligadas ao rio correspondiam a 7,4% do total de moradores e a população de pescadores perfazia 5% da população. Já em 2001, houve um decréscimo ainda maior desta ocupação, cerca de 4,6% dos moradores, e a comunidade de pescadores ocupava 2,5% da população. A comunidade de pescadores diminuiu proporcionalmente pela metade nesses 8 anos.

As ocupações ligadas ao trabalho da terra diminuiriam ainda mais que a atividade da pesca. Em 1993, estas ocupações empregavam cerca de 10,6% da população e, em 2001, a proporção decresceu para 4,4%, com uma diminuição relativa de 58,5%.

Por outro lado, houve um crescimento absoluto de 58,8% e, em relação ao total da população, de 26,9% das atividades ligadas ao centro urbano. Houve um aumento de 160 postos de trabalho, sendo que, para os homens, as atividades estão relacionadas ao serviço braçal na construção civil, ao trabalho como pintores ou seguranças de

propriedades particulares; para as mulheres, a ocupação mais comum é a de empregada doméstica.

No entanto, o aumento dos postos de trabalho no centro urbano não foi suficiente para comportar a diminuição das outras atividades e o crescimento da população, já que o número de pessoas que não trabalham aumentou de 57,9% em 1993 para 60,4% do total da população em 2001 (Tomanik & Godoy, 2004).

A faixa de rendimento mais frequente em Porto Rico está entre 0,5 a 1 salário mínimo, correspondendo a 42,6% da população total. Algumas ocupações urbanas atingem faixas de 1 a 2 salários mínimos, uma renda *per capita* muito baixa para a população como um todo.

Assim, resta a esta população a busca de trabalho em centros urbanos maiores ou na cidade de Porto Rico, que cresce com o turismo e, com ele, há o aumento de atividades ligadas à construção civil e ao trabalho doméstico.

### **4.3. Caracterização do Grupo de Terceira idade**

Os participantes da pesquisa são idosos pertencentes a um grupo de terceira idade do núcleo urbano de Porto Rico. O critério adotado para a seleção da população foi pertencer a um grupo reflexivo. De acordo com Wagner (2000), grupo reflexivo é compreendido como um grupo que é definido pelos seus próprios membros. Os indivíduos que constituem tal grupo se autodenominam pertencentes ao mesmo e conhecem os critérios e características que determinam os que fazem parte dele. É nos discursos constituídos dentro de grupos reflexivos que as representações são formadas.

Este grupo de terceira idade pode ser definido como um grupo reflexivo por dois fatores: primeiramente por pertencerem a uma comunidade ribeirinha, na qual as pessoas se reconhecem como iguais e possuem características similares; e por ser um grupo de terceira idade, criado por iniciativa dos próprios membros, que vivenciam experiências semelhantes a esta faixa etária.

Obtivemos o histórico do grupo a partir de entrevistas semi-dirigidas, realizadas com as idosas pioneiras do mesmo. De forma coerente com nossa fundamentação, compreendemos que não existe uma história a ser relatada, mas histórias que foram formadas no decorrer do desenvolvimento do grupo e nos conflitos subjacentes a esta construção.

O grupo de terceira idade Renascer de Porto Rico se formou faz 4 anos, por iniciativa dos próprios idosos, que, ao participarem de encontros nas cidades vizinhas, resolveram formar um grupo no próprio município. A iniciativa partiu dos idosos, que recorreram à prefeitura como um órgão auxiliador na construção do grupo. O grupo teve seu início em 2002. Após a mudança de prefeito, o grupo ficou parado por dois anos, para depois retornar à atividade em 2006.

Os encontros sempre foram realizados semanalmente no centro comunitário do município, como ocorre ainda hoje. A primeira pessoa a coordenar o grupo era uma senhora de aproximadamente 30 anos. Ela programava atividades artesanais, como crochê, costura e pintura. Havia também encontros com dança, jogos interativos, brincadeiras e visitas a grupos de terceira idade de outras cidades.

Desde o início, havia pouca participação dos idosos no grupo de terceira idade do município, como afirma Maria Mercedes, 65 anos:

*aqui, nunca teve muita gente não, desde sempre foi meio assim, umas vezes iam cinco pessoas, depois, no outro encontro iam seis, e era assim, nunca combinava de ir todo mundo no mesmo encontro. Parece que não une muito o pessoal. Deste jeito, o pessoal foi desanimando, mas mesmo assim o grupo continuou.*

Uma das possíveis causas para a não participação dos idosos é que eles não gostavam de algumas atividades, especialmente as relacionadas ao artesanato. Afirmavam que, se fosse para trabalhar, eles trabalhariam em suas casas, que era bem melhor:

*o povo dizia que não participava porque eles podiam fazer o serviço de lá em casa mesmo, costurar, pintar e bordar já sabia fazê, para que sair de casa para isso. O que o pessoal gostava mesmo era da dança, das brincadeiras e principalmente de passear; ai, sim, o grupo enchia. (Lurdes 63 anos).*

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, o grupo gostava muito da coordenadora, porque o seu trabalho não se restringia às atividades artesanais, havia danças e jogos.

Concomitante à eleição e à mudança na prefeitura, houve também a saída da primeira coordenadora do grupo. Há dois motivos apresentados para sua saída: o primeiro por questões pessoais, já que ela se casou e teve que mudar para outra cidade;

o outro por questões financeiras, já que, segundo alguns comentários, o grupo teria que pagar a ela uma taxa por mês para a continuidade do trabalho, o que não aconteceu.

Estas transformações levaram a uma paralisação das atividades do grupo por dois anos. Em 2006 retomou-se o grupo e realizou-se uma eleição para a nova coordenadora, ou presidente, que teria um mandato de dois anos. Pela primeira vez, a eleita foi uma pessoa do próprio grupo. A princípio, poderia parecer um ganho para o grupo ter como presidente, secretário e tesoureiro pessoas pertencentes ao grupo, porém, para os idosos, isso não era verdade.

Na concepção deles, as pessoas do grupo não poderiam assumir a coordenação, por serem pessoas sem estudo, que viveram sempre na lavoura ou na pesca e que não sabem levar um trabalho de coordenação e de administração. Para eles, isto seria serviço de outros, que poderiam coordenar por terem o conhecimento, ou como eles dizem: seriam pessoas com estudo. Os idosos vêem seus iguais como incapazes de coordenar o grupo, já que não possuem o saber ou estudo para este encargo. O saber torna-se poder.

Além do fator “saber”, para eles, as pessoas de fora do grupo facilitam o trabalho, por não terem um envolvimento pessoal com os integrantes do grupo, como afirma Jurassi (70 anos): “Esse negócio da presidente ser do grupo não dá certo não. As pessoas param de participar, ou não se envolvem porque não gostam da presidente, tem algum problema pessoal ou coisa do tipo. O certo mesmo é alguém de fora, com estudo”.

No mandato de 2006, efetivamente, trabalharam no quadro de coordenação duas pessoas, a presidente e a secretária. Nesse mandato, o grupo procurou formalizar sua existência, mediante o registro em cartório. O registro foi realizado com o intuito de o grupo constituir um órgão independente das entidades municipais, com uma futura proposta de construção de um local específico, para que eles pudessem ficar independentes do centro comunitário do município na realização das reuniões.

O centro comunitário é um ponto de conflito entre os idosos e a prefeitura. O grupo de terceira idade tem alguns pertences, como cadeiras e mesas, guardados no centro comunitário. Como o espaço é da comunidade, todos usam os pertences do grupo, que se sente prejudicado quando há perda ou dano de algum objeto.

Não há conflitos apenas em relação ao centro comunitário, há entre a presidente e a secretaria alguns atritos e lutas de poder. Isto se deve talvez pela postura da presidente, que apresenta um posicionamento mais aversivo em relação aos órgãos da atual prefeitura, enquanto a secretaria tem relações próximas a tais entidades. A

proximidade da secretaria é explicada como uma forma de conseguir alguns proveitos da prefeitura.

Há, também, diferenças entre as duas em relação ao nível de instrução, ou estudo, como os próprios idosos denominam. A presidente sempre trabalhou na roça e nunca estudou, enquanto a secretaria já trabalhou e trabalha em projetos na prefeitura e possui o Ensino Médio completo.

Quanto às atividades realizadas no grupo nos anos de 2006 a 2007, elas resumem-se a dois encontros semanais: um de exercícios com ginástica e caminhada, realizados com a instrução de um profissional de educação física; e outro no qual os idosos jogam dominó, conversam e realizam trabalhos artesanais, ensinados pelas pessoas do próprio grupo.

Em junho de 2008, foi realizada a eleição para a nova presidente. Foi uma eleição atípica, feita de forma urgente, em 24 horas, por conta da festa junina da comunidade, na qual o grupo de terceira idade iria participar. Todavia não existia mais presidente para representar o mesmo nesta festividade, uma vez que o mandato da presidente de 2006 já havia expirado e ela não havia convocado novas eleições. Por esta razão, houve a necessidade de convocar uma reunião urgente para o processo eleitoral. Desde esta eleição, a nova presidente do grupo é a secretária do mandato anterior.

Os encontros do grupo de terceira idade oscilam entre 19 a 14 participantes a cada reunião. Deste total, 12, efetivamente, participam do grupo toda semana. Há 2 homens e 17 mulheres. Os homens que participam são maridos de duas mulheres do grupo e apenas um comparece com frequência aos encontros. Esta proporção de homens e mulheres deve-se, possivelmente, a três elementos: primeiro, as atividades que são desenvolvidas no grupo, como o artesanato e a dança, não atraem os idosos da cidade; outro ponto é que o grupo tem poucos homens, então, os idosos preferem frequentar locais nos quais encontrarão seus amigos; além disso, na perspectiva das mulheres do grupo, há entre os homens uma dificuldade em aceitar a velhice e, com ela, uma aversão a participar do grupo. Como afirmam algumas integrantes do grupo ao serem questionadas sobre a pouca participação dos homens:

*ah! Eu vejo lá em casa mesmo, meu marido não vai ao grupo, pois diz que não é velho, que lá é lugar para velhos. E além do que ele diz que só tem coisa de mulher e dançar ele não gosta. Homem não encontra nenhum, às vezes um gato pingado, mais nada. Então, ele fala que o que ele vai fazer lá? (Lair 67 anos).*

A idade dos membros do grupo oscila na faixa de 53 a 74, sendo que, com idade inferior a 60 anos, há 2 pessoas, uma com 53 e outra com 58. A média de idade do grupo é de 65,3 anos, levando-se em conta as duas pessoas com idade inferior a 60 anos. Esta média de idade equivale, de acordo com dados de Tomanik et al. (1997), a 4,2% do total da população de Porto Rico.

O tempo de residência dos idosos do grupo de terceira idade nos arredores de Porto Rico e do Rio Paraná varia de 2 a 55 anos, sendo que somente uma integrante veio a se estabelecer na cidade há 2 anos, para cuidar do seu pai doente. Com exceção desta pessoa, o tempo mínimo de residência dos integrantes perfaz 18 anos, com uma média de 39,7 anos. Este dado nos mostra que os idosos do grupo são pioneiros da região na qual se encontra Porto Rico, que foi fundada em 21 de abril de 1964.

Nenhum integrante do grupo nasceu na cidade, todos são imigrantes de outras regiões ou municípios. A Região Sudeste é a que apresenta maior número de imigrantes, 11 membros, sendo que 7 idosos são do Estado de São Paulo, 3 do Estado de Minas Gerais e 1 pessoa do Estado do Espírito Santo. A Região Nordeste perde apenas para o Estado de São Paulo com 5 pessoas. Os Estados que fazem parte deste agrupamento são: Sergipe, Alagoas, Bahia, Paraíba e Pernambuco. O Estado do Paraná equipara-se ao de Minas Gerais 3 pessoas do total do grupo.

Quanto à escolarização 8 membros, do total dos idosos do grupo, não estudaram. Dos alfabetizados, apenas uma pessoa possui o ensino médio completo, os outros 10 restantes, contam com ensino fundamental incompleto. Destes, 10, 8 idosos deram continuidade aos estudos no projeto de ensino da prefeitura há 1 ano.

Em relação à ocupação realizada no passado, 18 membros do grupo, ganhavam seu sustento com trabalhos braçais, sendo que, destes, 12 trabalharam como lavradores ou bóias-fria em fazendas e sítios alheios. Os outros 6 começaram a trabalhar, sobretudo em lavouras de café, mas, depois da queda do cultivo cafeeiro, procuraram na atividade da pesca a sua forma de sustento. Somente uma integrante do grupo tem nível de instrução médio incompleto, não exerceu o trabalho braçal, realizando atividades burocráticas em órgãos públicos.

Todos os idosos do grupo estão aposentados, no entanto, há uma diferença quanto ao gênero em relação à condição atual. Os homens do grupo, mesmo exercendo algumas atividades, afirmam que não trabalham mais, que as atividades atuais não são consideradas um trabalho, apenas uma distração, quando comparadas às do passado. Já as mulheres, mesmo não exercendo as atividades de antes, quando questionadas sobre o

trabalho que realizam hoje, descrevem a sua rotina diária com os afazeres domésticos e as atividades relacionadas a projetos da prefeitura ou da igreja local.

#### **4.4. Objetivos e procedimentos**

Nosso estudo visou analisar o momento de construção da representação social do envelhecimento entre os idosos da cidade de Porto Rico.

As representações sociais, de acordo com Spink (2003), podem ser estudadas como um processo de construção de um saber consensual ou como o produto desse processo. Considerando as representações como produto das relações sociais, a investigação se restringe ao mapeamento dos elementos que constituem as representações, seus conteúdos cognitivos, afetivos e as práticas da vida cotidiana. Enquanto processo, cabe investigar os alicerces que formaram tais representações, o contexto cultural, o momento histórico e as relações sociais nas quais elas foram constituídas.

Com base nestes pressupostos, os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- investigar o contexto social e os conteúdos históricos das pessoas que compõem o grupo estudado;
- analisar e mapear a representação social do envelhecimento para caracterizar os conteúdos cognitivos, afetivos e as práticas cotidianas que compõem a representação das pessoas do grupo estudado;
- analisar as interfaces das representações sociais e culturais presentes no cotidiano do grupo;
- acompanhar os efeitos de um processo de reflexão sobre estas representações, efetivado junto a eles e pelos participantes do grupo.

O estudo pode ser justificado por ser uma tentativa de abordagem de um tema que, de acordo com Neri (2006), é pouco investigado, proporcionando um acréscimo a este conhecimento. Além disso, a comunidade escolhida para a pesquisa caracteriza-se por uma população idosa em crescimento, tornando-se importante uma análise da representação social do envelhecimento para este grupo etário, como forma de produzir saberes que os auxiliem na transformação da realidade em que vivem.

Realizamos os primeiros contatos com o grupo, em julho de 2007, para conferir a viabilidade do estudo. Conferida a possibilidade, entramos em contato com a

população para explicar os objetivos e entregar os termos de consentimento (Anexo 1) da pesquisa.

Posteriormente, foram efetuadas cinco observações assistemáticas, de caráter exploratório, no período de agosto a outubro de 2007. Após o reconhecimento inicial, iniciou-se a participação quinzenal no grupo de terceira idade. Esta participação forneceu um registro mais acurado da condição do grupo e um contato mais próximo com a população, o que auxiliou na construção da primeira análise do grupo pesquisado

A análise inicial foi realizada concomitante à nossa participação no grupo. Ela foi estruturada a partir de entrevistas semi-dirigidas, realizadas de forma individual na casa de alguns membros do grupo. Foram entrevistadas 14 pessoas, sendo 12 mulheres e 2 homens. Os integrantes foram escolhidos por meio da técnica “Bola de Neve”, na qual se escolhe a primeira pessoa a ser entrevistada e esta, ao final, indica outra pessoa do grupo a participar do processo.

Os objetivos da análise inicial eram buscar informações a respeito de como se encontrava a representação do grupo sobre o envelhecimento, quais eram as suas percepções, sentimentos e valores em relação a este processo; e também, procurar compreender como eles concebiam e avaliavam o grupo de terceira idade, já que trata-se de uma pesquisa participante, é interessante entendermos a disposição do grupo e a forma como os integrantes percebem o mesmo.

Para tais objetivos, as entrevistas foram estruturadas sobre três eixos principais: quais as atividades que eles realizavam, em seus cotidianos; como era o grupo de terceira idade; e, para eles, como era envelhecer. A partir destes pilares orientadores, as entrevistas foram analisadas e divididas em 7 categorias.

A análise permitiu verificar que, em relação às atividades que eles realizavam, os idosos afirmam que não faziam mais nada e que, antigamente, sentiam-se mais úteis; sobre o grupo de terceira idade, a análise demonstrou que não havia um grupo, mas um agrupamento de pessoas que freqüentam o mesmo lugar e o faziam por não ter outras possibilidades de encontros sociais.

A análise inicial foi devolvida para o grupo em forma de discussão, em fevereiro de 2008. Compreendemos que a análise não termina com a obtenção dos resultados, na pesquisa participante, a discussão dos resultados com a população leva a uma nova análise e, posteriormente, à identificação de supostos problemas.

A discussão e análise do grupo sobre os resultados levaram à identificação e ao levantamento de dois temas ou problemáticas de estudo. A primeira dizia respeito às

atividades que exerciam, que, comparadas ao passado, eram percebidas como inúteis por eles, como se não fizessem mais diferença, tivessem perdido a função. A outra problemática identificada estava centrada na insatisfação dos idosos com o grupo de terceira idade, percebiam que havia pouco envolvimento e participação assídua dos membros.

Foi resolvido, em conjunto, que reservaríamos dois a três encontros para a discussão de cada problemática. A discussão sobre as atividades dos idosos levou três encontros, e iniciou-se com um questionamento, que elaboramos, sobre o tema: “O que o idoso pode fazer?”. As respostas podem ser sintetizadas em dois grupos: os idosos podem realizar trabalhos assistencialistas em projetos da prefeitura e na igreja, ou, realizar algumas atividades, mas estas não são produtivas, não ajudam em nada na comunidade. “A gente limpa a casa, cuida dos netos, faz comida, mas nada de muito valor não, só as coisas do dia-a-dia mesmo, nada muito importante” (Armelinda 67 anos); “a vida nossa é essa só em casa, às vezes lembrando o passado, conversando, vindo aqui no grupo dançar, só isso” (Jurassi 70 anos).

Levantamos a importância dos relatos de vida e das histórias contadas por eles, tentando mostrar como elas retomavam o passado e reconstruíam um universo já perdido. Contar estas histórias a outros era conservar e transmitir as tradições, a cultura e a experiência de vida a outros membros da comunidade.

No desenvolvimento destas discussões, vários dos idosos passaram a perceber-se como os cuidadores da memória cultural da comunidade e algumas atividades como a culinária e os contos de vida passaram a ser valorizadas, já que faziam parte de um processo de resgate das tradições e das raízes daquela população.

Quanto à segunda problemática, a insatisfação dos idosos em relação ao grupo de terceira idade, eles perceberam, por meio das discussões, que não havia envolvimento dos membros nas atividades, visto que nunca tinham realizado algum projeto que envolvesse e que fosse realmente do grupo. As atividades realizadas até então vinham de outros, que já haviam planejado e pensado, cabendo a eles somente participar.

Após a discussão do grupo sobre os resultados da análise inicial, tanto investigado quanto investigadores conseguiram compreender, de forma mais clara, os temas e problemas discutidos, o que possibilitou traçar planos de ação para possíveis soluções dos problemas. A fase de planejamento de uma estratégia de ação iniciou-se com certa dificuldade por parte dos investigados. Talvez isto se deva à falta de

desenvolvimento e planejamento de projetos ou planos de ação por parte dos participantes, que, na maioria das vezes, não elaboravam as atividades que executavam, estas eram sempre propostas por outrem.

Quando perguntamos a eles o que devia ser feito para a resolução da problemática, frases como estas apareceram: “Ah, não sei não, mas você deve saber. Qual é o caso? O que o senhor quiser a gente faz, ou pelo menos dê uma idéia que a gente desenvolve” (Conceição, 73 anos). Ante estes questionamentos, retomamos novamente a discussão sobre o que eles poderiam fazer, ou qual seria a função deles como idosos. Nessa discussão, eles manifestaram o desejo de trabalhar com alguma coisa que envolvesse as histórias de vida, receitas de culinária, ou histórias de pescador e lendas antigas.

Realizamos uma síntese da discussão com seu desfecho na idéia da formulação de um livro do grupo sobre histórias de vida (Anexo 2), contos de pescador e receitas culinárias. A proposta formulada foi de que, a cada encontro, duas pessoas contariam a sua história para o grupo. Desta forma, não somente as pessoas que contam a história participariam do livro, mas o grupo estaria envolvido como um todo. Como a maioria do grupo não freqüentou a escola, os relatos foram gravados pelo pesquisador, que os transcreveu para a elaboração do livro.

O projeto de formulação do livro transformou-se em parte integrante dos objetivos da pesquisa. O livro tornou-se o instrumento pelo qual as problemáticas levantadas pelos investigados puderam ser compreendidas, já que, por intermédio dele os idosos conseguiram refletir sobre as atividades que exercem hoje, como reedificadores do passado. Os relatos de vida abrem possibilidades para os idosos atuarem, com base em suas vivências e experiências, como reconstrutores da história, mostrando que tal atividade não é supérflua ou desnecessária, afinal recuperar o passado e reconstruí-lo no presente é um trabalho árduo de conservação das tradições e da cultura de um povo.

O livro possibilitou, também, reflexão e mudança sobre as problemáticas que concernem ao grupo de terceira idade. No momento em que propõem o desenvolvimento de uma atividade comum, que o próprio grupo formulou e projetou, possibilitam a construção de novas relações e configurações no grupo.

Esta pesquisa, por ser de caráter metodológico participante, procura não somente desenvolver um projeto de ação, mas colocar em prática as estratégias formuladas pelos investigados. A proposta desenvolvida no transcurso da pesquisa foi a produção de um

livro com histórias de vida, receitas de culinária, contos e poesia narradas pelos idosos. O grupo esteve envolvido com o projeto, seus membros afirmam que, no discurso de vida do outro, encontram o seu próprio passado, vêm retornar o mundo em que viveram: “é muito bom ouvir as histórias, me sinto como que voltando ao passado e vejo muita coisa na história dos outros que aconteceu comigo. Principalmente a vida de trabalho e as fases de sofrimento” (Isaura, 68 anos).

## 5. O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

Como já dissemos, os objetivos desta análise inicial foram os de compreender como se encontravam as representações dos idosos sobre o envelhecimento e a relação dos mesmos no grupo de terceira idade. As entrevistas foram realizadas de forma semi-dirigida, sendo formadas por questões abertas, as quais perpassavam por três eixos principais: as atividades que realizam em sua vida cotidiana, uma avaliação do grupo de terceira idade e como era vivenciar a velhice.

Após a entrevista, realizou-se a transcrição das mesmas, e os discursos investigados foram divididos em 7 categorias de análise.

### 5.1. Atividades que realiza

Alguns entrevistados, quando questionados sobre as atividades que realizavam, diziam que não faziam mais nada, remetiam-se aos trabalhos do passado e que não realizavam mais. Por isso a afirmação de que não faziam mais nada, como se as atividades cotidianas atuais fossem irrelevantes, ao serem comparadas ao trabalho de antes: “o que eu faço é comer, porque trabalhar mesmo eu não trabalho, tudo que eu ganho hoje é pra comer.” (Maria de Lurdes, 74 anos). “Ah eu sou aposentada, não trabalho mais. Então fico com o trabalho aqui da casa, só isso, mas nem é trabalho de verdade. Não é como antes que ia para roça, acordava cedo. O que eu faço hoje é ir à terceira idade, só isso” (Zulmira, 74 anos).

Esta perspectiva de inutilidade e desvalorização do idoso pelas atividades que realiza, de acordo com Debert (2004), deve-se ao sentido de produção de capital atribuído ao trabalho. Outras atividades que não estejam relacionadas à produção de mercadorias são categorizadas como atividades periféricas, irrelevantes ou marginais, como é o caso dos afazeres dos idosos.

As mulheres entrevistadas, em sua maioria, quando questionadas sobre as atividades que realizavam, descreveram a sua rotina diária, centrada nos afazeres domésticos e em atividades relacionadas à comunidade, como a participação em

projetos (pastoral da criança, iniciação à computação), relacionadas à igreja e aos grupos de terceira idade e canto.

*Acordo de manhã, tomo meu café, cuidado da casa e, nas horas, vagas gosto de fazer umas visitas para um amigo que está enfermo, conversar com uma vizinha. Às vezes, vou a uma lojinha, gosto muito de bijuterias. À noite e a tardezinha, vou para a barranca do rio para conversar com alguém e, se não tiver ninguém para conversar, dou uma volta e volto para casa conversar com alguém. Na terça vou para o salão da terceira idade, dançar, jogar um dominó, lanchar. Depois, na segunda e na quinta, vou ao grupo de canto (Nair, 69 anos).*

Outras afirmaram que, comparando o passado e o presente, sentem-se inúteis. Naquela época, elas tinham saúde e vitalidade, faziam todo o trabalho, tanto o de casa quanto o de fora (roça, pesca), mas que hoje nem o de casa conseguem fazer. “Aqui, agora, eu não faço nada, porque já tenho problema de saúde, então fica difícil para fazer até o serviço de casa” (Armelinda, 67 anos).

Já os homens dizem que, para a mulher, parar de trabalhar é mais fácil, porque sempre restam outros serviços para fazer, como os de casa ou projetos assistenciais. Para eles, perder o trabalho é visto como a perda da vida ativa que levavam antes.

*a minha vida antes era só pescar, mas agora não dá mais. Serviço mesmo, aqui, eu não faço mais, não tem nada pra eu fazer, que nem hoje mesmo, acordei fui buscar o almoço, almocei e dormi. Isso não é vida não, para a mulher é mais fácil. Agora, para o homem é duro viu? (Damião, 69 anos).*

Para o idoso, a perda do trabalho é a destituição da função social que ele exerceu a vida toda. Como afirma Bosi (2007), o trabalho, no modo de produção capitalista, é o que define o sujeito como ser social; a sua perda leva à desorientação pessoal. É difícil, para uma pessoa que ofereceu a vida toda, sentido de produção ao trabalho, atribuir este sentido, no final da vida, a atividades ditas não produtivas ou irrelevantes. Afinal, em uma sociedade que preza pelo novo o idoso e todas as suas experiências e lembranças do passado são abandonadas, não oferecem serventia para o mercado produtivo.

Os homens também consideram as atividades que realizam hoje como formas de distração e de ocupação do tempo ocioso:

*É, eu mesmo tenho umas galinhas e um cavalo pra cuidar. A mulher já pediu pra me desfazer deles, mas o que vai sobrar pra eu fazer, sobra mais nada. Agora, não estou fazendo nada. É uma forma de distrair a cabeça. Depois que*

*aposenta, faz o quê. Depois de aposentado, eu até trabalhei, mas agora não dá mais não* (Geraldo, 70 anos).

Tais afazeres podem ser consideradas como uma forma de se sentirem em atividade, porque mesmo não exercendo uma tarefa produtiva, do ponto de vista comercial, eles ainda mantêm algum contato com suas formas anteriores de ação.

## **5.2. Sobre a cidade**

Alguns entrevistados, quando questionados sobre a vivência da velhice, remeteram-se à cidade, afirmando que esta é muito calma, tranqüila, onde todos conhecem todos, e que isso ajuda a vivência da velhice.

Para eles, a cidade, por ser pequena, é pouco violenta, o que dispensa preocupações quanto a assaltos e outros tipos de perigo, se comparada a cidades maiores.

*O que eu gosto, aqui, de Porto Rico é que não preciso me preocupar com nada de violência. Posso deixar minha casa aberta, dormir tranqüila e tudo. Tenho uma amiga, mesmo, que mora em Maringá, nossa, antes dela sair, ela pensa muito se vale a pena, tem mais medo. Nem dá para sair à noite. Agora, aqui, não tem este problema não. Além disso, conheço todas as pessoas, isso é bom, todo mundo conhece todo mundo* (Jurassi, 70 anos).

Sobre as relações de proximidade na velhice Novaes (1995) afirma que as relações de amizade e de familiares auxiliam o idoso a adaptar-se a este novo período de perdas e aprendizado de novos papéis.

Quanto à saúde, afirmam que a prefeitura oferece toda a assistência aos idosos e que isso faz a vivência da velhice, nesta cidade, muito boa, “a melhor coisa daqui é a saúde da prefeitura, pra mim não tem prefeitura melhor. Eles dão toda assistência para tudo, socorre mesmo, não tem boca não” (Zulmira, 74 anos).

No entanto, alguns apresentam alguns pontos negativos em relação à cidade. O primeiro ponto é que há poucas atividades para as pessoas idosas e esta falta de atividade deve-se tanto à prefeitura, que, para alguns, não oferece incentivo quanto às pessoas da cidade que são muito desanimadas, não participam das atividades propostas: “a prefeitura dá incentivo, mais não é tanto não. O meu dia-a-dia mesmo não tem nada a ver com o grupo de terceira idade, só vou lá à terça-feira mesmo e no grupo de canto

só.” (Luzia, 75 anos); “por que aqui é assim, quando não tem nada, o povo reclama e quando tem ninguém vai.” (Dolores, 84 anos).

### 5.3. Sobre o passado

Os entrevistados, ao falarem da vivência da velhice, retomavam o passado como referência e forma de compreensão do presente. Como afirma Bosi (2007), para o idoso retomar o passado é constituir e manter um mundo que se foi. Um mundo que era conhecido por ele, no qual ele mesmo se constituiu. A lembrança e as reminiscências do tempo que se foi é a reconstituição do próprio sujeito; o passado é a sua referência. Relembrar é reconhecer o momento presente a partir das experiências.

A maioria dos entrevistados retomaram as lembranças da infância, compreendida por eles como uma fase de muito sofrimento, por causa da pobreza, perdas de familiares e excesso de trabalho presentes nesta fase da vida.

Com exceção de uma entrevistada, que trabalhou um período da vida como dona de casa e outro na prefeitura, os outros sempre realizaram atividades relacionadas ao serviço braçal, na lavoura ou na pesca. As mulheres tinham carga dupla de serviço, cuidavam dos familiares (irmãos, pais) e trabalhavam. Algumas afirmaram que, depois que casassem, pensavam que as coisas iriam mudar, mas descrevem o casamento como uma fase de dificuldades, pois tinham de dedicar a vida à criação dos filhos, a cuidar da casa e do marido.

*a minha vida na infância foi bem difícil, passei muita necessidade, além de trabalhar muito mesmo. Depois eu casei. Casei nova, com uns catorze anos. Pensei que as coisas iriam mudar, mas daí foi outra luta. Os filhos, o marido e a família* (Lurdes, 63 anos).

Portanto para alguns, o passado resume-se no trabalho e na vida dedicada ao casamento. Para outros, apesar da vida no passado ter sido muito difícil, sentem saudades dela, pois naquele tempo tinham saúde e forças para realizar as atividades; vitalidade que falta agora para realizar os serviços diários. Já para os homens, a referência e as lembranças que deixavam saudades do passado era o trabalho que exerciam quando jovens, sendo o que lhes falta hoje.

### 5.4. Avaliação do Grupo de Terceira Idade

Em relação à avaliação do grupo, apresentaram-se insatisfeitos. Foram apontadas algumas causas para tal insatisfação. A primeira e a mais relevante foi a Presidente do grupo, que era vista como uma pessoa inexperiente, sem estudo, e que só pensava no dinheiro, não tinha um cuidado com os idosos. “O problema do grupo é que quem está na frente não tem leitura, então não adianta. Eu mesma fui colocada para tesoureiro e não aceitei, porque eu não tenho estudo, quem não tem estudo não consegue levar estas coisas” (Maria de Lurdes, 74 anos). Afirmaram que, no mandato do prefeito anterior, as coisas eram diferentes, tinha mais investimento no grupo e quem o coordenava era uma mulher estudada. A principal queixa estava associada ao saber. A capacidade de coordenar o grupo era vista como decorrente do grau de instrução dos líderes.

Os investigados assumem o que Chauí (2006) denomina como discurso dos especialistas ou discurso do saber: quem detém o conhecimento é que tem a capacidade ou o poder de falar, planejar e coordenar. Nesse tipo de discurso, o saber e o poder se sobrepõem. A autoridade do saber institui ao indivíduo “estudado” a capacidade de planejar as atividades e coordenar o grupo. Aos outros, cabe apenas obedecer e executar as tarefas.

Outra causa de insatisfação eram as atividades realizadas nos encontros do grupo. Eles afirmavam que iam até o grupo apenas para conversar, visto que, exceto a aula de alongamento, as outras atividades eram irrelevantes. Por exemplo, o bordado, que era uma atividade desenvolvida no grupo, é vista como insatisfatória por dois aspectos: primeiro, por ser uma atividade de trabalho e não de lazer. As mulheres afirmavam que já haviam trabalhado a vida toda e que, agora, queriam se divertir, dançar e passear. Como pontua Jurassi (70 anos): “na verdade o que eu gosto é de dançar, e, ali no grupo, você viu, né, não dá. Antes eu bordava, mas, ah, esse negócio de trabalho não é muito pra mim, já trabalhei muito na vida, agora quero me divertir”.

Já os idosos que estavam satisfeitos afirmavam que o grupo não se desenvolvia, ou como eles diziam, “não vai pra frente” por causa da própria comunidade, das pessoas da cidade, que eram muito desinteressadas. “eu acho que as pessoas têm é preguiça, não gostam delas mesmas. Assim, para alguém gostar de você, você primeiro tem que gostar de você mesmo, sair, passear. O pessoal aqui, você viu né, muito desanimado” (Nair, 69 anos). O problema do grupo, para estes idosos, recai sobre o indivíduo, que é preguiçoso ou desanimado.

Mesmo com as insatisfações presentes, o grupo de terceira idade se mantinha, como apontavam alguns idosos, por ser um dos únicos espaços de convivência e de relações sociais, no qual eles encontravam os amigos, conversavam e se divertiam. Estes eram os únicos dias que alguns idosos saiam de casa, já que, nos outros dias, não havia nada para fazerem.

### **5.5. Avaliação positiva do presente**

Os idosos que realizaram uma avaliação positiva do presente foram aqueles que se lembravam do passado como um período marcado por muito trabalho, sofrimento e doença, passado este que foi deixado para trás. O presente é visto como uma fase nova, de descanso e de prazer; como um momento de novas possibilidades, um processo de vida e de proveito. Eles percebem este momento como a possibilidade de desfrutar tudo o que construíram durante a vida.

*Para mim, está sendo muito bom esta idade, a minha infância foi muito dura, perdi minha mãe muito cedo, com 9 anos, eu que cuidei dos irmãos. Trabalhava na roça para ter o dinheiro de casa, era difícil. O que eu não aproveitei na infância estou aproveitando agora. Faz mais de 40 anos que moro aqui. A minha vida agora esta boa, meus filhos casaram tudo [...] Mesmo com tudo que eu sofri na vida eu amo viver. Que nem diz o ditado “se morrer for descanso quero viver cansada” (Jurassi, 70 anos).*

Outro aspecto que faz o presente ser um período positivo é a liberdade para realizar suas atividades à vontade, de forma autônoma. Diferente do passado, em que eram dependentes dos pais ou tinham que cuidar e ter responsabilidades com os filhos e a família.

*Hoje é muito bom, porque não tem ninguém para pegar no pé da gente, ninguém para proibir, para nada. Antigamente, os nossos pais eram muito exigentes, não deixavam sair e, quando saía, tinha que ir com alguém acompanhando, ou uma amiga de vigia para cuidar. Não tinha essa liberdade de hoje não (Nair, 69 anos).*

A saúde e a vitalidade física, bem como a companhia de parentes e amigos foram aspectos que se mostraram relevantes para uma avaliação positiva do momento presente.

Neri (2006), a respeito da velhice, apresenta-a como um período de alterações físicas e sociais, nos quais as presenças de amigos próximos e familiares auxiliam tanto na estruturação social quanto na conservação da saúde. “Ah, estou muito bem. Vivo bem a velhice sabe, a saúde é o que manda. Sempre recebendo visita da filha. A filha vem aqui e a gente faz tudo junto. Não fazemos nada sem a outra. É bom assim porque uma cuida da outra” (Zulmira, 74 anos).

## 5.6. Avaliação negativa do presente

Os entrevistados que realizaram uma avaliação negativa do presente retomaram o passado como uma fase em que tinham vitalidade para realizar todas as tarefas que hoje não conseguem mais. Tanto para os homens quanto para as mulheres, a vida era agitada, de muito trabalho, mas era melhor do que o presente, que se faz monótono, por dois motivos: pela perda do trabalho e conseqüente ociosidade; e pela falta de energia e saúde para realização das tarefas diárias.

O que caracteriza o idoso de forma pejorativa no modo de produção capitalista não é apenas a sua idade cronológica, mas a perda de sua força como sujeito produtor e, principalmente, consumidor. Como afirma Peixoto (2007), o idoso que possui uma situação abastada e que se configura como um sujeito consumidor em potencial, mesmo que não se apresente mais como produtivo, não é categorizado pejorativamente. Para este existe um espaço de lazer e de vivência da terceira idade, pois detêm um capital gerador de um novo mercado.

*Sei lá. A vida aqui está sempre a mesma, estamos levando essa vida de idoso. Uma vida vagarosa. Antigamente tinha muita coisa para fazer, a gente trabalhava mais. Hoje não, hoje, a gente fica muito em casa, faz o serviço e só isso. É pior, quando dá pra fazer, no outro dia fico acabada, me sinto cansada e com dores no corpo. Para quem tinha a vida que eu tinha, corrida, agora fica assim parada, é duro viu (Luzia, 75 anos).*

A saída dos filhos de casa, bem como a vida solitária, foram pontos relevantes para a avaliação negativa do presente, como um momento de sofrimento e desamparo.

*Dos 24 filhos só ficou eu nesta vida, os nove mesmo que moram aqui, nenhum vem à minha casa. Nem neto nem nada. Sou eu só. Eles passam aqui na frente e nem entram. Nem as nora, nada. É duro viu, ficar assim sozinha. Criar todos*

*eles e não ter nada no final. Dedicar uma vida inteira e ficar assim* (Dolores, 84 anos).

Outro tema foi a restrição da liberdade dos idosos pelo vínculo de dependência, tanto afetiva quanto financeira para com seus familiares.

*A gente já trabalhou, já fez muita coisa, agora ia ser bom sair, se divertir. No nosso tempo, não podia sair. Agora que posso sair as coisas não acontecem, meu marido não gosta de sair, daí fica difícil. Eu tenho vontade de sair lá para fora, mas pra mim fica difícil.* (Lurdes, 63 anos).

Como também afirmou a Dolores de 84 anos: “eu queria um lugarzinho meu, sossegado, para eu morar, por que morar de favor dos outros é difícil. Já estou enjoada de morar no fundo da casa dos outros”.

### **5.7. Representação social do envelhecimento**

Nos discursos dos idosos entrevistados, há duas representações marcantes sobre o envelhecimento, uma que vivencia o envelhecimento como uma fase de proveito, conquista e liberdade e outra como um período de solidão, perda do trabalho e queda da vitalidade e da saúde.

Os idosos que vivenciam o envelhecimento como uma fase de conquista e proveito afirmam que, para viver uma velhice saudável, primeiramente, é preciso aceitar a sua condição de idoso. Perceber que existem limites, que o seu corpo não é mais o mesmo, como também a sua saúde, mas perceber, também, os seus potenciais e as possibilidades que ainda podem ser vividas.

*Acho que envelhecer é aceitar a velhice, se você não aceita, você sofre, fica deprimido, doente. Quando você a aceita, as coisas mudam, você sabe que não é mais uma menina jovem, mas também não é preciso ficar parada em casa sem fazer nada [...] se você aceita, se sente melhor, conhece os seus limites, mas sabe também dos seus potenciais* (Lair, 67 anos).

“Por isso que o nome do grupo da terceira idade chama Renascer, porque nesta fase agente renasce, se souber levar, aprende a viver de novo” (Maria Mercedes, 65 anos). Como afirma Neri (2006), envelhecer requer adaptação e aprendizado de novas formas de viver.

Para alguns, a velhice não é apenas uma fase de morte, mas de proveito do que não se teve no passado.

*Depois que aposentei, para mim, eu fiquei rica, porque agora não preciso perturbar mais meus filhos, por que antes, quando eu não tinha, tinha que pedir para os filhos. Agora, tenho o meu dinheirinho que dá para me sustentar. Agora, consigo viver a minha vida, como o que eu quero, compro o que eu quero (Maria de Lurdes, 74 anos).*

Há os que afirmam que, para viver a velhice de forma saudável, é preciso se distrair, conversar e cultivar as amizades. Acreditam que o envelhecimento está ligado ao espírito, à forma que a velhice é pensada.

*Para viver uma terceira idade bem, tem que se distrair, quando a gente dança, brinca e conversa esquece de tudo, até mesmo a dor vai embora. Porque um pouco da dor é da cabeça da gente, se você fica pensando na dor, ela aumenta, e se você a esquece, ela vai embora [...] Para envelhecer bem tem que estar com a cabeça boa, ela é que comanda tudo. Velhice é só saber lidar, é o espírito da pessoa (Aparecida Miranda, 67 anos).*

Por outro lado, há aqueles que compreendem a velhice como uma fase de abandono, solidão e perda da força física e da saúde. “É duro, viu, ficar assim sozinha. Criar todos eles e não ter nada no final. Dedicar uma vida inteira e ficar assim. Agora que eu não preciso trabalhar, estou mal de saúde, só fico tomando remédio, muito remédio” (Dolores, 84 anos).

*Ih meu filho, ficar velho é duro, viu. Vai perdendo a força. Ficando com dor ali outra aqui. Nunca gostei de ficar parada, sempre tento levar as coisas. Um dia faço uma coisa outro dia faço outra e é assim. Assim vai. A gente perde a força, não é fácil não, com 74 anos é duro levar a mesma vida de antes (Zulmira, 74 anos).*

A partir destes depoimentos, podemos dizer que o envelhecimento é um processo heterogêneo, que é experienciado de forma singular, dependente dos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas pelo sujeito durante todo o ciclo de vida.

O ciclo vital é um canal de possibilidades que se desenvolve ao processar-se. Como afirma Novaes (1995, p. 17): “[...] a velhice não se constitui numa etapa

‘naturalizada’ do curso de vida, mas em vivências permanentemente construídas de acordo com diferentes modos de subjetivação”.

## 6. AS REPRESENTAÇÕES: ANÁLISES FINAIS

Representações sociais são fenômenos complexos que compreendem múltiplos níveis e dimensões. Spink (1995) afirma que a complexidade das Representações Sociais não se reduz ao campo do fenômeno, ela está presente também no campo da investigação. As pesquisas em representação apresentam uma diversidade tanto nos métodos que são utilizados, quanto nos enfoques dados aos objetos estudados.

Quanto aos enfoques, como já vimos, Spink (1995) aponta duas perspectivas de análise: uma focalizada na representação como produto, como um campo estruturado no qual se procura compreender e descrever os elementos constitutivos, com seus conteúdos cognitivos, afetivos e as práticas da vida cotidiana implicadas nesta construção, bem como os fatores determinantes na estruturação da representação investigada.

Enquanto processo as representações são compreendidas como um *continuum* de construção e desconstrução, no qual se busca investigar sua elaboração e a transformação das representações sociais a partir das trocas e relações experienciadas na vida cotidiana. Para tal, procura-se examinar os mecanismos que intervêm na formação das representações, bem como analisar as suas estruturas e compreender a função e o papel das mesmas nas práticas sociais da comunidade na qual se formam.

Nesta pesquisa procuramos elaborar ambas as investigações: realizar uma análise das representações sociais do envelhecimento como produto, identificando e descrevendo seus elementos constitutivos, afetos, significados valores e sentidos; e considerar as representações como processo, buscando compreender o seu papel para o grupo estudado a partir de uma análise das bases formativas de construção das mesmas no momento histórico e no contexto cultural do grupo investigado.

Compreendemos que as representações sociais não são fenômenos estáticos, são processos que se transformam e se alteram nas relações cotidianas. Os sujeitos carregam consigo modos diversos de significar e oferecer sentido ao mundo, e é nas práticas da vida em sociedade que tais conceituações divergentes entram em contradição e abrem possibilidades para novas formas de significação e representação dos acontecimentos.

A presente pesquisa permitiu, por meio dos grupos de discussão e pela produção do livro sobre histórias de vida dos idosos da comunidade, a abertura de canais de comunicação que possibilitaram o embate de formas divergentes de conceituar e representar o envelhecimento. Tais embates propiciaram a transformação e a construção de novas formas de valorização, conceituação, significação e percepção do envelhecimento, tanto para o pesquisador quanto para os integrantes do grupo de terceira idade.

Compreendemos que as representações sociais não se formam somente nas relações dos grupos, elas são construídas como parte de campos complexos e multifacetados do saber. Estes campos englobam diferentes esferas, que vão desde as representações culturais que abrangem valores e crenças de um povo ou nação, até esferas periféricas e particulares, como as representações pessoais, que se constituem de acordo com as vivências experienciadas pelo sujeito dentro de seu grupo social.

Um fenômeno social ao inserir-se na dimensão da representação social circunscreve-se, também ao campo das representações culturais e pessoais. Os sujeitos que representam ou compartilham significados e conhecimentos sobre determinado fenômeno carregam consigo a história de seu povo, bem como as crenças e os valores imersos na organização social do grupo do qual fazem parte e, além disso, trazem também as vivências específicas a sua história pessoal e experiências que irão influenciar na sua forma de ancorar e de objetivar os acontecimentos e objetos da sua realidade.

Portanto, nas relações da vida cotidiana não podemos determinar de forma exata os limites que separam as representações culturais, sociais e pessoais. Não que elas não possuam características específicas que as diferenciem, porém na vida em sociedade, no universo consensual, elas compartilham em alguns momentos espaços em comum, influenciando e ordenando os modos como os indivíduos, grupos e nações representem os fenômenos sociais.

Nesta análise dividimos os campos das representações do grupo estudado sobre a velhice e o processo de envelhecer em quatro esferas distintas. A primeira é relativa às Representações da Cultura Nacional. Entende-se por representação da cultura nacional os valores, explicações e sentidos oferecidos ao envelhecimento que estão arraigados na cultura brasileira e que se fazem presentes na vida cotidiana da comunidade investigada.

A segunda foi denominada de Representação da Cultura Tradicional. Compreendemos que o grupo estudado não traz consigo somente as representações

presentes na cultura nacional mas, por se tratar de uma população tradicional ou descendente de famílias pertencentes a comunidades tradicionais, que apresentam de acordo com Diegues (2004; 1996) uma relação direta e um conhecimento prático sobre a natureza gerados em organizações sociais não urbanas que são transmitidos oralmente de geração a geração, esta população apresenta um conhecimento e formas de significação divergentes sobre a natureza e os fenômenos e acontecimentos sociais quando comparados às sociedades industriais. Para tais comunidades não há uma divisória exata e dualista entre o universo social e a natureza, mas um *continuum* entre ambos, o que altera as formas de vivenciar e representar a velhice e o processo de envelhecer.

A terceira esfera foi classificada como o campo das Representações Sociais, concebido como aquela na qual as representações se formam enquanto processo grupal, no compartilhamento de significados, percepções, valores e ações de um agrupamento sobre determinado objeto ou fenômeno social.

A quarta esfera, a das Representações Pessoais, compreende as formas mais singulares de significar e conceber o processo de envelhecimento. As representações pessoais não fogem às dimensões das representações sociais, bem como as culturais, porém apresentam uma forma diversificada e singular, derivadas das histórias e experiências de vida próprias de cada sujeito, de ancorar e objetivar os acontecimentos e fenômenos da realidade.

As quatro esferas representacionais não apresentam um delineamento exato de separação, há pontos de intersecção entre elas. Como objetivo da pesquisa, realizaremos primeiramente uma análise no enfoque como produto. Para tal, buscaremos compreender as representações sociais do envelhecimento na interação das quatro esferas representacionais, procurando caracterizar seus elementos e descrever seus conteúdos cognitivos, afetivos e as práticas sociais que as compõem; posteriormente realizaremos uma análise focada nas representações como processo, buscando compreender quais os papéis e as mudanças e alterações ocorridas nas representações sobre o envelhecimento no decorrer da pesquisa.

### **6.1. Representação como produto**

Investigar a representação como produto é compreendê-la como flashes fotográficos, que em cada clarão capturam um momento da realidade, no qual podemos

observar com detalhes as formas, cores e traços da figura apreendida. Porém, compreendemos que este enfoque de pesquisa investiga um período, que talvez, no próximo flash, nas relações e trocas da vida social, estarão disformes e com novos contornos, elementos e características.

### 6.1.1. O idoso como velho não produtivo

De acordo com Magalhães (2000) na cultura ocidental em geral, a função, as percepções e os significados atribuídos à velhice se alteraram, acompanhando as mudanças econômicas e sociais ocorridas na passagem do sistema feudal para o modo de produção capitalista. Especialmente entre as classes trabalhadoras o idoso que era encarregado de guardar para a comunidade e transmitir a ela o conhecimento acumulado durante a sua vida para a realização das tarefas cotidianas, torna-se o velho operário improdutivo, que além de não produzir, necessita ser cuidado e amparado pelo Estado.

A improdutividade do ancião, que passa a ser o velho, é justificada na modernidade por meio de um discurso de desenvolvimento pautado apenas no ciclo biológico humano, o qual explica e atribui elementos de invalidez a velhice pela perda das capacidades e do vigor físico característico desta fase etária. O conceito de perda físico-biológica sobrepõe-se ao de atividade e vida social, restando, desta superposição, o teor pejorativo de decadência e improdutividade.

Tal concepção de velhice oriunda e enraizada na cultura ocidental revela-se inscritas nas entrelinhas dos discursos e nas práticas dos idosos de Porto Rico.

*Sei lá. A vida aqui está sempre a mesma, estamos levando essa vida de idoso. Uma vida vagarosa. Antigamente tinha muita coisa para fazer, a gente trabalhava mais. Hoje não, hoje, a gente fica muito em casa, faz o serviço e só isso. E pior, quando dá pra fazer, no outro dia fico acabada, me sinto cansada e com dores no corpo. Para quem tinha a vida que eu tinha, corrida, agora fica assim parada, é duro viu (Luzia, 75 anos).*

Nas primeiras discussões propostas ao grupo foi questionado, a partir da frase, “o que o idoso pode fazer?”, o papel deles na comunidade. Quando interrogados, as primeiras frases apresentadas foram: “Ih meu filho depois que parou de trabalhar tudo acaba. O trabalho que a gente fazia agora não dá. A gente fica mais é cuidando da casa mesmo” (Zulmira, 74 anos); ou:

*a gente não faz mais nada não. No máximo é limpar a casa, cuidar da família, mas isto não é trabalho de verdade. Trabalhar é ir para roça plantar colher. Trabalhar mesmo não dá não, depois que aposentou parou. Resta o trabalho de casa, cuidar dos netos e filhos* (Belmira, 72 anos).

Nestas primeiras indagações, o grupo revela uma concepção do velho similar à da presente na cultura ocidental moderna, ao considerar o idoso como aquele que perde sua função após a perda do trabalho, de idoso torna-se velho. Afinal, ele não faz nada, ou a atividade que realiza não é considerada um trabalho, pois não apresenta caráter de produção material, com um produto final.

Limpar a casa e cuidar dos familiares é percebido como um pseudo-trabalho, pois é um afazer que não está voltado para a produção de bens materiais para o mercado. Como diz Jurassi (70 anos): “A gente não trabalha, faz nada não. Fica mais na nossa vidinha mesmo, fazendo as coisas do nosso dia-a-dia”.

Como presente na cultura nacional, que confere um teor pejorativo, de improdutividade, ao velho, o grupo de terceira idade também atribui este caráter afetivo/emocional negativo a velhice, como se esta fosse sinônimo de invalidez: “serviço mesmo aqui eu não faço mais, não tem nada pra eu fazer, ninguém dá serviço para uma pessoa igual a mim, aposentado” (Damião, 69 anos).

A representação social do velho improdutivo para o grupo de terceira idade é orientada por representações arraigadas na cultura geral da qual fazem parte. Neste caso, as representações sociais construídas não são fenômenos circunscritos somente pelas relações estabelecidas entre o grupo de terceira idade, elas estão imersas em um campo cultural mais amplo e sutil e são objetivadas nas práticas cotidianas do grupo investigado.

Tais representações culturais não percorrem somente o campo das representações sociais; elas se fazem presentes em esferas mais individualizadas, nas representações pessoais de alguns sujeitos da comunidade:

*tenho umas galinhas e um cavalo para cuidar. A mulher já pediu para me desfazer deles, mas o que vai sobrar para eu fazer, sobra mais nada. Agora não estou fazendo nada. É uma forma de distrair a cabeça. Depois que aposenta faz o que. Depois de aposentado eu até trabalhei, mas agora não dá mais não. Gosto do meu cavalo e das galinhas é o que tenho* (Geraldo, 70 anos).

As representações construídas pelos sujeitos percorrem um cerne que perpassam desde a dimensão cultural, ao campo social, das relações do grupo, até a esfera pessoal,

ao dia-a-dia da vida de cada indivíduo. Esta relação complexa forma um emaranhado representacional, que ao verter-se nas práticas cotidianas, constróem a realidade social e os fenômenos nelas imbricados.

### **6.1.2 O idoso como aquele que trabalha em projetos assistenciais**

Uma alternativa, ainda que questionável, para os idosos manterem-se em atividade após a aposentadoria é o trabalho em projetos assistenciais. Os idosos que trabalham em projetos assistenciais sentem-se cooperativos e úteis para a comunidade. Porém o trabalho em tais projetos é percebido, pelos membros do grupo pesquisado, como uma alternativa paliativa de trabalho, que os satisfaz, mas que é categorizada e ancorada de forma pejorativa: “agora depois de velha resta o trabalho nos projetos da prefeitura e da igreja. Sempre participo, precisou de ajuda estou participando. A gente se sente muito bem. Assim fazemos alguma coisa” (Aparecida Miranda, 67 anos).

A palavra *resta* denomina os remanescentes, o que sobra, aquilo que se apresenta à margem. A atividade nos projetos assistenciais é o trabalho que *resta* para os idosos, que por não estarem vinculados ao trabalho produtivo, apresentam-se à margem de um modelo social pautado na produção.

A representação cultural do trabalho dos idosos como atividades marginais confluem para uma percepção, valoração e representação social do grupo sobre o trabalho assistencial como um afazer, que apesar de não ser a atividade produtiva que exerciam antes de se aposentar, os mantém em atividade e relação com a comunidade.

### **6.1.3 O envelhecimento ativo – o idoso como categoria de terceira idade**

Com o crescimento do conceito de terceira idade um novo modelo de idosos é legitimado. Bom envelhecer torna-se sinônimo de juventude, de atividade e lazer. Não que o idoso não deva procurar tais práticas, o problema está quando estas se tornam uma obrigatoriedade. Esta concepção de velhice se faz presente, por vezes, de forma impositiva, nos discursos de alguns membros do grupo de terceira idade:

*esse negócio de ficar em casa é para os velhos, não que eu não seja velha, mas sou ativa, meu marido mesmo parece que tem 3000 anos, só fica em casa. Eu saio, passeio e viajo. A minha vida aqui é bem agitada. Viver a velhice, para*

*mim, é se divertir, pior aqueles que ficam só em casa, vendo o passado e o tempo passar. Isso sim é ficar velho (Lair, 67 anos).*

Neste discurso a palavra ativa substitui o significado de ser velha “não que eu não seja velha, mas sou ativa”, levando a uma contradição e uma imposição de forma pejorativa aos idosos, que não compartilham desta forma de significar a velhice. Pois o velho é aquele que fica em casa rememorando o passado que se foi, enquanto o idoso que leva uma vida agitada, não entra nesta categoria pejorativa de velhice, ele é um idoso ativo que vive atualizado, no presente.

Por estes parâmetros não cabe mais o velho que vive momentos dedicados a relembrar e reconstruir as memórias de dias idos com amigos do passado. É preconizado o lazer, as brincadeiras e a atualização constante do mundo no qual vivem.

*a pessoa tem que sempre, sair se divertir, estar informada com o mundo. Aqui mesmo a primeira dama trouxe um curso de computação para nós, mas ninguém vai, ou se vai é um ou dois. Parece que não querem mais viver, querem ficar parados no tempo (Maria Aparecida, 61 anos).*

Esta concepção de velhice ativa difundida no campo cultural não se expressa de forma explícita quando entra em contato com a vida cotidiana de grupos ou comunidades. Esta representação se molda e revela-se com roupagens específicas do grupo, porém não perde suas características peculiares, transparecendo nas minúcias das relações e das práticas da vida social.

*aqui na cidade tem muita gente que não participa do grupo de terceira idade porque dizem que esse negócio de ficar passeando, viajando e, principalmente, trabalhando com artesanato não é coisa para gente velha não, que agora é tempo de descansar que já fizeram muito na vida. É claro que devemos descansar um pouco, afinal trabalhamos muito. Depois de ter trabalhado a vida na roça e pegado na enxada é bom parar um pouco, mas ficar sem fazer nada não dá. Ah, para mim isso é desânimo, é falta de vida (Nair, 69 anos).*

O sentido oferecido ao envelhecimento presente neste trecho, não segue de forma precisa o sentido de velhice ativa, expressa no campo cultural, pois o grupo traz consigo experiências específicas, como o trabalho braçal, na roça, que o fazem significar a velhice de forma diversa e não estrita à manifestada na esfera cultural. Para esta população o processo de envelhecimento não se restringe somente à diversão e ao lazer, ele é compreendido como uma fase de descanso, após anos de trabalho.

Uma atribuição positiva ao conceito terceira idade, foi que ele contribuiu para o rompimento do estereótipo pejorativo da velhice como uma fase somente de decadência e perdas. Ele possibilitou a construção e aceitação de uma concepção mais plural e heterogênea do envelhecimento e seus processos. Tornar-se idoso é trazer consigo experiências e vivências percorridas durante a vida, construindo um conhecimento que auxilie na compreensão e significação da realidade presente.

*Ficar velha, para mim, é aproveitar a vida, sair, se divertir, passear. Ficar em casa não dá. Trabalhei e sofri muito, agora é hora de aproveitar. Sabe, desde criança meu pai sempre levou a gente nos bailes, nas quermesses. Ele sempre tocava algum instrumento e nós pegamos gosto pela música. Em casa sempre fomos muito de dança e música. Por isso gosto dos bailes, de gente. Dificilmente fico em casa o dia todo, sempre tenho uma coisinha para fazer. Para a gente que sempre trabalhou é duro ficar parado viu? Envelhecer é aproveitar tudo o que vivemos (Jurassi, 70 anos).*

O discurso anterior centra-se na representação de velhice como vida ativa presente na cultura atual, porém revela algumas peculiaridades circunscritas ao grupo de terceira idade e específicas à esfera pessoal do investigado. Os membros que compõem o grupo apresentam uma história de trabalho em comum, que transparece na forma como eles compartilham, concebem e vivenciam a velhice.

Para os integrantes, que trabalharam a vida toda na atividade braçal, ter que abandonar e deixar de realizar estes afazeres, exigem deles uma re-significação da vida que é representado pela categoria de envelhecimento ativo, como afirma Jurassi (70 anos): “*Para a gente que sempre trabalhou é duro ficar parado viu?*”. Os afazeres ligados ao grupo de terceira idade contribuem para a vivência de uma velhice mais ativa, para aqueles que tiveram uma vida dedicada ao trabalho.

Quanto ao campo da representação pessoal, cada investigado, mesmo fazendo parte de um grupo e compartilhando suas representações sociais, traz consigo uma história e experiências de vida que os guiam na significação de suas atividades cotidianas. No caso de Jurassi, a categoria de velhice ativa adquire um caráter pessoal, não se circunscrevendo somente a esfera do grupo, pois remete a um hábito de atividade e lazer constituído durante toda sua vida.

O conceito de envelhecimento ativo contido na categoria terceira idade se expressa no grupo estudado, às vezes, de forma autoritária, como um modelo ideal de velhice a ser seguido. Talvez esta manifestação arbitrária deva-se aos discursos dos

especialistas presentes na cultura nacional, que procuram, por meio do seu saber ditar as regras do bom envelhecer. Esta concepção de velhice não se manifesta de forma estrita, ela é re-significada nas relações e práticas da vida do grupo, que produzem novos sentidos, a partir de suas representações enquanto comunidade e como sujeitos que possuem uma história pessoal.

#### **6.1.4 Envelhecimento como possibilidade de uma nova vida**

Os idosos do grupo de terceira idade apresentam algumas semelhanças quanto à história de vida. Em sua maioria, todos trabalharam desde crianças na lavoura, plantando, arando e colhendo. Uma vida dedicada e voltada para o trabalho, sendo que alguns desejos e vontades foram deixados para traz por não haver possibilidades de serem realizados naquele momento da vida.

Já na velhice, como eles afirmam, estes desejos tornam-se possíveis, pois estão aposentados, já criaram os filhos e aquela vida do passado de muito trabalho se foi: “a gente vai ficando velha e percebe que a vida nunca acaba. Agora, sem muito trabalho, posso viver a vida e alguns sonhos que ficaram. A vida é sempre um aprendizado, depende do jeito que olhamos para ela” (Conceição, 73 anos).

Quando comparado ao passado, de muito trabalho, a vida que levam hoje é significada como prazerosa e de descanso. Podem controlar os afazeres do dia-a-dia e realizar as atividades que desejam. Os idosos atribuem à velhice um sentido positivo, como a abertura de uma nova vida e de novos aprendizados, mesmo com as perdas que ela traz. “Envelhecer é muito bom. Depois da vida que tive de muito trabalho na roça, ficar velha é aproveitar, abrir uma nova fase, ainda que com alguns problemas de saúde” (Belmira, 72 anos).

Esta representação compartilhada sobre a velhice orienta as práticas e o modo como os idosos interpretam os acontecimentos de sua vida. Tais representações sociais transparecem nos sentidos pessoais atribuídos ao envelhecimento:

*agora que já criei todos os filhos posso realizar o sonho que sempre quis: estudar. Estou na quarta série e pretendo acabar o ensino. Porque antes não dava não, tinha que trabalhar e ainda cuidar das crianças. Meu marido mesmo disse que se fosse para escola quando eu voltasse estaria outra no meu lugar. Tinha como dever cuidar das crianças. Agora não, posso fazer o que sempre quis (Ursulina, 65 anos).*

O significado atribuído ao envelhecimento como a abertura para uma nova vida, não é somente produto das representações sociais, do compartilhamento de valores e percepções do grupo de idosos. Nas entrelinhas destes discursos e práticas revela-se a presença de uma concepção cultural emergente sobre o idoso, a terceira idade. Uma categoria que possibilitou formas diversas e heterogêneas de vivenciar, compreender e valorizar a velhice, propiciando ao idoso a abertura de novas possibilidades de vida na velhice.

### **6.1.5 O envelhecimento como processo vinculado à natureza**

A maioria dos idosos participantes do grupo de terceira idade, exceto uma pessoa, que trabalhou como funcionária pública, realizavam desde a infância trabalhos que envolviam relações diretas com a natureza. Estes idosos trazem consigo, a partir de um conhecimento passado de geração a geração, por pertencerem a famílias para as quais o sustento estava ligado diretamente aos fenômenos naturais (períodos sazonais de chuva, estiagem, piracema, entre outros) um saber prático sobre a natureza e seus ciclos.

Este tipo de comunidade, que vive em uma relação direta com a natureza e que produz um conhecimento prático sobre a mesma que é transmitido oralmente de geração a geração, caracteriza-se, de acordo com Diegues (2004), como uma população tradicional. O grupo estudado não se classifica de forma estrita como parte desta categoria, pelo histórico de migração, estão inseridos no meio urbano, todavia, ainda resguardam os conhecimentos construídos ao longo da vida em contato com o rio ou a terra.

Para estes idosos, não há uma diferenciação ou separação exata entre eles e a natureza; foi na relação com ela e seus ciclos que eles se constituíram. Eles estão imersos na vida natural como mais um ser que depende dela para sobreviver. A natureza não é somente um objeto, sobre o qual a razão humana se debruça com o objetivo de construir um conhecimento capaz de dominá-la e controlá-la, como afirma Moscovici (2007), sobre os projetos seminais da ciência moderna:

*eu gosto do roçado e da pescaria, foi lá que vivi grande parte da minha vida, tudo que sei tirei de lá, até o meu ganha pão. A pesca e a roça me criaram. A gente aprende muito neste tipo de vida, vê que nada acontece por acaso, as coisas tem um porque, como a nossa vida (Maria de Lurdes, 74 anos).*

Estes idosos ultrapassam a relação técnica e utilitária para uma dimensão de respeito e vida para com a natureza. Há uma relação de troca entre eles e a vida natural, relação esta denominada por Brandão (1994) como ética de reciprocidade, na qual a natureza deixa de ser um objeto de domínio cindido do sujeito, para ser concebida como um ser ativo na construção do homem e da realidade.

Estes idosos atribuem à natureza um sentido de sustento e aprendizado. Foi na relação de trabalho com ela que os idosos se constituíram. A natureza é concebida como a base formativa de suas relações sociais e o meio pelo qual construíram uma rede de significados sobre a vida e as relações da vida em sociedade.

Este saber prático formado sobre a natureza não se restringe ao trabalho realizado sobre a mesma, como a hora de plantar e a lua certa para pescar. Ele transpõe esta relação e se constitui, no plano da vida cotidiana, como um conhecimento que auxilia os sujeitos na compreensão e explicação dos acontecimentos e fenômenos da realidade social na qual estão inseridos. Como pontua Brandão (1994, p. 29):

*a própria natureza não se dá, não aparece para o homem como um “dado bruto”, exterior a ele, mas já como feixes e teias de significados. Os homens não reagem ao ambiente. Reagem simbolicamente à sua própria reação ante o mundo natural.*

Tal saber norteia as práticas e as vivências cotidianas dos sujeitos pertencentes à estas populações, atuando como um elemento transformador na construção e configuração de suas representações sociais.

Os sujeitos pertencentes à populações tradicionais desenvolvem, desde a tenra infância, uma percepção de mundo e representações culturais ligadas à cultura tradicional a qual pertencem. Estas representações interferem, modificam e auxiliam na formação de uma complexa rede representacional na qual representações culturais, sociais e pessoais se substanciam na construção de explicações e saberes sobre a realidade.

As representações tecidas pela cultura tradicional interferem na forma com que os idosos representam o envelhecimento e os processos a ele circunscritos. A relação de integração entre homem e natureza vivenciada por estes idosos os faz representar o envelhecimento como parte de um grande movimento cíclico que está presente na natureza, como uma fase pela qual todos os seres vivos passam ou passarão:

*Sabe, não sei se me sinto velha, para algumas pessoas parece que ficar velho é morrer. Para mim não, ficar velho é só mais uma fase desta natureza. Os animais não ficam velhos também e morrem? É assim com a gente também. A vida tem que se deixar viver, não tem como segurar a velhice ela vem com tempo, acontece (Maria Luzinete, 73 anos).*

*Na roça a gente aprende muito, percebe que tudo nasce e vive e novamente nasce e vive. O arroz, o peixe, tudo. Não tem como segurar a folha quando ela quer cair. Ela cai. Parece que, quando vemos assim a vida, tudo fica mais tranqüilo (Isaura, 68 anos).*

A compreensão de sentir-se e perceber-se parte da vida natural, como mais um ser, traz uma sensação de alívio e tranqüilidade ao idoso, ele compreende que está fechando um processo que foi desencadeado no início de sua vida.

Já homem urbano, amparado pelo ideal da ciência moderna, concebe a natureza como apenas um elemento que sua racionalidade científica deve desvendar e dominar. Para os participantes das culturas tradicionais, que se vêem como parte integrante da natureza, é fácil considerar que não há como refrear e conter o tempo e as marcas que este traz com a velhice. Como afirma Jurassi, 70 anos:

*podemos comparar a gente como uma flor que sempre tem que ser aguada e regada para florescer. Mas perceber também que um dia as flores caem para dar novas flores. Ver os filhos casados e os netos é muito bonito, a gente percebe que fizemos parte dessa vida, dessa grande vida e que a natureza tem que dar seu fim.*

O conhecimento tradicional auxilia na compreensão do envelhecimento como um ciclo pertencente à natureza. Esta representação cultural orienta as práticas e as relações que os idosos investigados estabelecem em suas vidas. A forma com que os idosos do grupo de terceira idade representam socialmente o envelhecimento, como uma fase de passagem de um ciclo natural, co-habita a esfera das representações culturais da cultura tradicional a qual pertencem e revela-se presente nas representações pessoais da velhice concebida por eles.

## **6.2. Representação como processo**

Pensar as representações como processos envolve compreendê-las como formas que se configuram nas trocas discursivas e nas relações sociais. O movimento de construção, fragmentação e re-significação dos objetos representados, ocorre de forma incessante, por vezes alterando a representação como um todo e outras somente seus pontos periféricos. As representações que se encontram enraizadas na cultura ou na vida cotidiana dos grupos, alteram-se de forma mais lenta e gradativa, enquanto as que apresentam características emergentes são mais voláteis. Todavia, este movimento de re-configuração está sempre presente, mesmo que de forma sutil e minuciosa nas práticas e percepções da vida social.

Na leitura de uma tira de jornal, no olhar para um quadro abstrato, no contato com um literário que retrata realidades e vidas, em inscrições registradas em pedras, ou em um diálogo com um companheiro de trabalho, ali está o humano e com ele seu arcabouço simbólico, a partir do qual vivencia o mundo. Relações são trocas e transformações. É nos encontrarmos nas diferenças do outro, que se transfiguram e, num movimento concomitante, passam a fazer parte do universo de valores, crenças e sentidos no qual estamos imersos.

Como proposta de uma investigação participante, o presente trabalho não procurou somente atingir os objetivos dos investigadores, mas buscou realizar uma relação com a população, na qual os investigados se tornassem pesquisadores da sua realidade, permitindo a manifestação de problemáticas de seu interesse. Para isso o pesquisador realizou uma análise inicial da realidade da população e posteriormente uma devolutiva da mesma para o grupo analisado.

Na devolutiva da análise inicial emergiram duas problemáticas em relação à realidade vivenciada por eles. A primeira, a respeito das atividades que realizam hoje, que são desvalorizadas e percebidas como inúteis e sem função para a comunidade, quando comparadas às atividades do passado. A segunda problemática envolvia o próprio grupo de terceira idade, que não elaborava nenhuma atividade que envolvesse todos os idosos e que, por conseguinte, apresentava pouca assiduidade.

Para promover discussões sobre as problemáticas apontadas, o pesquisador levantou uma primeira questão a respeito da função do idoso na comunidade, com o questionamento: “o que o idoso pode fazer?”. Após seis encontros de longas discussões e debates, descritos neste capítulo e em capítulos anteriores, optou-se pela produção de um livro sobre histórias de vida, receitas de culinária e contos de pescador, com o

objetivo de resgatar a função do idoso como guardião da memória social e da história da comunidade.

Além de resgatar a função do idoso como aquele que resgata as lembranças e reconstrói uma realidade que não existe mais, o livro possibilitou aos idosos a realização de uma atividade em conjunto. O que antes era percebido por eles como um agrupamento de pessoas, que não mantinham atividades conjuntas, começou a ser significado como um grupo.

Em cada encontro e discussão, no embate de significados e sentidos diversos atribuídos a velhice, as percepções e formas de conceber o envelhecimento, tanto do pesquisador como dos investigados, foram se alterando, adquirindo um caráter positivo. No momento em que as experiências e as histórias de vida de cada membro começam a ser valorizadas pelo grupo, eles passam de indivíduos isolados e improdutivos, para aqueles que trazem consigo um artefato social estimado, a memória e as tradições da comunidade. Como lembranças vivas, que se não forem transmitidos a outros estarão fadados ao esquecimento, ou a serem apenas registrados em nomes de ruas, placas ou documentos históricos que nem sempre contam a história do povo.

No desenrolar da pesquisa, a partir das discussões e experiências vivenciadas pelos participantes e pelo pesquisador, revelaram-se algumas representações emergentes que foram classificadas e analisadas em duas categorias distintas: o idoso como memória da comunidade e o idoso como o detentor do conhecimento do ciclo vital.

### **6.2.1 O idoso como memória da comunidade**

Esta categoria começou a transparecer no grupo no momento em que sentiram o desejo de produzir um livro com suas histórias de vida, o que trouxe a eles a responsabilidade de reconstruir o passado, muitas vezes esquecido. A princípio, o objetivo do livro aparecia como limitado ao registro de vivências e experiências de vida de cada integrante, restrita a sua história pessoal. Todavia, a cada encontro, no qual dois idosos contavam suas histórias, os outros começaram a sentir-se parte daquela vida lembrada. Não percebiam aquelas vivências como concernentes somente à história pessoal do narrador, pois elas se entrelaçavam às reminiscências, tecendo uma rede, na qual transparecia uma história em comum, com formas de vida, saberes e valores partilhados, revelando a memória social daquela comunidade.

Como afirma Brandão (1998), o ato de rememorar inicia-se nos recônditos mnemônicos dos sujeitos, porém estas lembranças tornam-se vivas ao serem partilhadas com outros. As reminiscências ganham vida na medida em que participam delas pessoas com quem se viveu e elementos culturais e sociais da época em que aconteceram. As lembranças são dos sujeitos, mas estão inscritas na vida de outros e em um determinado tempo. A história pessoal está imersa na memória social de grupos e comunidades, faz parte da vida coletiva.

*É verdade aquela época foi dura. Todo mundo aqui é de fora, talvez um ou outro, são daqui de perto da cidade, mas a maioria é de fora. Trabalhamos tudo por estas terras aqui de perto, foi uma vida dura, sair de longe com a filha no colo e outro no chão e vir pra cá. Acho que todo mundo tem um caso parecido, de sair de longe querendo melhorar a vida. Passei muita necessidade, mas hoje estou bem com a vida que tenho* (Maria Mercedes, 65 anos).

Os idosos do grupo investigado apresentam histórias em comum; eles deixaram para traz a terra na qual nasceram e viveram partes significativas de suas vidas, para buscarem em outra a oportunidade de ter um roçado para plantar e sustentar a sua família. Vidas marcadas pelo trabalho e pela migração: da despedida da terra natal, a vida nos arredores de Porto Rico, em sítios e fazendas e posteriormente a vida nas ilhas, lembradas como momentos de fartura, e por fim a mudança para o centro urbano do município.

São estas vivências e lembranças em comum, compartilhadas por eles, que perfazem o sentimento de guardadores das tradições, da cultura e da memória da comunidade.

O idoso, ao partilhar suas experiências no grupo, mobiliza em seus companheiros, como num movimento de espelho, no qual se vêem na vida do outro, lembranças de tempos idos. Neste entrelace de recordações e memórias, os idosos trabalham em conjunto na montagem de um quebra-cabeça, no qual cada peça é figurada como um momento ou um fato que partilham, procurando atribuir sentidos e significados à silhueta que se forma a cada peça e lembrança recordada.

A narração dos idosos sobre suas histórias de vida proporcionou a desestabilização dos núcleos representacionais presentes e a construção de novas formas de representação da velhice e seus processos. O envelhecimento passou a ser ancorado de forma positiva, como um momento de reconstituição do passado e os idosos passaram a ser objetivados como os guardiões da memória social da comunidade.

Afinal, quem melhor para contar e transmitir os acontecimentos de outro tempo se não aqueles que o viveram? Os integrantes do grupo começaram a se perceber como histórias vivas e a valorizar o conhecimento que formaram.

*Quando penso na história da minha vida vejo que tenho muito para ensinar mesmo. Aqui da cidade tenho muitos casos que vivi e que lembro perfeitamente, e que essa moçada de hoje nem imagina. Naquela época aqui na cidade nem médico tinha, na verdade nem cidade tinha direito. Era mais o rio mesmo. Para cuidar da saúde a gente foi aprendendo, coisas que vinham da mãe ou da avó. Receitas caseiras para curar tudo que é tipo de doença. E olha lá heim? Sem estudo nenhum, só com coisas que aprendi com a mãe, a avó e tias. Tudo com erva do mato, remédio ninguém tomava não, e o povo era mais saudável que hoje viu? Curei até bronquite de sobrinha e filha. Às vezes, quando precisa, ensino as filhas e faço umas misturas para ajudar algum neto (Jurassi, 70 anos).*

Ao ouvir as vidas narradas percebemos que a história não é limpa e linear como se apresenta escrita nos registros oficiais. Ao olhar para os integrantes do grupo de terceira idade vemos a história daquela comunidade em cada rosto marcado pelo sol e mãos com sulcos do trabalho na roça ou nas, quantas redes puxadas durante a vida. Estes idosos construíram o presente e trabalham para a transmissão e conservação do passado no tempo futuro.

O livro sobre histórias de vida atuou como um mecanismo de intervenção para a formação de representações divergentes daquelas encontradas anteriormente no grupo de terceira idade. Este processo de construção de novas formas de representar a velhice configura-se não apenas no interior do grupo, no formato de representações sociais; ele se revela e se transubstancia nas práticas cotidianas dos idosos, em suas representações pessoais e nos acontecimentos da vida diária. Eles passam a valorizar os conhecimentos, saberes e valores que trazem consigo, que foram constituídos ao longo de sua vida.

Os idosos atuam, por meio de suas reminiscências, como arqueólogos, que procuram reconstruir sentidos e significados de artefatos que resistiram à ação do tempo e que se apresentam, mesmo que desgastados, vivos na realidade presente.

### **6.2.2 Os idosos como os detentores do conhecimento do ciclo vital**

No processo de pesquisa, por meio do grupo de discussões e pela produção do livro, os idosos iniciaram um movimento de re-significação e configuração da função social da velhice. Dos questionamentos e problemáticas iniciais levantados sobre as atividades que os idosos realizavam, nos quais se percebiam, a princípio, como aqueles que executavam tarefas voltadas somente ao seu universo pessoal, passaram a valorizar a velhice, ao se conceber como aqueles que trazem lembranças, memórias e um conhecimento que ao ser reconstituído e transmitido a outros, pode explicar e trazer um novo sentido à realidade presente.

Estes conhecimentos, que construíram durante a vida, não se restringem somente a saberes práticos do dia-a-dia. Os idosos se reconhecem como os detentores do conhecimento sobre a vida e seus percalços. Eles vivem o desfecho do ciclo vital e, por terem experienciado este processo como um todo, percebem-se capazes de compreendê-lo em suas minúcias e seus movimentos.

*Hoje mesmo não me preocupo com a vida, porque ela é assim mesmo. A vida se vive. Não adianta querer apresar as coisas, ela acontece. Parece que agora, com essa idade, consigo ver como ela acontece e se faz. Por isso se eu fosse jovem e soubesse disso tudo antes, não tinha me preocupado tanto. É como uma árvore que nasce, dá flores, frutos e morre, para uma nova árvore nascer. É um dom de Deus, tudo tem que passar pela vida (Nair, 69 anos).*

Na velhice se consegue olhar para a vida e seus acontecimentos de forma diferente, pois já se conhece seus obstáculos. Os problemas cotidianos, tão enaltecidos e enfrentados pelos mais jovens, tornam-se pequenos e se estilhaçam diante do grande movimento que é o ciclo vital. Para os idosos investigados não há como comandar a vida, ela se vive e suas preocupações se esmiúçam quando são vistas diante dos olhos daqueles que já passaram pelos seus conflitos e problemáticas.

*Eu mesma já passei por tudo o que meu neto está passando. Quando acontece alguma coisa dura na vida dele, eu olho e não vejo problema nos problemas dele. Depois que a gente passa pela vida, parece que entendemos mais como ela funciona. Ela é como tudo, neste mundo, cheio de voltas. Cada fase para uma coisa. O mistério da vida não dá mais medo. Como na roça do meu tempo: tem época para plantar e para colher. Tudo no seu tempo sem a gente precisar correr muito (Isaura, 68 anos).*

Os idosos do grupo de terceira idade compreendem o velho como aquele que detêm o conhecimento do ciclo vital e significam a fase por qual passam, a velhice,

como o período no qual “o mistério da vida”, como afirma Isaura, lhes foi desvelado. Este saber sobre os mistérios e movimentos da vida é atribuído ao conhecimento construído a partir das experiências vivenciadas durante todo o ciclo vital.

A concepção do idoso como detentor do conhecimento da vida e de seus movimentos e mistérios, não está circunscrita somente às representações sociais do grupo de terceira idade, do compartilhar valores, saberes e significados sobre a vida. Em suas entrelinhas, esta representação transparece vinculada às representações da cultura tradicional, a qual compreende o homem como ser integrado a natureza, que faz parte de seus processos e ciclos. O envelhecimento se configura, para estes idosos, como mais uma etapa deste grande movimento cíclico da natureza que é a vida.

A representação social dos idosos como conhecedores do ciclo vital lhes oferece uma valoração positiva, como os que possuem o saber da vida e de seus percalços, pois somente eles estão tendo o privilégio de vivenciar esta etapa final que muitos não conseguem alcançar, como afirma Maria Luzinete: “eu agradeço por viver esta fase da vida, não são todos que chegam aqui e podem ver a vida do jeito que vejo”. Eles são privilegiados por vivenciarem o final do ciclo vital e por poderem atribuir um sentido e significado a todo o processo de desenvolvimento e ao percurso de suas experiências.

Enquanto processo, as representações encontram-se sempre inacabadas, pois elas estão sendo articuladas, a todo o momento à novas concepções e percepções de mundo, que são construídas nas relações sociais cotidianas, nas discussões e conflitos vivenciados. São estes pontos de fratura que proporcionam a re-significação dos fenômenos presentes na realidade.

*O trabalho do livro e com a terceira idade ajudou muito a gente, sabe? Agora percebo que faço parte de uma história, a minha vida faz parte aqui de Porto Rico. E as lembranças que tenho traz a história do rio. Nós velhos somos a história desta cidade. O passado está na gente (Conceição, 73 anos).*

### **6.3 (Re) fazendo representações**

Como afirma González Rey (2005), o conhecimento construído na pesquisa qualitativa é um saber que não se fecha em si mesmo, como produto final de um objeto observado e analisado por um investigador distante que o controla. Há uma relação de

dupla via entre a realidade e o conhecimento. O pesquisador na relação com os sujeitos da pesquisa torna-se produtor e produto de sua investigação.

O conhecimento é uma construção interpretativa da realidade a qual o pesquisador investiga. O saber produzido se configura de acordo com o arcabouço simbólico trazido, anteriormente, e construído pelo investigador no decorrer da investigação. É este instrumento interpretativo que vai oferecer sentido e significado aos dados empíricos coletados no decorrer da pesquisa. Afinal, o homem não se relaciona com dados empíricos brutos, mas com os artefatos simbólicos, produzidos na vida em sociedade, os quais atribuem formas e contornos à realidade interpretada.

Ao desenvolver um saber sobre determinado fenômeno inserido na realidade cotidiana de uma comunidade, o pesquisador produz também uma mudança em seu universo pessoal. Ao imergir em uma realidade que não a sua, entra em contato com formas divergentes de pensar e significar a vida, as quais produzem desconstruções, mudanças e agregações ao seu aparato simbólico e no modo como ele interpreta e oferece sentido a seu universo.

As interpretações das informações observadas, colhidas e vividas no decorrer da pesquisa, não se reduzem a categorias invariáveis de significação, elas se alteram ao longo do processo de investigação. A produção do conhecimento é experienciada como um processo, pelo qual o pesquisador na relação com os participantes da pesquisa e com o ambiente investigado desconstrói seu universo simbólico, formando, a partir deste contato, novas representações, sentidos e significados que irão orientá-lo na reinterpretção da realidade pesquisada. Como afirma González Rey (2005, p.31): “o conhecimento não é uma soma de fatos definidos por constatações imediatas do momento empírico”.

Este processo construtivo-interpretativo, que transfigura dados empíricos brutos em informações completas de significados, se fez presente na pesquisa em questão. A princípio o pesquisador entrou em contato com a população e a realidade investigada a partir de seu arcabouço teórico e as vivências que trazia consigo ao longo de sua vida. Porém, foi na relação inicial com o grupo, na troca e nos embates de percepções de mundo e valores, que progressivamente atribuiu sentidos às informações contidas na realidade investigada.

Nesta etapa inicial o pesquisador se familiarizou com o conhecimento, valores e saberes que orientam a comunidade nas explicações dos acontecimentos da vida cotidiana. Este foi o momento em que o investigador se relacionou com as crenças,

representações e sentidos compartilhados pelo grupo sobre os fenômenos sociais da vida cotidiana. O que possibilitou a ele uma primeira categorização, descrição e, posteriormente, uma análise inicial das representações e do contexto social o qual o grupo está inserido.

Esta primeira análise se processou de forma sutil e menos meticulosa, talvez por estar em um contato inicial, ou por ainda manter certo distanciamento da realidade do grupo. Todavia, no transcorrer da pesquisa, nos diálogos e discussões, o pesquisador imergiu no universo da comunidade, e nesta proximidade chocou-se com valores e formas divergentes de significar a vida.

Na relação com esta realidade heterogênea e emergente foi que as representações, crenças e percepções do investigador se chocaram e se transmutaram a novas configurações de sentidos e significados a realidade. Ele começou a interpretar a realidade do grupo não somente com seus arcabouços teóricos que trouxe de seu do universo reificado, mas com os sentidos produzidos na relação de pesquisa com os investigados.

Não que o pesquisador abandonou seus recursos teóricos, que o ampararam na construção do conhecimento sobre as representações sociais do envelhecimento do grupo investigado, para interpretar a realidade social somente pelo viés do senso comum. O que ocorreu é que ele agregou as suas representações e significados, novos sentidos e valores, produzidos na relação de pesquisa, que o auxiliou na re-leitura e interpretação da realidade investigada.

Esta reestruturação do universo simbólico do pesquisador possibilitou em um segundo momento, análises mais profundas e detalhadas das representações sociais construídas e compartilhadas na vida cotidiana do grupo de terceira idade. Talvez, esta compreensão mais elaborada deva-se a capacidade do pesquisador de transitar entre a realidade social do grupo e seu mundo pessoal, acompanhado de seus conhecimentos científicos, calcados no universo reificado.

Tanto as realidades de pesquisa quanto a cotidiana se perfazem em um emaranhado de saberes, significados e valores que quando analisados de forma sistemática podem ser compreendidos de forma cindida, com espaços reservados para cada saber e representações. Como no caso do pesquisador que ao analisar a realidade de pesquisa, classifica-a em categorias separadas, para esmiuçar e compreender aquele universo social pesquisado. Porém ele sabe que estas cisões, na vida em sociedade, na relação entre os sujeitos, não acontece de forma precisa. As separações entre os

universos representacionais são sutis, e por vezes imperceptíveis aos sujeitos que vivem os acontecimentos cotidianos, como seres no mundo que vivenciam os fenômenos inscritos na realidade social.

A realidade, bem como os saberes concernentes à vida cotidiana, são produzidos nas práticas da vida em sociedade, na relação entre sujeitos e de suas formas de conceber e significar os acontecimentos do mundo. Estas formas diversas de compreensão da realidade configuram uma rede complexa na qual representações culturais arraigadas nas tradições de um povo, juntamente com as sociais, compartilhadas entre os membros de grupos e as pessoais circunscritas a história do sujeito, se transubstanciam em uma realidade, em que ambas co-habitam o mesmo universo social, que é a vida cotidiana.

Como na presente pesquisa, que ao se predispor a analisar as representações sociais do envelhecimento dos idosos de um grupo de terceira idade pertencentes a uma comunidade ribeirinha, não pôde restringir a sua análise somente às representações sociais. Estas estão inscritas e são formadas por uma rede representacional, na qual, a história pessoal de cada idoso e os valores e concepções culturais enraizados em suas formas de pensar e viver a vida configuram um universo social que não se abreviam as representações sociais compartilhadas no grupo de terceira idade. Ela transita por esferas sociais e representacionais que, ao se relacionarem, transformam os sentidos e alteram os significados dos fenômenos socialmente representados.

O pesquisador, ao entrar em contato com o grupo de terceira idade e ao propor e desenvolver uma pesquisa de cunho participante, que teve como produto para o grupo, um livro com suas histórias de vidas e memórias, proporcionou reflexões e debates sobre o velho e seu processo de envelhecer. Estas reflexões abriram espaços para novas formas de se conceber a velhice e a função social dos idosos na comunidade, que passaram a se reconhecer como os guardadores das lembranças, como memórias vivas do passado daquela população.

As alterações nas formas de se conceber o envelhecimento não transformou somente as representações sociais enquanto grupo de terceira idade, ela atuou nas práticas da vida cotidiana de cada sujeito, modificando sua compreensão e valores pessoais quanto à velhice.

As representações sociais, quando processadas nos grupos, alteram os sentidos, significados e os valores do fenômeno representado, bem como o universo pessoal dos sujeitos que representam. Porém, trazem em seu bojo concepções e conhecimentos

enraizados na cultura destas comunidades, concepções culturais estas que, modificadas de forma sutil, acompanharão as silhuetas das representações sociais e pessoais construídas e re-significadas nas relações e práticas da vida cotidiana. As representações sociais, ao se configurarem com suas novas formas, trazem consigo vestígios de seus contornos anteriormente construídos, oferecendo novos sentidos aos fenômenos da realidade.

A partir dos significados atribuídos aos fenômenos da realidade, nas práticas sociais da vida cotidiana, é que o homem constrói o seu universo. Ser humano é conferir, por meio de seu arcabouço simbólico, desenvolvido na vida em sociedade, sentido ao mundo e vida aos objetos. Como vislumbra Manoel de Barros (2001, p. 25) em um de seus poemas:

*O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a  
imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás  
de casa.*

*Passou um homem depois e disse: Essa volta que o  
rio faz por trás de sua casa se chama enseada.*

*Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que  
fazia uma volta atrás de casa.*

*Era uma enseada.*

*Acho que o nome empobreceu a imagem.*

## REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Ariès, P. (1986). *Historia social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Baltes, M. M., & Silverberg, S. (1995). A dinâmica da dependência-autonomia no curso de vida. Em A. L. Neri (Org.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 73-110). Campinas: Papirus.
- Barros, M. (2001). *O Livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1996). *Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (26<sup>a</sup> ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bonilla, V. D., Castillo G., Borda F. O., & Libreros, A. (1984). Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 131-157). São Paulo: Brasiliense.
- Borda, F. (1984). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. Em C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (pp.42-62). São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, E. (2007). *Memória e sociedade; lembranças de velhos* (14<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Brandão, C. R. (1984). Introdução. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp.7-15). São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1994). *Somos águas puras*. São Paulo: Papirus.
- Brandão, C. R. (1998). *Memória/Sertão*. São Paulo: Cone Sul e UNIUBE.
- Calligaris, C. (2004). *Terra de ninguém*. São Paulo: Publifolha.
- Chauí, M. (2006). *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez.
- Debert, G. G., & Simões, J. (1994). A aposentadoria e a invenção da “terceira idade”. Em G. G. Debert (Org.), *Antropologia e velhice. Textos didáticos* (pp. 31-48). Campinas: IFCH/UNICAMP.
- Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: FAPESP.
- Debert, G. G. (2007). Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. Em M. Moraes & L. Barros (Orgs.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 49-68). Rio de Janeiro: FGV.
- Demo, P. (1984). Elementos metodológicos da pesquisa participante. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 104-130). São Paulo: Brasiliense.
- Diegues, A. C. S. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.

- Diegues A. C. S. (2004). Saberes tradicionais e etnoconservação. Em A. C. Diegues & V. M. Viana (Orgs.), *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica* (pp. 9-22). São Paulo: Hucitec: NUPAUB: CEC.
- Durkheim, E. (1995). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1885)
- Duveen, G. (2004). Introdução. Em S. Moscovici, *Representações sociais: investigação em psicologia social* (pp.7-28). Petrópolis: Vozes.
- Elias, N. (1998). *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Farr, R. M. (1996). *As raízes da psicologia social moderna* (6<sup>a</sup> ed.). Petrópolis: Vozes.
- Farr, R. M. (2003). Representações sociais: a teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes.
- Featherstone, M. (1994). O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. Em G. G. Debert (Org.), *Antropologia e velhice. Textos didáticos* (pp.49-71). Campinas: IFCH/UNICAMP.
- Freire, P. (1984). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. Em C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (pp. 34-41). São Paulo: Brasiliense.
- Furtado, O. (2002). As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e objetividade no campo social. Em O. Furtado & F. L. González Rey (Orgs.), *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais* (pp. 91-105). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Godoy, A. G., & Ehlert, L. G. (1997). Porto Rico: a difícil sobrevivência do homem e do meio ambiente. Em A. E. A. Vazzoler, A. A. Agostinho & N. S. A Hahn (Orgs.), *Planície de inundação do alto rio Paraná* (pp. 435-452). Maringá: EDUEM, Nupélia.
- Goldfarb, D. C. (1998). *Corpo tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Guareschi, P., & Jovchelovitch, S. (2003). Introdução. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 17-25). Petrópolis: Vozes.
- Haddad, E. G. M. (1986). *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez.
- Höffe, O. (2005). *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em J. Denise (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços público no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Konder, L. (1985). *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense.

- Le Boterf, G. (1984). Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 51-81). São Paulo: Brasiliense.
- Magalhães, D. N. (1987). *A invenção social da velhice*. Rio de Janeiro: Edição do autor.
- Magalhães, D. N. (2000). *O anel Mágico: o repasse entre gerações*. Rio de Janeiro: Razão Cultural.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2007). *Natureza: para pensar a natureza*. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia (EICOS).
- Neri, A. L. (1995). Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. Em A. L. Neri (Org.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 13-40). Campinas: Papirus.
- Neri, A. L. (2006). Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e em sociologia. Em A. L. Neri (Org.), *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 11-38, 2ª ed.). Campinas: Papirus.
- Netto, A. J. (1997). *Gerontologia Básica*. São Paulo: Lemos Editorial.
- Novaes, M. H. (1995). *Conquistas possíveis e rupturas necessárias- psicologia da terceira idade*. Rio de Janeiro: Grypho.
- Oliveira, R. S., & Oliveira, M. D. (1984). Pesquisa social e ação educativa. Em C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (pp. 17-33). São Paulo: Brasiliense.
- Paranacidade. *Base de dados municípios do Paraná*. Recuperado em 06 de setembro, 2008 de: <http://www.paranacidade.org.br/municipios/municipios.php>
- Peixoto, C. (2007). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade... Em M. Moraes & L. Barros (Orgs.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 69-84). Rio de Janeiro: FGV.
- Pessoa, F. (2004). *Poesia Alberto Caetano*. São Paulo: Companhia das letras.
- Rosa, M. C. (1997). Processo de ocupação e situação atual. Em A. E. A Vazzoler, A. A. Agostinho & N. S. A. Hahn (Orgs.), *Planície de inundação do alto rio Paraná* (pp. 371-394). Maringá: EDUEM, Nupélia.
- Sá, L. C. T. (2002). *História Local e ambiente: recortes históricos do município de Porto Rico, Paraná*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá.
- Santos, B. S. (1999). *Um discurso sobre as ciências*. Porto Alegre: Afrontamento.
- Simões, J. A. (2007). A maior categoria do país: o aposentado como ator político. Em M. Moraes. & L. Barros (Orgs.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 13-48). Rio de Janeiro: FGV.
- Simson, O. R. M., & Giglio, Z. G. (2006). A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. Em A. L. Neri (Org.), *Desenvolvimento e envelhecimento:*

*perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 141-160, 2ª ed.). Campinas: Papirus.

Sperber, D. (2001). O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. Em D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 45-69). Rio de Janeiro: EDUERJ.

Spink, M. J. (1995). O estudo empírico das representações sociais. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 85-108). São Paulo: Brasiliense.

Spink, M. J. (2003). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 117-145). Petrópolis: Vozes.

Staudinger, U. M., Arsiske, M., & Baltes, P. B. (1995). Resiliência e níveis de capacidade de reserva na velhice: perspectivas da teoria de curso de vida. Em A. L. Neri (Org.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 195-228). Campinas: Papirus.

Thiollent, M. (1984). Notas para o debate sobre pesquisa-ação. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 82-103). São Paulo: Brasiliense.

Thiollent, M. (1985). *Metodologia da pesquisa ação*. São Paulo: Cortez.

Thiollent, M. (1987). Sobre a enquêta operária. Em M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquêta operária* (pp. 101-136). São Paulo: Polis.

Tomanik, E. A., Godoy, A. M. G., & Ehlert, L. G. (1997). A vida na região: dados socioeconômicos do núcleo urbano de Porto Rico. Em A. E. A. Vazzoler, A. A. Agostinho & N. S. Hahn (Orgs.), *A planície de inundação do alto rio Paraná* (pp. 395-414). Maringá: EDUEM, Nupélia.

Tomanik, E. A. (1997). Elementos sobre as representações sociais dos pescadores “profissionais” de Porto Rico. Em A. E. A. Vazzoler, A. A. Agostinho & N. S. Hahn (Orgs.), *A planície de inundação do alto rio Paraná* (pp. 415-434). Maringá: EDUEM, Nupélia.

Tomanik, E. A., & Godoy, A. M. G. (2004). Demographic Studies in High Paraná River Floodplain. Em A. A. Agostinho, L. Rodrigues, L. C. Gomes, S. M. Thomaz & L. E. Miranda (Orgs.), *Structure and functioning of the Paraná river and its floodplain* (pp. 253-257). Maringá: EDUEM.

Tomanik, E. A. (2004). *O olhar no espelho: conversas sobre pesquisa em ciências sociais*. Maringá: EDUEM.

Vernant, J. P. (2002). *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Wagner, W. (2000). Sócio-gênese e características das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB.

**ANEXOS**

## ANEXO 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS SUJEITOS

Iremos conduzir uma pesquisa na área de Psicologia Social, abordando o tema envelhecimento e Representações Sociais, a qual busca analisar o processo de construção da representação social do envelhecimento do grupo de terceira idade.

Para a realização do trabalho, será necessária a participação dos idosos participantes do grupo de terceira idade.

Na pesquisa você participará de uma entrevista com perguntas referentes ao seu modo de vida e de um grupo de discussão vais e realizar nos encontros de terceira idade. Tais .

Informo que durante qualquer momento da coleta dos dados você poderá recusar-se a continuar com a participação na pesquisa sem qualquer tipo de prejuízo pessoal ou para a pesquisa, e ainda que estou disponível para qualquer duvidas referentes à pesquisa.

Durante o decorrer e após a conclusão do trabalho, será preservada a sua identidade e dos demais participantes. O trabalho terá a orientação do Profº. Dr.Eduardo Augusto Tomanik da Universidade Estadual de Maringá.

Caso V. Sa. concorde em participar no estudo solicitamos seu consentimento preenchendo as informações abaixo:

Eu, \_\_\_\_\_, após ter lido e entendido as informações acima e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes ao estudo CONCORDO em participar da pesquisa.

Data:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Assinatura

\_\_\_\_\_  
 Eu, Saulo Luders Fernandes, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo.

Saulo Luders Fernandes                      Telefone: 3224-3017

Rua Piratinga 75 Apto 802

Eduardo Augusto Tomanik                      Telefone: 30281312

Rua

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar um dos membros da equipe do projeto ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá – Sala 01 – Bloco 010 – Campus Central – Telefone: (44) 261-4444.

## ANEXO 2

**Grupo de Terceira Idade  
Renascer**

---

*Porto Rico*

*Vidas Ricas*



**Grupo de Terceira Idade  
Renascer**



*Porto Rico*

*Vidas Ricas*



**2008**

## Prefácio

Narrar uma história não é uma tarefa simples, como contar um fato do presente. Narrar é um trabalho árduo de re-construção do passado, é trazer à tona lembranças de experiências vivenciadas e, a partir destas lembranças, reconstruir um tempo que quase já não existe. Um tempo que se mantém vivo somente naqueles que o viveram, ou em cartas, papéis e documentos que ainda perduram.

É disto que trata este livro: de lembranças e memórias de pessoas que construíram a história da região Noroeste do Paraná e da cidade de Porto Rico. Pessoas com histórias em comum, que saíram de outros Estados do Brasil à procura de terra para plantar, colher e sustentar suas famílias. Histórias marcadas por uma vida de trabalhos e dedicação, ora na pesca, ora na lavoura. Rostos marcados pelo sol e mãos com sinais que mostram, ainda hoje, resquícios do que se foi.

As lembranças contadas por estes autores e atores personificam a história desta região, fazendo deles, histórias vivas. Os breves relatos que aqui estão reunidos caracterizam com faces e cores, uma história que, se fossem lidas em livros ou documentos oficiais, provavelmente se mostrariam opacas, desbotadas, sem personificação, como se tivessem sido formadas por pessoas distantes e desconhecidas, por fantasmas.

O presente que está edificado hoje foi o passado construído por estes idosos, que dedicaram as suas vidas para a permanência do agora. O envelhecimento torna o idoso, por todas as experiências que viveu, o guardião da memória e das tradições de seu povo. Cabe a ele repassar a outros, suas histórias e vivências, tornando eterno em cada frase e palavra um tempo que se foi. É isso que eles estão fazendo neste breve livro.

**Saulo Luders Fernandes**

Primeira Parte

Histórias de vida



**Conceição Rezendes.**

### **Arroz doce**

Nos morávamos no Estado do Espírito Santo, eu tinha seis anos. Houve uma epidemia de Tifo, como se fosse a febre amarela de hoje. É uma febre em que a pessoa fica seis dias na cama, e não tem remédio que cure. Vivíamos em uma situação de pobreza, na qual ninguém poderia comprar nada, muito menos remédios para os doentes, que em casa eram 5. Então a prefeitura começou ajudar as famílias que tinham pessoas doentes, oferecendo alimentos para sopa e arroz doce, a dieta da época para esta doença. Na minha casa estava doente: meu pai e mais três irmãos. Tudo de cama, por causa da febre. Morávamos no sítio. Minha mãe fazia um panelão grande de arroz doce e eu ficava doente pra comer, morria de vontade, mas não sobrava nada, como era só para os doentes, ficava só olhando. Todo dia eu chorava por causa da comida. Passava uma vontade... e meu pai só de olho em mim, só esperando, como diziam na minha época “me cozinhando com pouco fogo”.

Quando deu cinco dias de cama ele levantou, e falou assim para minha mãe “Sebastiana faz mais um pouco de Arroz Doce”. Eu o escutei falando e fiquei toda alegre “Hoje tiro a barriga da miséria!”. Quando ficou pronto minha mãe disse: “você já estão melhores podem vir buscar aqui na cozinha”. E meu pai: “Não, primeiro vai a Conceição, o primeiro prato é para ela!”. Eu fiquei que era só alegria. Depois que fiz o prato ele disse “Senta ai, neste banco!” e eu sentei. Ele é que pegou meu prato e colocou na mesa, achei estranho, pois isso era coisa que só a mãe fazia. Então, pegou a bacia do facão, tirou da cintura e falou “Agora quero ver você comer tudo, sua gulosa!”, e me bateu, me bateu tanto no rosto que fiquei até inchada. Chorei, chorei, e quanto mais chorava mais ele batia. Ele empurrava a colher de arroz na minha boca com tanta força que não conseguia engolir. Levantou do banco e foi neste momento que bateu de verdade, bateu muito mesmo. E minha mãe ficou que era só choro. Coitada, se ela fosse apartar a briga ele batia nela também. Quando ele parou de bater minha mãe veio me ajudar. Ela queria que eu comesse, sabia a vontade que estava de comer o arroz doce. Mas como é que iria comer depois daquela surra. Eu não conseguia, a garganta fechava. Depois disso eu não podia nem ver arroz doce, só de ver me dava enjôo. Fui comer quando o meu filho mais velho fez 18 anos.



**Juraci Justino.**

### **A minha vida**

Eu tinha cinco anos quando saímos de Minas Gerais e fomos para um sítio perto da cidade de Califórnia. Não tinha poço de água perto, tínhamos que carregar água de longe. Então pelas dificuldades que passávamos, meu pai decidiu ir para a cidade de Mandaguari. Quando chegamos, depois de alguns dias de caminhada e viagem, infelizmente minha mãe adoece e morre. Ela ficou doente no domingo à tarde, o pai a levou para o hospital. Foi internada e operou, pois o médico disse que não tinha outro jeito. Houve uma inflamação na barriga depois da operação. O médico falou para meu pai que se ela não refizesse a operação poderia morrer, mas disse que era um procedimento de risco. Meu pai sem alternativa optou por refazer. Na mesa de cirurgia ela morre.

O pior que um dia antes dela morrer, a minha irmã, um ano mais nova que eu, falece também. Ela se chamava Maura, ia fazer quatro para cinco anos. Quando o relógio marcou oito horas da noite, ela morre. Dia 08 de agosto. Isso aconteceu antes da morte de minha mãe. O cemitério era perto do hospital, no dia do velório da irmã mais nova, foram visitar a minha mãe e ela ouvindo o enterro disse “Ô minha filha quem será que esta sendo enterrado?” E agente sabendo que era filha dela, mas não podíamos dizer nada. Eu não pude ver a minha mãe antes da cirurgia, pois não deixavam crianças entrar no hospital, como precaução pelo estado de saúde dela, que era grave. Fui para a escola e quando sai, umas 11 da manhã, meu primo vem avisar que ela tinha falecido. Infelizmente foi dois enterros em dois dias. O pai ficou desgostoso, doente e quase morreu, mas se recuperou e quis sair de Mandaguari. Fomos aqui para a fazenda do Dr. Antônio, fiquei lá ate uns quinze anos casei e vim aqui para Porto Rico. Meu pai nunca mais casou, viveu até os 75 anos e faleceu. Sempre estive ao lado dele. A minha história de vida não foi muito fácil não.



**Lair Trojan.**

### **A vida que tive**

Eu nasci em uma família de italianos. Na casa dos meus pais eu só tive alegria. Eles eram muito amigos dos filhos e sempre davam bons conselhos. Nós somos em 13 irmãos, sou a penúltima filha. Com 21 anos me casei, aí começou a minha vida, sempre cuidando da casa e viajando muito. Tive 4 filhos, fui morar em Naviraí, lugar de grande decepção. Meu marido começou a beber e virou alcoólatra. Sofri muito, mas com a graça de Deus ele se recuperou. Em 1977 tive um filho com problemas de saúde, o tratamento era muito caro e para ajudar nas despesas comecei a trabalhar na prefeitura. Lá que me aposentei, fui funcionária a 28 anos. Hoje me vejo realizada, tenho boa saúde, o carinho dos meus filhos, noras e netos. A minha vida de casada, sempre foi muito boa, meu marido é muito calmo e me entende muito. Por isso vivemos muito bem.



**Aparecida Miranda.**

### **Artes e Brincadeiras da Infância**

Eu tinha cinco anos nesta história. A minha avó pediu à minha mãe para me levar a um passeio. Minha mãe disse que não, que não ficava sem mim de jeito nenhum, “Além disso, o pai dela não gosta que ela saia de casa”. Mas ela insistiu e com muito pejejo consegui. Morávamos perto de Prudente, íamos viajar para Londrina, só que tinha um problema, eu morria de medo de carro. Por causa do meu medo, nos viajamos de trem, tocado a lenha e fogo. Quando avistava um carro na estrada eu gritava e agarrava na minha avó. Chegamos a casa dela, em Londrina, fiquei alguns dias por lá.

Quando fui viajar de volta não podia ver o trem que saia correndo. Minha mãe ao ver isso queria me cortar no chinelo, mas eu não deixava não, corria para baixo da saia da minha avó. Eu gritava “Quero água, quero água” para despistá-la. Mas minha mãe, muito prevenida e acostumada com minhas artimanhas, sempre levava consigo uma garrafa de água. Mas eu, muito arteira, não tomava daquela água não. Avistei uma mulher na estação e disse que queria aquela água. Minha mãe vendo tudo disse: “Ah danadinha você me paga quando chegar em casa!”. Quando chegamos, ao primeiro segundo de distração da minha mãe, me escondi embaixo do assoalho e pensava “hoje ela não vai deixar passar, tenho que ficar aqui até mais tarde”. Não fui sozinha levei comigo meu irmão, falei para ele: “Fica quieto, se você cochichar ou falar qualquer coisa ela nos acha e bate na gente”.

Ela nos chamava por todos os lados, mas não achava. Deu uma sede em mim muito grande, sorte que ouvi minha mãe saindo com a minha avó para nos procurar na rua, estava começando a ficar de noite. Sai correndo do assoalho para pegar água, fiquei na ponta dos pés para abrir o filtro, consegui, mas o problema é que não conseguia fechar. E o pior aconteceu, a água ficou caindo pelo chão da casa toda. “Agora que a coisa vai ficar mais preta para o meu lado”. Caiu tanta água que começou a gotejar debaixo do assoalho, como não bastasse, começou a pingar na cabeça do meu irmão que

reclamava dizendo que não queria ficar mais ali. Quando estou tirando ele do esconderijo, minha mãe aparece. Saí correndo dela e meu irmão ficou lá embaixo “Mãe estou aqui embaixo, ela me colocou aqui!!!” e ela: “Agora que ela vai levar uma surra, olha o que ela fez com a água?!”, mas minha avó muito calma disse: “Você não vai bater nela, só de ter encontrado eles com vida, temos que agradecer. Vamos limpar essa água rapidinho” e escapei da surra.

Como eu não me contentava, adorava fazer arte, peguei o maço de cigarros da avó e joguei fora. Ela foi procurar e não achou, logo perguntou quem tinha jogado e eu comecei a chorar. “Ah então foi você danadinho!”; e eu disse “Joguei lá atrás da casa”. Minha mãe pegou uma vara e veio me bater e eu corri como de costume. Quando estava saindo do portão, algo bom me acontece, meu tio estava chegando. Ele me segurou e não deixou que minha mãe me batesse. Escapei novamente.



**Maria Mercedes.**

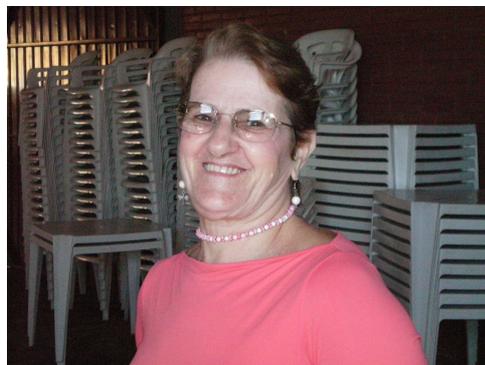
### **Meu Pai**

Quando eu tinha 4 anos meu pai faleceu, uma morte muito bruta. Morreu com uma facada nas costas. A história foi assim: meu pai tinha uma venda em uma cidadezinha de Minas Gerais. Sempre trabalhava sozinho por lá. Um certo dia entrou um homem, estranho, parecia estar meio embriagado, pedindo uma cachaça. Meu pai como de costume virou-se para apanhar a bebida e o homem, sem meu pai perceber, desembainhou a faca e lhe conferiu três golpes nas costas.

No dia da morte do meu pai minha mãe estava de dieta pela gravidez da filha mais nova, Conceição. Meu tio é quem foi dar o recado chegou gritando em desespero: “Dizem que o mano morreu que foi esfaqueado na venda, vamos ver o que aconteceu!”. Pegaram os cavalos e foram ver meu pai. Foi bem difícil para ela, grávida e de dieta ir até a cidade, pois não era perto não. Ele ficou estendido à noite toda na frente da venda em puro sangue. Ao amanhecer do dia é que eles chegaram. Enrolaram-no em uma coberta e o puseram em um bambeio, uma maca feita de madeira, e levaram o corpo a pé a uma distancia de 20 km para o velório e o enterro. Porque naquela época a onde a gente morava não tinha carro não, tudo era bem mais longe.

Ficou minha mãe viúva com muitos filhos. Tudo isso aconteceu no estado de Minas Gerais. Após um tempo minha mãe conheceu um senhor e casou-se com ele. Com este casamento vieram mais dois filhos que se tornaram nossos irmãos. Vivemos muito tempo como família até nos casarmos. Todo mundo se casou no mesmo dia, uma festa só. Ficamos em Minas Gerais mais um ano e depois viemos para esta Região do Paraná. Andamos 16 léguas a pé, com menina no braço, passando todo tipo de dificuldade, fome e sacrifício. Quando chegamos fomos trabalhar em todos os locais possíveis, de fazenda em fazenda, e assim foi à vida. Assim criei meus filhos. E graças a

Deus hoje estamos bem, todos criados e casados. Na vista de pobre nos estamos vivendo bem.



**Nair Aliberto.**

### **Minha História do Tempo de Criança**

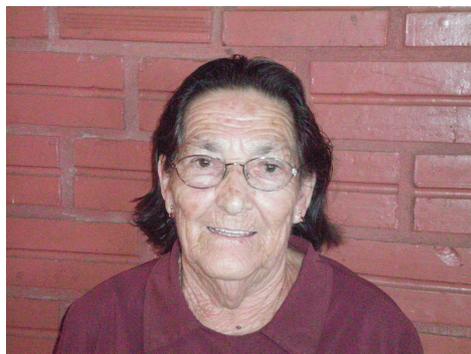
Morávamos no estado de São Paulo, em Araraquara, perto da linha férrea Araraquara–Dourados. Meu pai trabalhava nesta companhia férrea colocando dormentes, pinos que prendem a linha de ferro. Minha mãe, como uma boa mulher, levava almoço e café para o meu pai, que trabalhava. Nesta época eu era pequena, quando ela saía para levar a comida deixava duas mamadeiras de leite prontas para mim. Eu tomava as duas e depois saía para brincar no quintal. Meu pai tinha com ele constantemente uma garrafa de pinga, sempre tomava um golinho depois do almoço. Um dia ele foi trabalhar e a deixou no pé da mesa. Eu como de costume, tomei as duas mamadeiras de leite e quando sai para ir brincar encontrei, por acaso, a garrafa de pinga. Tomei alguns goles e fiquei embriagada, afinal tinha de dois para três anos. Minha mãe quando viu tirou logo a garrafa.

Outra historia é sobre a linha do trem que corria em frente a nossa casa. Um dia sai para brincar lá fora, sem a minha mãe saber que estava a brincar na linha férrea. Ela avistou ao longe uma garotinha, a princípio ela não me reconheceu. Mais tarde viu a certa distância o trem fazendo a curva, ela se preocupou com a criança e correu para ajudá-la. Quando chegou perto percebeu que aquela garotinha era eu, a sua filha. Então ela saiu desesperada e me pegou antes que o trem passasse. Eu muito distraída nas brincadeiras nem percebi o perigo que corria.

Depois de algum tempo, mudamos para o sitio do tio Francisco, que se chamava Córrego Jaburandir, no município de Cambé, já aqui no Paraná. Isso foi em 1939, lá moramos 12 anos. Era muito boa a vida que levava naquela fazenda. Sempre perto dos meus pais, primos, tios e irmãos. Tinha pomar, cafezais, andávamos a cavalo, tirávamos leite de vaca, era sempre divertido, uma tranqüilidade.

Com treze anos mudamos para uma fazenda no município de Maringá, chamada Granja Marajó. O Dono do sítio se chamava José Cunha. Moramos lá por mais ou menos um ano, então fomos trabalhar em uma olaria de cerâmica do mesmo Dono da fazenda. Lá fazíamos tijolos, ladrinhos, telhas francesas e paulistinhas. Tudo feito a mão, de forma artesanal. Foi o tempo mais difícil. Depois mudamos para um sítio que meu pai tinha comprado, em Ourizona, perto de Mandaguaçu. No dia 21 de novembro de 1954 casei, com 18 anos. Morei 6 anos em Mandaguaçu, e em 1970 mudamos para Porto Rico, aqui fiquei, ganhei e criei meus filhos.

Na vida lembramos das horas amargas, mas de muitos momentos doces também. Tudo faz parte da vida. Ávida é bela sabendo levar ela.



**Belmira Godoi.**

### **Cedo na Vida**

Quando criança, bem cedo na vida, perdi a minha mãe. Tinha somente 10 anos de idade. Éramos em 4 irmãs, morávamos no estado de São Paulo, perto de Maracá e Laranjeiras. Fiquei com avó algum tempo, já as outras irmãs foram para a casa das tias, até meu pai se recuperar do ocorrido. Uma família conhecida do meu pai, que já tinha os filhos todos criados, pediu para ficar com a minha irmã mais nova e assim foi. Era muito difícil para meu pai, um homem sozinho, trabalhar e cuidar dos filhos.

Passado alguns anos, minhas irmãs e meu pai foram embora para o Paraná, a procura de trabalho. Eu fiquei no estado de São Paulo, morando com a minha tia. Depois de algum tempo eu, a tia e meus primos, mudamos, também, para o Paraná. Nesta época eu tinha por uns 14 a 15 anos. Moramos na Fazenda Borda da Mata em Miracelma. Todos, eu meus primos e irmãs casamos nesta região. Após nosso casamento meu pai também se casou. Fiquei sempre perto da região de Rolândia. Ali tocamos café e algumas fazendas. Como tudo na vida, tinha os tempos bons e os fracos.

Queria estudar, mas por causa das crianças pequenas e do trabalho isto não era viável. Com o trabalho nos cafezais conseguimos um dinheiro e compramos 5 alqueires terra em Assis Chateaubriand. Eu que pensei que quando tivesse a nossa terra seria mais fácil, me enganei, neste momento que as coisas ficaram ainda mais difíceis. Água não tinha, só do poço. Muito trabalho com a criação e com a casa. Os homens iam para roça e o serviço ficava todo por minha conta. Tinha muita coisa para fazer, ainda mais sozinha. Fazia sabão, torrava café, socava arroz e muito mais. As coisas não eram prontas como hoje, tudo tinha que fazer. Depois vendemos nossas terras e compramos uma fazenda no Paraguai, ficamos dez anos por lá. Plantávamos hortelã e cuidávamos de um alambique. Um dos meus filhos ficou em Assis morando com o sogro e a mulher. Os outros dois foram para o Paraguai. Lá arranjaram namoradas e casaram. Minha vida teve partes boas, mas foi bem difícil também.



**Isaura Pereira de Oliveira.**

### **Minha Vida Meu Trabalho**

Sou de Santo Antônio de Coluna, Minas Gerais. A história da minha vida é de trabalho. Sempre ajudei meu pai no campo, levantava cedo levava as vacas à mangueira para tirar leite. Eu é que fazia os queijos. Depois do café, íamos para a roça trabalhar. Minha mãe adoeceu e chegou a falecer, isso aconteceu quando eu tinha 6 anos. Com seis meses de viúvo meu pai se casou. Foi à mulher dele que acabou de me criar, para mim ela foi minha segunda mãe, muito boa. Como sempre digo, Deus levou uma, mas deixou outra. Minha vida foi sempre uma luta, trabalho e casa. Quando fiz 19 anos, me casei, em 1959. No ano de 1961 viemos para o Paraná, colher café. No próximo ano, 1962, chegamos em Porto Rico. Aqui plantávamos café, feijão, milho e arroz. Moramos em sítios e fazendas por um bom tempo, sempre, trabalhando muito. Tive nove filhos maravilhosos. Todos estão crescidos, batalham muito para sobreviver, como aconteceu comigo. Aqui é minha terra que amo tanto e que me criou, o meu Paraná.



**Maria Nunes Viana.**

### **Uma vida no trabalho**

Fui criada sem mãe. Trabalhei a minha vida toda, sempre na enxada. Onde havia trabalho eu estava, brejos, roças, em tudo. Mas por onde passei estava sempre bem arrumada, com roupas boas e novas. Fui criada com a avó até os 17 anos, depois vim para o Estado de São Paulo. Foi neste Estado que me casei e sempre trabalhando a vida toda. Saímos de São Paulo e fomos para o Mato Grosso, carpindo, colhendo e plantando. Agora, faz 47 anos que moro no Paraná e 37 em Porto Rico. Aqui na cidade ganhava meu dinheiro lavando muita roupa para fora, depois trabalhei na central da Telepar, e aposentei. Depois de aposentada é que minha vista ficou ruim. Perdi a visão, por problemas de doença. Trabalhava muito, mas depois que minha vista piorou fico só com o serviço de casa. Uma coisa que me orgulho é a criação de meus filhos. Todos estudaram, alguns foram até o segundo grau, outros fizeram até faculdade. Percorri esta

vida, tenho 74 anos, faço dia 4 de maio. Agora o que eu faço é vir aqui na terceira idade e na missa. Está é a minha vida.



**Manuela Pereira.**

### **Uma longa caminhada**

Me chamo Manuela, me casei em Cambira, Paraná, em 1967. Em 1968 tive meu primeiro filho e em 1969 o segundo. Então fomos para São Paulo, lá meu marido trabalhou bastante, para depois ser transferido para Manaus. Neste período tive mais três filhos. Voltamos para São Paulo, pela transferência de volta. Meu marido trabalhou mais um tempo na firma, mas não queria mais este serviço. Então, começou a trabalhar de taxista. Foi neste trabalho que perdi o marido que foi assassinado. Fiquei com cinco filhos para criar. Vim embora para Porto Rico, tinha o meu cunhado aqui na cidade. Estou aqui até hoje. Perdi mais três filhos. Cuido de duas netas, de uma das filhas. A minha história foi bem triste, sofri muito nesta vida. Apesar de todas estas lastimas, Deus me deu coragem para continuar. Sempre pensei nos filhos que ficaram e nas minhas netas, isso que me faz viver. Sofri bastante, mas agora estou melhor, vivo bem.



**Maria Lucia da Silva.**

### **Uma vida no rio**

Meu nome é Maria Lucia da Silva, tenho 40 anos e vivi a minha vida inteira na barranca do Rio Paraná. Nasci em Rosana, Estado de São Paulo. Vivi sempre pescando e perto do rio, andando de barranca em barranca, pousando em baixo dos pés de árvores. A rotina era assim, de manhã vendia o peixe e a noite ficava em um piloto de barco a remo. Tive 12 irmãos. Aos 16 anos casei. Estou casada à 25 anos. Faz 26 agora em julho. Tenho um filho biológico e mais dois do meu marido, um menino com 4 anos e uma menina de 3 anos. Sempre cuidei da família dele, principalmente dos pais quando ficaram de cama. Sinto que vivo bem. Depois de um 1 ano e meio de casada fiquei doente, e até hoje tenho seqüelas deste problema, mesmo com tudo isso, ainda luto pela vida.

Agora vou contar uma história de pescador para você, que aconteceu comigo no rio. Meu padrasto estava machucado, tinha caído e batido a cabeça. A única que sabia remar o barco era eu. Então, na falta do meu pai, eu e minha mãe fomos colher arroz na ilha. Isso aconteceu no tempo da enchente. Estava com muita correnteza no rio e como eu era pequena não dei conta de segurar o barco com o remo. Ele foi se afastando e chegando cada vez mais perto da margem do rio, até que virou embaixo de uma galhada de ingazeiro. O pior era a caixa de marimbondos que tinha nele. Todo mundo pulou para debaixo do barco e foi para o barranco, mas como o meu padrasto era muito ruim, batia muito em mim, sabia que se perdesse o remo ele iria me bater muito, não ia me perdoar não. Fiquei no barco para segurar o remo. Os marimbondos começaram a me atacar, comecei a rolar por baixo dos bancos do barco, mas eram tantos que não adiantava. Eram aqueles chamados asa de ouro bem grandes. Neste momento de sofrimento lembrei-me do padre Cícero, de Juazeiro, que fazia muitos milagres. Peguei a rogar: “Ai Juazeiro, ai Juazeiro!”. Quando eu conto esta história, as pessoas falam que eu não pedi pelo Padre Cícero, mas para o Juazeiro. Mas acredito que ele sabia que era criança e me socorreu mesmo não tendo o chamado pelo nome certo.

Minha mãe com muito sacrifício atravessou o rio, mesmo não sabendo remar. Cheguei a casa e vi, estava tudo inchado olho, a boca, bochecha. Onde morávamos tinha um rancho. Ela me banhou com álcool e água com ervas, um preparado que ela tinha feito. Fiquei ali deitada em um saco de estopa, longe da casa, pois mesmo doente meu padrasto queria me bater pelo ocorrido. Não podia nem gemer de dor. Quando ele me ouvia gritava de lá: “Isso é frescura, se eu pudesse levantar, ia até ai dar uma lição nela!”.

Sofri bastante na vida, mas agora me sinto bem. Após de um ano de casada me mudei aqui para Porto Rico, fomos trabalhar na ilha, ficamos lá por 10 anos. Depois mudamos aqui para Porto Rico mesmo. Meu marido é pescador, mas como a pesca não está dando nada, ele está trabalhando de servente. Está é nossa vida.



**Ursulina Viana.**

### **Sonho de estudar**

Nasci em São Paulo, meu pai veio para o Paraná quando eu tinha seis anos, para Maringá. Chegamos quando estavam abrindo a cidade. Mudamos para Porto Rico em 1955. Meu pai nunca deixou as filhas estudarem, sempre foi um sonho meu, pena que não tive chance quando criança. Aprendi algumas coisas com meus irmãos, em casa mesmo. É que naquela época os pais pensavam que estudo não era para mulher, para que servia, se a função dela era ficar cuidando da casa e dos filhos?

Casei com 18 anos, inclusive em 28 de maio, agora, fiz 50 anos de casada. Depois de casada tive oportunidade de estudar, mas não deu certo. Foram até em casa

me convidar para me matricular. Porém, como tinha as crianças em casa meu marido não deixou, disse que se entrasse na escola colocava outra no lugar para cuidar dos filhos. Então, nesta situação, fiquei sem estudar e criei meus nove filhos.

Em 1978, após a morte do meu pai e da minha mãe, retornei a São Paulo, meus dois filhos mais velhos já estavam por lá, foram estudar e trabalhar. Afinal, Porto Rico tinha poucas expectativas de emprego e de vida para eles. Aqui no Porto eu trabalhava de lavadeira e na roça, mas não dava não. Fui para lá dar apoio a eles, cheguei em Moji das Cruzes sem nada. Em São Paulo trabalhei como costureira nas fabricas e com muito trabalho conseguimos comprar um terreno e construir nossa casa. Cheguei em 78 e em 80 já conseguimos mudar para nossa casa. Criei meus filhos com muita dificuldade, meu marido trabalhou de servente de pedreiro, porteiro, mesmo sem saber ler ou escrever, e se aposentou nesta profissão. Tudo isso para estudar meus filhos.

Todos eles estão lá em São Paulo, agora eu voltei para cá, em 2005. Voltei, pois meu marido está doente da próstata. Eu cuidei muito dele, demoraram 1 ano e seis meses para operar. Como em São Paulo não tinha vaga nos hospitais, fui com ele para Rondonópolis, onde mora um filho meu. Com três dias que tinha chego à cidade o operaram. Após a alta do voltei para Porto Rico, foi 13 de novembro de 2005, e aqui estou.

Compramos um terreno aqui, e comecei a lutar pela construção da casa. Sempre conversando com os filhos pelo telefone. Um dia quando falei que a casa estava erguida, todos vieram para ver, pensavam que tinha construído uma caixa de fósforo, mas ficaram admirados quando viram a casa.

Sempre quis estudar, em 1967, me lembro que dava para ver da minha casa o colégio, mas como tinha os filhos não deu. Em São Paulo também tive oportunidade de estudar, mas novamente meu marido não quis, queria que cuidasse da casa. Agora que os filhos estão todos criados comecei a estudar, realizar meu sonho. A professora é muito boa, está me ensinando muito bem. Ela disse que vai dar uma prova em Julho, e se eu passar vou direto para a quinta série. Também estou fazendo a computação para poder me comunicar com meus filhos, pela internet, vamos ver se aprendo. Estou muito feliz por realizar um sonho que busquei a vida toda, mas que nunca pude concretizar.



**Maria da Aparecida Pereira de Moraes.**

### **Criar e viver**

Eu nasci em 15/05/1951, filha de Sebastião Frutado Pereira e Bendita Rodrigues Pereira. Nasci no Rio de Janeiro, em Santa Maria Madalena. Tive uma infância muito boa. Somos em 8 irmãos, 4 homens e 4 mulheres. Trabalhamos sempre na roça, plantando algodão, colhendo café, milho, feijão. A família era bem grande e todos tinham que trabalhar para auxiliar nas despesas. Meu sempre trabalhou de capataz em fazendas e minha mãe dona de casa. Tenho todos os irmãos casados, meus pais já faleceram. Casei-me em 1968, em Pirapozinho, com Manoel Galdino Moraes. Fomos

para Santo Inácio, meu marido trabalhava no porto de areia. Em 69 tive a minha primeira filha, chamada Elizabethe, que tem 39 anos. Tive cinco filhos, mais dois morreram. O do meio chama-se Marcos, com 35 anos e a caçula é a Elisete de 33 anos. Todos os três são casados. Tenho três netos duas meninas (Camila e Mariana) e um menino (Rodolfo). A Camila mora comigo, após a separação dos pais.

Todos os meus filhos moram na Espanha, em Tenerife, e eu só fiquei com a saúde. Mas se Deus quiser eles logo estarão de volta

O meu marido tem 69 anos já se aposentou, mas ainda trabalha. Estou com 57 anos e com muita saúde. Moro na minha casa própria e vou levando a vida com fé em Deus.



**Maria Luzinete Cruz Alves**

### **Uma caminhada de longe**

Tenho 72 anos. Nasci em Nossa Senhora das dores, em Sergipe, a duas horas de Aracajú. Meus pais, irmãos e meu marido são todos de lá. Tenho saudade daquela terra, ano passado mesmo fui até lá, demorei 4 dias, mas valeu a pena rever todos da família.

Morava no sertão, trabalhando na roça, nas plantações de mandioca, amendoim, feijão e milho. Também tinha criação de vaca, galinha, bode. Era muito boa a vida por lá. Depois casei, o meu marido era ferreiro e pela profissão que ele exercia fui morar na cidade. Ferreiro tem que ficar na cidade para o pessoal da roça encomendar as ferramentas.

Depois de um tempo, um primo dele que estava aqui, iludiu ele e falou para ele vender tudo e vir para o Sul. Fez uma propaganda e tanto, que era muito bom, que ganhava muito dinheiro. Mas chegando aqui não foi aquilo que ele falou não. Meu marido ganhava muito lá no Norte, como ele era ferreiro e fazia todas as ferramentas para o trabalho da roça como machado, foice, enxada, ganhava muito. Agora quando cheguei aqui, aqui no Sul, no Estado de São Paulo, tivemos que trabalhar para outros. Lá no Norte a gente tinha a nossa rocinha e nossa terra. Tinha tempo que plantava mandioca para fazer farinha e em outros plantava amendoim. Além disso, tinha gente que trabalhava para nós.

Por isso foi uma ilusão vir para cá, nada foi como o primo dele falou. O dinheiro que a gente tinha conseguido, ao vender as nossas propriedades, perdemos tudo aqui. Porque tocar roça para não lucrar não dá. Chovia demais aqui e tudo que plantava perdia, era algodão, feijão, de tudo. Depois que perdemos tudo fomos trabalhar para outra pessoa. Já estávamos aqui no Paraná, aqui na região de Porto Rico. Morávamos em um sítio perto do banco de areia. Encontramos um rapaz que me convidou para morar na ilha, na Mutum, e a gente foi.

Na ilha foi muito bom, no primeiro ano pagamos uma porcentagem e no outro compramos a data. Conseguimos novamente uma terra, tocar roça para nós. Tinha de tudo, muita fartura, dava para sobreviver com a plantação e a criação e ainda vender.

Vendíamos de tudo banana, porco, galinha e peixe. Meus filhos é que pescavam. Esta foi uma das melhores fases da minha vida. Na ilha e lá no Norte foram as melhores fases, porque trabalhava para mim e não na terra dos outros.

Tive 21 filhos, destes 13 não sobreviveram. Alguns foram para o Rio de Janeiro, outros para São Paulo e alguns ficaram aqui. Um dos meus filhos morreu queimado, em uma ilha aqui em Porto Rico, disseram que foi uma lamparina, que caiu óleo nas costas dele e pegou fogo. Mas nunca ninguém contou esta história direito, não. Dos três estavam com ele, dois já morreram.

Na ilha era muito bom sabe, plantávamos arroz, feijão, milho. Lembro que dava para ver os peixes pulando para comer o arroz. A gente colhia dentro da água, pegava o barco e entrava no arrozal. Às vezes, ai a pé mesmo com água para cima da cintura e achava até cobra! Mas não tinha medo não, elas sempre saiam correndo da gente por dentro da água. Na ilha tinha muita cobra mesmo. Antigamente não tinha muito bicho, como onça, anta. Agora é que tem, acho que eles vêm procurar comida.

Tenho saudade do tempo da ilha, aquilo que foi um tempo bom, de fartura, de trabalho, mas o trabalho era para gente mesmo. Tive que sair de lá por causa da lei, porque não podia mais ter criação e nem plantação na ilha. Agora me diz se vale à pena ficar em um lugar que você não pode plantar nem criar e, além disso, ainda tem que pagar para comer? Porque quem mora na ilha hoje tem que comparar as coisas na cidade. Para morara sem plantar não dá não.

Sáímos da ilha e viemos aqui para Porto Rico mesmo e aqui ficamos. Meu marido já estava aposentado e eu ainda trabalhava. Agora aposentei, fazem 5 anos que não faço quase mais nada. Fiquei viúva a uns 2 anos atrás, ele morreu com 95 anos. Agora moro com um filho. Essa foi minha vida, vim de longe e aqui estou. Agora eu quero é visitar novamente minha família lá em Sergipe.

Segunda Parte  
Receitas, Conto e Poesia

**Conceição Rezendes.****Peixe na Pressão**

Tipo de Peixe- Piapara ou Corimba.

Modo de preparo: Cortar as postas em pedaços médios. Temperar na bacia, com sal e limão. Depois colocar na panela de pressão com os ingredientes: tomate, pimentão, cebola, salsinha. Fazer uma camada no fundo da panela. Um pouco de óleo só para molhar. Colocar o peixe por cima. Depois mais uma camada de ingredientes e outra de peixe. E termine colocando uma ultima camada de ingredientes. Faltando uns três dedos para encher a panela colocar um copo de óleo americano por cima de todas as camadas. Depois mais um copo americano de limão. Colocar no fogo e quando pegar a pressão deixar em fogo baixo e cozinhar por 20 minutos

**Juraci Justino****Manjar da Jora**

1 litro de leite;

4 xícaras de maizena, para fazer o mingau;

1 xícara de chá de açúcar;

Quando o mingau estiver pronto pingar algumas gotas de baunilha;

Queimar 1chicara de açúcar;

Despejar o mingau;

Colocar coco por cima e o açúcar queimado;

Gelar.

**Lair Trojan****Bolo de Banana**

5 bananas amassada com o garfo;  
 3 ovos, bate a clara e depois a gema;  
 3 xícara de açúcar;  
 3 xícara de farinha de rosca;  
 Bater bem batido, misturar com a banana, uma colher de pó Royal, não vai leite;  
 Untar a forma com manteiga e farinha de rosca e colocar para assar.

**Aparecida Miranda****Macarrão Soltinho**

Coloque água para ferver, uma colher de sal e meia xícara de vinagre, que é o segredo para ele ficar soltinho.

**Maria Mercedes****Torta de Banana**

Untar a forma colocar uma dúzia de banana picada;  
 Fazer uma calda de açúcar;  
 Bater 3 ovos;  
 2 copos de açúcar;  
 1 copo de leite;  
 3 copos de trigo;  
 1 colher pó Royal;  
 Bater e colocar na forma;  
 Colocar banana picada por cima; Assar.

**Belmira Godoi****Bolo Mesclado.**

3 ovos  
 2 xícaras de farinha  
 2 colheres de margarina  
 2 xícaras de coco ralado  
 1 copo de leite  
 Raspas de chocolate  
 Colocar o chocolate na massa preparada  
 Assar.

**Isaura Pereira de Oliveira****Bolo de queijo.**

4 ovos  
 2 colheres de margarina

2 xícaras de açúcar  
 2 xícaras de farinha de trigo  
 1 1/2 xícaras de leite  
 4 colheres de queijo ralado  
 1 colher de fermento em pó  
 Modo de fazer: bata todos os ingredientes e clarar em neve.

### **Maria da Aparecida Morais**

#### **Pudim Gelado**

1 lata de creme de leite;  
 1 lata de leite condensado;  
 A mesma medida de leite ;  
 1 pacote de coco;  
 1 caixa de Maria mole.

### **Maria Luzinete Cruz Alves**

#### **Buchada de Bode**

Tirar a barrigada do bode ou cabrito, limpar bem;  
 Cortar os miúdos bem picadinhos e colocar dentro do bucho;  
 Colocar tempero a gosto que queira dentro do bucho: tomate, cebola, pimentão, cebolinha, óleo, o que mais gostar;  
 Depois costurar;  
 Fazer um molho em uma panela e cozinhar o bucho dentro;  
 Tem gente que gosta de colocar o sangue do cabrito dentro do bucho, mas isso é opcional.

### **Conto: O mistério da pedra**

#### **Maria Lucia da Silva**

Tinha 8 anos. Nós moramos um tempo, três anos, em Rosana. A travessia de Rosana para Porto Rico fazíamos de barco. Neste dia, como já era tarde, pousamos na barranca do rio. Lá havia uma figueira muito grande e no pé desta, achei uma pedra. Ela parecia um cubo e dentro dela, na ponta, tinha a marca de uma espiral. Levei a pedra para mãe, “Olha mãe que pedra bonita!”. Minha mãe pegou a pedra e a colocou perto do pote de água. Quando chegou de manhã, a pedra estava no pé da figueira novamente. Tinha voltado para lá. Pegamos o barco e fomos para outra ilha, a pedra veio comigo. Sempre a deixava perto do pote de água na sala, sempre que a tirava de lá ela retornava para o mesmo lugar.

Uma vez veio um homem de Londrina nos visitar, amigo de meu pai, ele brincou dizendo: “Posso levar esta pedra para eu ver o que ela tem de tão especial?”. Meu pai autorizou. O homem a colocou na bolsa e foi embora para Londrina. No outro dia a pedra estava ao pé do pote novamente. Ela sempre voltava. O homem intrigado voltou a casa e falou que realmente esta pedra tinha algum mistério. Todo mundo tinha o visto colocar a pedra dentro da bolsa. Levou ela de novo e ela voltou uma segunda vez para o lado do pote. Meu pai trabalhava na ilha deste homem. Um dia o irmão dele passou e

falou para o meu pai que queria a pedra para colocar em cima dos jornais, lá no barco. Depois daquele dia a pedra desapareceu nunca mais ninguém a viu.

**Poesia:**

**Eu sou o tempo**

O tempo que passa que passa  
Sem principio sem fim sem medida  
Vou levando a aventura e a desgraça  
Vou levando as vaidades da vida  
A correr de segunda em segunda  
Vou formando os minutos que correm  
Formas horas que passam no mundo  
Formam os anos que nascem e morrem  
Ninguém pode evitar os meus danos  
Vou correndo sereno e cortante  
Deste modo de cem em cem anos  
Formam o século e passo adiante  
Trabalhar porque a vida é pequena  
E não há para o tempo demora  
Não gasteis os minutos pequenos  
E não façais por causa das horas

**Autor desconhecido,  
Recitado por Ursulina Viana.**

## Oração ao Tempo

Caetano Veloso

És um senhor tão bonito  
Quanto a cara do meu filho  
Tempo tempo tempo tempo  
Vou te fazer um pedido  
Tempo tempo tempo tempo...

Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo tempo tempo tempo  
Entro num acordo contigo  
Tempo tempo tempo tempo...

Por seres tão inventivo  
E pareceres contínuo  
Tempo tempo tempo tempo  
És um dos deuses mais lindos  
Tempo tempo tempo tempo...

Que sejas ainda mais vivo  
No som do meu estribilho  
Tempo tempo tempo tempo  
Ouve bem o que te digo

Peço-te o prazer legítimo  
E o movimento preciso  
Tempo tempo tempo tempo  
Quando o tempo for propício  
Tempo tempo tempo tempo...

De modo que o meu espírito  
Ganhe um brilho definido  
Tempo tempo tempo tempo  
E eu espalhe benefícios  
Tempo tempo tempo tempo...

O que usaremos prá isso

Fica guardado em sigilo  
Tempo tempo tempo tempo  
Apenas contigo e comigo  
Tempo tempo tempo tempo...

E quando eu tiver saído  
Para fora do teu círculo  
Tempo tempo tempo tempo  
Não serei nem terás sido  
Tempo tempo tempo tempo...

Ainda assim acredito

Ser possível reunirmo-nos  
Tempo tempo tempo tempo  
Num outro nível de vínculo  
Tempo tempo tempo tempo...

Portanto peço-te aquilo  
E te ofereço elogios  
Tempo tempo tempo tempo  
Nas rimas do meu estilo  
Tempo tempo tempo tempo...

